



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCOS VINICIUS LOPES

**FOLKSONOMIA PARA REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM FOTOGRAFIAS DO MOVIMENTO
LGBT+ EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

Londrina
2021

MARCOS VINICIUS LOPES

**FOLKSONOMIA PARA REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM FOTOGRAFIAS DO MOVIMENTO
LGBT+ EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque.

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L864f Lopes, Marcos Vinicius.

Folksonomia para representação do conhecimento em fotografias do Movimento LGBTQ+ em unidades de informação / Marcos Vinicius Lopes. - Londrina, 2021.
189 f. : il.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Folksonomia. - Tese. 2. Organização do Conhecimento. - Tese. 3. Fotografia. - Tese. 4. Movimento LGBTQ+. - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

MARCOS VINICIUS LOPES

**FOLKSONOMIA PARA REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM FOTOGRAFIAS DO MOVIMENTO
LGBT+ EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina de
Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Rosane Suely Alvares Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Raimunda Fernanda dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ

Londrina, 11 de junho de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todas as pessoas que pertencem ou se sentem pertencer à comunidade LGBTQ+ e que desde sempre vivem o preconceito da sociedade por serem quem são. A presença de pessoas LGBTQ+ em diversos setores da sociedade vem crescendo cada dia mais, mas ainda é muito pequeno se comparado à parcela da comunidade LGBTQ+ que vive marginalizada, sem nenhuma visibilidade, respeito e sem terem alguns dos direitos básicos garantidos, como o direito de poder andar livremente pelas ruas com segurança sem sofrer algum tipo de violência física ou verbal.

A questão da visibilidade para a comunidade LGBTQ+ é muito importante para que essas pessoas sejam reconhecidas e aceitas sem nenhum estranhamento em qualquer lugar que forem ou estejam. Nos últimos anos a presença de pessoas LGBTQ+ na mídia vem aumentando, mas não só na mídia é importante a inserção dessas pessoas, mas sim, em várias outras áreas, como a política, nas grandes empresas, nos esportes, nas artes e também nas instituições de informação como os arquivos, bibliotecas e museus.

Dentro das instituições de informação é de suma importância que pessoas LGBTQ+ possam se sentir representadas nas linguagens utilizadas para a representação da informação, ainda mais se essa informação for a respeito da própria comunidade LGBTQ+. Dessa forma, esta pesquisa serve como uma dedicatória às pessoas LGBTQ+ que de uma forma ou outra em algum momento de suas vidas vão se deparar com um acervo físico ou um sistema de informação digital e que para recuperarem a informação que desejam vão necessitar do apoio das linguagens documentárias.

A informação, como o alimento, é um bem. Do mesmo modo que a carência de alimento provoca a fome, a carência da informação provoca a ausência do conhecimento.

(KOBASHI; TÁLAMO, p. 9, 2003).

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento e o mais especial vai para a Professora Doutora Ana Cristina de Albuquerque, quem me orientou e me acompanhou no meu processo de pesquisa em um ano atípico como foi 2020 e está sendo 2021 devido a pandemia do Novo Coronavírus. A Professora Ana deu toda atenção necessária e até mais, me auxiliou nos momentos de dificuldades quando a pesquisa parecia que estava sem direcionamento, ela me mostrou novas abordagens que expandiram meu universo de possibilidades, me forneceu muitos materiais importantes que sem eles eu não conseguiria avançar, além de sempre me atender durante as orientações remotas com todo amor e carinho. Por isso, meu agradecimento mais que especial vai a ela. Obrigado de coração Professora.

Eu gostaria de agradecer, também, a Professora Doutora Rosane Suely Alvares Lunardelli e a Professora Doutora Raimunda Fernanda dos Santos por aceitarem participar das minhas bancas de qualificação e defesa e pelas contribuições valiosas que deram a pesquisa, além do suporte durante o seu desenvolvimento com o envio de alguns materiais e por sanarem algumas dúvidas que acabaram surgindo.

Meu agradecimento também vai para minha mãe Carmelita e o marido dela por todo apoio durante esses dois anos de Mestrado, o suporte, tanto financeiro como emocional, e os conselhos valiosos foram de grande importância.

Eu quero agradecer a duas pessoas especiais que foram essenciais para a realização desta pesquisa, minhas amigas Maria Valci de Lima e Karina Branzes por todos os incentivos, o suporte, os conselhos e os momentos de descontração que foram muito importantes para que o meu psicológico permanecesse intacto durante toda evolução da pesquisa, inclusive nos momentos de dificuldade. À minha amiga Marlene deixo aqui também o meu agradecimento pelos conselhos, pelo suporte e por todo apoio, principalmente no meu primeiro ano de Mestrado.

Vou agradecer aqui os meus amigos Luan Giroto, Taynara Oliveira e Francine Souza pelas dicas, conselhos, incentivos e momentos de descontração, também agradeço a todos os meus colegas de classe do Mestrado e ao pessoal do Departamento de Ciência da Informação da UEL por todo o apoio.

Por fim, agradeço aqui a todos (as) que contribuíram com esta pesquisa direta ou indiretamente e que por ventura eu não tenha me lembrado nas linhas acima. MEU MUITO OBRIGADO!

LOPES, Marcos Vinicius. **Folksonomia para representação do conhecimento contido em fotografias do movimento LGBTQ+ em unidades de informação**. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O advento da *Web 2.0* e com ela a presença de uma cultura participativa e colaborativa na internet trouxe consigo a possibilidade dos usuários etiquetarem recursos informacionais por conta própria, gerando a chamada folksonomia, um conjunto de etiquetas utilizadas por eles para descreverem recursos que encontram na *web*. Uma das potencialidades da folksonomia é a alta taxa de recuperabilidade de informações dadas algumas vantagens que ela possui em relação a termos controlados, utilizados em unidades de informação. A baixa taxa de recuperabilidade de informações em ambientes controlados é um dos problemas encontrados nas linguagens documentárias, utilizadas por unidades de informação para organização e representação de conjuntos documentais, principalmente de fotografias que possuem mais possibilidades de interpretação de seus assuntos por parte dos usuários e dos profissionais da informação. No caso de fotografias de um grupo social como o LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) que possui uma linguagem específica de comunicação, as linguagens documentárias podem não ser suficientes para representar esses documentos de maneira que ocorra uma recuperação eficaz pelos usuários. Sendo assim, esta pesquisa tem o objetivo de analisar as potencialidades da folksonomia para a representação de fotografias em acervos do contexto LGBTQ+. Desta maneira, foram analisadas as etiquetas das fotografias com temáticas LGBTQ+ encontradas no *Flickr* e os textos do Manual de Comunicação LGBTQ da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) de modo a fazer um contraponto entre linguagem de especialidade e folksonomia e assim gerar reflexões a respeito da importância do uso da folksonomia em unidades de informação. A pesquisa tem objetivos exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. A pesquisa documental foi empregada na análise das fotografias do *Flickr* e na coleta e identificação das etiquetas utilizadas em sua representação. O método da Análise de Conteúdo foi utilizado para a definição das categorias temáticas de acordo com os tópicos do Manual de Comunicação LGBTQ, para o estabelecimento de relações entre as palavras e expressões do Manual e as etiquetas coletadas no *Flickr* de forma a elucidar as coincidências e divergências entre ambas e para realizar inferências com base na literatura levantada e nos dados sistematizados, apresentando algumas reflexões importantes. Os resultados obtidos demonstram que a maioria das etiquetas da folksonomia do *Flickr* não estão presentes no Manual e que dentre elas há etiquetas muito importantes para representação de determinadas temáticas LGBTQ+ presentes nas fotografias. As reflexões traçadas reforçam a importância de se pensar o uso da folksonomia em unidades de informação juntamente com as linguagens documentárias, pois ela traz benefícios, como as garantias de uso, cultural e semântica, muito importantes para que os usuários se sintam representados nos Sistemas de Organização do Conhecimento e assim consigam recuperar as informações que desejam de maneira eficaz.

Palavras-chave: folksonomia; organização do conhecimento; representação do conhecimento; fotografia; movimento LGBTQ+.

LOPES, Marcos Vinicius. **Folksonomy for representation of knowledge contained in photographs of the LGBT+ movement in information units**. 2021. 185 p. Dissertation (Master in Information Science) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The advent of Web 2.0 and with it the presence of a participatory and collaborative culture in the internet brought with it the possibility of users to label information resources on their own, generating the so-called folksonomy, a set of tags used by them to describe resources that they find on the web. One of the potentials of folksonomy is the high rate of information recoverability given some advantages it has over controlled terms, used in information units. The low rate of information recoverability in controlled environments is one of the problems found in documentary languages used by information units for organizing and representing documentary sets, mainly from photographs that have more possibilities to interpret their subjects by users and information professionals. In the case of photographs of a social group such as LGBT+ (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Transgender), that has a specific communication language, the documentary languages have not been sufficient to represent these documents so that effective recovery takes place for users. Therefore, this research has the objective to analyze the potentials of folksonomy for the representation of photos in collections of the LGBT+ context. In this way, the tags of the photographs with LGBT+ themes found on Flickr and the texts of the LGBT Communication Manual of the Brazilian Association of Gays, Lesbians, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals were analyzed in order to make a counterpoint between specialty language and folksonomy and thus generate reflections on the importance of using folksonomy in information units. The research has exploratory and descriptive objectives with a qualitative approach. The documentary research was used in the analyses of Flickr photographs and the collection and identification of the labels used in its representation. The content analysis method was used for the definition of thematic categories according to the topics of the LGBT Communication Manual, for establishing relationships between the words and expressions in the Manual and the tags collected on Flickr in order to elucidate the coincidences and divergences between both and to make inferences based on the literature raised and at the systematized data, presenting some important reflections. The results obtained demonstrate that the majority of the Flickr folksonomy tags are not present in the Manual and that among them there are very important labels for the representation of certain LGBT+ themes present in the photographs. The reflections outlined reinforce the importance of thinking about the use of folksonomy in information units together with documentary languages, because it brings benefits, such as the usage, cultural and semantic guarantees, very important for users to feel represented in Knowledge Organization Systems and so they can effectively retrieve the information they want.

Key-words: folksonomy; knowledge organization; knowledge representation; photography; LGBT+ movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorização dos SOC segundo sua complexidade semântica e estrutural	44
Figura 2 – Processo de criação/atualização de nuvem de etiquetas com base na etiquetagem dos usuários em sistemas colaborativos	53
Figura 3 – Parte da nuvem de etiquetas do LibraryThings em 22/04/2020	54
Figura 4 – Encaixe da Folksonomia dentro da CI e da OC	59
Figura 5 – Página inicial do <i>Youtube</i> em 22/04/2020	72
Figura 6 – Folksonomia do <i>LibraryThing</i>	73
Figura 7 – Folksonomia do <i>Flickr</i>	74
Figura 8 – Folksonomia do <i>Last.fm</i>	75
Figura 9 – Página inicial do <i>Twitter</i> em 13/05/2020	77
Figura 10 – Câmara escura	82
Figura 11 – Ilustração do caderno “Escola sem Homofobia”	96
Figura 12 – Cartaz de divulgação do 1º EBHO	112
Figura 13 – Bandeira do orgulho lésbico	120
Figura 14 – Bandeira do orgulho LGBTQ+ e orgulho gay	121
Figura 15 – Bandeira do orgulho bissexual	121
Figura 16 – Bandeira do orgulho trans	122
Figura 17 – Bandeira do orgulho intersexual	122
Figura 18 – Bandeira do orgulho pansexual	123
Figura 19 – Área do usuário <i>Flickr</i>	131
Figura 20 – Fotografia postada no <i>Flickr</i>	132
Figura 21 – Área de descrição de fotografia do <i>Flickr</i> 1	133
Figura 22 – Área de descrição de fotografia do <i>Flickr</i> 2	134
Figura 23 – Área de descrição de fotografia do <i>Flickr</i> 3	135
Figura 24 – Capa do Manual de Comunicação LGBTQ	138
Figura 25 – Nuvem de etiquetas das cinco etiquetas mais utilizadas pelos usuários daquelas presentes apenas na folksonomia do <i>Flickr</i>	161
Figura 26 – Processo de cooperação entre SOC, Linguagem especializada e Folksonomia em ambientes controlados	164
Figura 27 – A folksonomia do <i>Flickr</i> e o Manual da ABGLT como suportes às garantias literária, cultural e de usuário em linguagens documentárias	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Etiquetas presentes e ausentes no Manual de Comunicação da ABGLT	151
Gráfico 2 – Etiquetas utilizadas pelos usuários de acordo com os níveis <i>Offness, Aboutness, Iconology</i> e <i>Isness</i>	154
Gráfico 3 – Etiquetas pertencentes à folksonomia e ao Manual da ABGLT concomitantemente de acordo com os níveis <i>Offness, Aboutness, Iconology</i> e <i>Isness</i>	156
Gráfico 4 – Etiquetas mais utilizadas pelos usuários dentre as cinco mais usadas	157
Gráfico 5 – Etiquetas mais utilizadas pelos usuários dentre as cinco mais usadas daquelas coincidentes entre a folksonomia e o Manual da ABGLT	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e ações	25
Quadro 2 – Entendimentos sobre folksonomia	57
Quadro 3 – Vantagens e desvantagens da folksonomia para a recuperação da informação	66
Quadro 4 – Etiquetas de acordo com as categorias temáticas do Manual	148
Quadro 5 – Etiquetas que coincidem com os textos dos tópicos temáticos do Manual de Comunicação da ABGLT	149
Quadro 6 – Etiquetas que não coincidem com os textos dos tópicos temáticos do Manual de Comunicação da ABGLT	150
Quadro 7 – Etiquetas de acordo com os níveis descritivos e interpretativos de Peters e Stock (2008)	152
Quadro 8 – Etiquetas presentes no Manual da ABGLT e na folksonomia classificadas de acordo com os níveis descritivos de Peters e Stock (2008)	155
Quadro 9 – Etiquetas mais usadas daquelas presentes apenas na folksonomia	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAT	<i>Art & Architecture Thesaurus Online</i>
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AIDS	<i>Acquired Immunnodeficiency Syndrome</i>
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
EXIF	<i>Exchangeable image file</i>
FLG	Frente de Libertação Gay
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
GALF	Grupo de Ação Lésbico-Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas, Simpatizantes
IBICT	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
ILGA	<i>International Lesbian and Gay Association</i>
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
KO	<i>Knowledge Organization</i>
KOS	<i>Knowledge Organization System</i>
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Intersexuais
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, <i>Queer</i>
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
OC	Organização do Conhecimento

OI	Organização da Informação
ONG	Organização Não-Governamental
RC	Representação do Conhecimento
RI	Recuperação da Informação
SAAD	Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TGM	<i>Thesaurus for Graphic Materials</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
URI	<i>Uniform Resource Identifier</i>
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
USP	Universidade de São Paulo
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA.....	19
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CONCEITOS, PROCESSOS E INSTRUMENTOS	27
2.1	CLASSIFICAÇÃO E INDEXAÇÃO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	32
2.2	PRINCIPAIS TIPOS DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	38
3	FOLKSONOMIA: AMBIENTE, CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO E USOS	47
3.1	ETIQUETAGEM E FOLKSONOMIA: ALGUNS AMBIENTES	71
4	A FOTOGRAFIA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	79
4.1	PROCESSOS DE ANÁLISE DA FOTOGRAFIA NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	91
5	CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO LGBT+ BRASILEIRO	106
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO	128
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	182



A Organização do Conhecimento (OC) é uma área ampla e transversal que não se resume só a Ciência da Informação (CI), mas que desde o século XIX mantém estreitas relações com a Biblioteconomia devido aos processos de indexação e classificação e a criação de sistemas de classificação bibliográfica. (HJORLAND, 2003).

Com a criação da CI e com ela as preocupações com a recuperação da informação, a OC se viu inserida dentro daquele campo por meio dos processos, produtos e instrumentos que possibilitavam uma rápida recuperação da informação. (HJORLAND, 2003).

Desse modo, na segunda metade do século XX a OC teve um desenvolvimento paralelo a CI, influenciando em alguns dos seus estágios de evolução, como a comunicação da informação científica, as preocupações com o armazenamento e recuperação da informação, os índices de citação da ciência, até chegar na década de 1990, onde a internet e o hipertexto ampliaram as possibilidades de recuperação da informação através de uma imensidão de pontos de acesso disponíveis em rede. (HJORLAND, 2003).

Concomitante ao desenvolvimento das áreas, a *World Wide Web* (WWW) ou simplesmente *Web* é criada em 1989 por Tim Berners-Lee. Conhecida como a maior plataforma da internet, o seu conceito era o de um espaço global de hipertexto, onde qualquer informação acessível pela rede pudesse ser referenciada por um único identificador universal de documentos. O modelo hipertextual onde o *link* de um texto podia apontar para qualquer coisa na *Web*, seja uma página criada do outro lado do mundo, um recurso informacional, um sítio, foi a grande característica dessa plataforma. Desse modo a *Web* possibilitou às pessoas terem acesso a uma enorme quantidade de informações em apenas alguns cliques. (BERNERS-LEE, 1998).

Com a criação da *Web*, também, foi iniciada a produção de documentos digitais e sua circulação e armazenamento em ambiente digital, fazendo com que as instituições de informação, como os arquivos, bibliotecas e museus pensassem em instrumentos e sistemas que possibilitassem a recuperação e o acesso a esses documentos nesse novo ambiente.

No final do século XX também surgiram as fotografias digitais, produzidas pela câmera digital, que teve sua primeira aparição na década de 1980. A câmera digital possibilitou um aumento exponencial na produção de fotografias, além de ampliar as

possibilidades de disseminação e manipulação do documento fotográfico por meio dos computadores e da internet. (AMARAL, 2009).

Dada a ampla produção de informações e documentos, sejam eles do gênero textual ou imagético, a OC teve de repensar seus processos, produtos, instrumentos e sistemas para que fossem capazes de produzir pontos de acesso eficientes e eficazes para a recuperação da informação pelo usuário em um nível de revocação e precisão satisfatórios. (HJORLAND, 2003).

A partir desse momento, década de 1990, a CI vive o que Capurro (2003) chama de paradigma social. Nesse paradigma a área não deveria mais ver o usuário como um sujeito isolado, fechado em seu próprio mundo, mas como um indivíduo inserido em um grupo social, onde ele cria e compartilha seus conhecimentos na medida em que se relaciona com outros indivíduos e grupos.

Desse modo, a análise da informação e do conhecimento devia ser contextualizada de acordo com o grupo social ao qual o usuário faz parte. Assim, a informação e o conhecimento passaram a ser organizados de acordo com domínios. (CAPURRO, 2003).

Os ideais relacionados a Recuperação da Informação (RI) foram repensados nesse novo paradigma, pois:

[...] a avaliação de um sistema de informação não está baseada meramente no matching de um dado de entrada (*input*) com outro dado previamente registrado, mas que esse dado registrado é concebido como uma oferta frente à qual o usuário desempenhe um papel eminentemente ativo. Tal atividade procede não só de sua consciência ou de seus “modelos mentais”, mas seus conhecimentos e interesses prévios à busca estão de início entrelaçados nas redes social e pragmática que os sustentam. (CAPURRO, 2003, p. 10-11).

Esses ideais foram incorporados pela OC, principalmente em ambientes digitais, onde os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são construídos de acordo com domínios de conhecimento, seja o domínio de uma disciplina científica, de um grupo social ou de uma instituição.

A segunda metade do século XX foi marcada também pela aparição de diversos Movimentos de grupos minoritários, primeiramente nos Estados Unidos e Europa e depois no Brasil. Um desses movimentos é o Movimento LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais) brasileiro, que teve a criação de seu primeiro grupo no final da década de 1970, com objetivos de discutir politicamente a causa LGBT+ no Brasil. (FACCHINI, 2003).

Desde então, esse Movimento foi crescendo, tanto em tamanho, como em visibilidade, mas ainda assim enfrentando a desinformação e o preconceito que permeiam até hoje a sociedade brasileira. Na busca por apoio de personalidades, da mídia e das instituições públicas e privadas, as identidades que compõe a comunidade LGBTQ+ brasileira desenvolveram formas específicas de sobreviverem em uma sociedade que ainda hoje vê com estranheza o relacionamento entre iguais. Uma dessas formas foi uma linguagem específica para se comunicar que foi potencializada com as tecnologias da informação e comunicação e que permanece em constante atualização. Essa linguagem desenvolvida pela comunidade LGBTQ+ brasileira será importante para a compreensão da importância da folksonomia para representação de fotografias do contexto LGBTQ+. (FACCHINI, 2003) (LAU, 2015).

No início do século XXI, com o aumento da potencialidade de participação dos usuários na criação, edição e organização de recursos informacionais na *Web*, possibilitados por alguns sítios que estavam surgindo à época, como o *Flickr*, um sítio de armazenamento e compartilhamento de fotografias, ocasionou a criação do conceito de *Web 2.0* ou *Web Interativa*. (O'REILLY, 2005).

A *Web 2.0*, conhecida como a segunda geração da *Web*, permite que os usuários “[...] criem, modifiquem e compartilhem suas informações, além da criação de ambientes próprios através de recursos como os hipertextos” (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Diferente da primeira geração da *Web*, que possuía páginas que não podiam ser alteradas pelos usuários, o conceito de *Web 2.0* engloba a participação ativa dos usuários na organização dos recursos contidos em páginas e sítios. Uma das formas de organizar esses recursos é através da atribuição de etiquetas aos mesmos. Este processo e o seu produto foram denominados respectivamente de etiquetagem e folksonomia, que são a ação e o resultado da atribuição de etiquetas (*tags*) aos recursos informacionais feita pelos usuários, com objetivos de organização, compartilhamento e recuperação daquelas informações. (ARAÚJO, 2013).

O termo “Folksonomia” foi criado pelo arquiteto da informação Thomas Vander Wal no ano de 2004 em uma lista de discussão sobre as novas aplicações que estavam surgindo à época com possibilidades de interação pelos usuários. Devido ao aspecto colaborativo da etiquetagem e folksonomia, as etiquetas utilizadas pelos usuários para representarem os recursos podem suprir lacunas encontradas nas linguagens documentárias como a falta da garantia do usuário, onde os termos

utilizados pelos usuários para representarem os documentos e informações são os mesmos utilizados para recuperarem esses mesmos documentos e informações. (BRANDT, 2009).

A garantia de usuário, uma potencialidade da folksonomia em relação às linguagens documentárias é de grande importância para os documentos fotográficos, pois estes são documentos polissêmicos, que possibilitam diversas interpretações por diferentes usuários. Sendo assim, no caso de conjuntos fotográficos referentes a grupos sociais específicos, como o LGBTQ+, que possui uma linguagem própria, normalmente utilizada na comunicação entre os membros deste grupo, um conjunto de termos criados pelos indivíduos pertencentes a ele para representarem seus documentos pode ser uma boa solução para as lacunas encontradas nas linguagens documentárias em relação ao uso de termos representativos desse grupo e sua linguagem. (RODRIGUES, 2014).

Diante do exposto, chegamos então, ao tema central deste trabalho: a folksonomia aplicada às fotografias relacionadas ao contexto LGBTQ+ do *Flickr* como forma de contribuir com a representação de fotografias desse mesmo grupo social em unidades de informação.

O *Flickr* é um sítio destinado à organização, gestão e compartilhamento de fotografias e vídeos que possui a função da etiquetagem e folksonomia. Assim, pensando nos problemas e nas potencialidades da folksonomia para a representação e recuperação de documentos e informações tem-se as seguintes indagações.

Questão de pesquisa: As etiquetas atribuídas pelos usuários do *Flickr* às fotografias com temática LGBTQ+ podem contribuir com a representação de fotografias de mesma temática em unidades de informação?

A premissa desta pesquisa é que dado o potencial da folksonomia para organizar e representar o conhecimento de determinado domínio e também os problemas observados em relação às linguagens documentárias, como a falta da garantia do usuário nos termos utilizados para representar a informação, causando baixa taxa de recuperabilidade, o uso conjunto de linguagem controlada e folksonomia traria contribuições para a representação de documentos e informações, como as fotografias, por exemplo.

Deste modo, temos:

Objetivo geral: Analisar as potencialidades da folksonomia para a representação de fotografias em acervos do contexto LGBTQ+.

Objetivos específicos:

- Caracterizar a folksonomia como uma ferramenta da Organização do Conhecimento;
- Identificar as etiquetas aplicadas às fotografias do contexto LGBT+ atribuídas por usuários no *Flickr*;
- Descrever o Manual de Comunicação LGBT da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) como uma linguagem de especialidade da comunidade LGBT+;
- Sistematizar as etiquetas recuperadas no *Flickr* com as categorias temáticas do Manual da ABGLT;
- Apresentar uma discussão sobre o uso da folksonomia em ambientes controlados.

O Manual de Comunicação LGBT da ABGLT é a outra fonte de dados que será utilizada nesta pesquisa como um contraponto às etiquetas da folksonomia do *Flickr*, ele pode ser considerado uma linguagem de especialidade, pois foi elaborado por profissionais do segmento LGBT+ com o intuito de instruir e informar os diversos setores da sociedade a respeito do uso de terminologias adequadas para se referirem às diversas identidades que integram esse grupo social. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010).

1.1 Justificativa

Desde os primórdios da humanidade o homem sentiu a necessidade de materializar o que via e fazia como uma forma de deixar para as próximas gerações as suas façanhas. Contudo, apesar de todos os seus feitos para reproduzir exatamente o que presenciava ao seu redor, a fotografia surgiu somente no século XIX, após a invenção e evolução da Câmera Escura, possibilitando a obtenção de cópias do mundo real através da luz. (TOREZAN, 2007).

Nos dias atuais, com as tecnologias digitais, temos a fotografia digital, que ampliou sobremaneira as possibilidades de criação, manipulação e disseminação, além de sua veiculação através da rede de computadores para transporte e armazenamento na plataforma *Web*. (AMARAL, 2009).

A fotografia é considerada um instrumento da memória de pessoas e grupos sociais e também uma fonte de informação, sendo passível de tratamento dentro da OC, contudo, de difícil análise e interpretação pelo profissional da informação devido aos vários significados que ela pode transmitir dependendo de quem a observa e interpreta. (AMARAL, 2009).

Devido a esse caráter polissêmico da fotografia, muitas vezes, os descritores utilizados pelo profissional da informação para representarem um conjunto fotográfico relacionado a determinado assunto ou domínio de conhecimento não é suficiente para abarcar todos, ou a maioria dos significados que ela pode conter na visão dos usuários. Isso pode afetar o processo de recuperação da informação, ocasionando a não recuperação de determinados documentos fotográficos que seriam úteis aos usuários de determinado sistema de informação.

Neste momento, a entrada da folksonomia pode ser uma boa solução para uma maior recuperabilidade dos documentos fotográficos, pois essa ferramenta, sendo um conjunto de termos criados pelos próprios usuários, traz consigo a chamada garantia do usuário em termos de recuperação, ou seja, os termos utilizados na representação desses documentos são aqueles dos próprios usuários. (BRANDT, 2009).

A fotografia como uma fonte de informação, se constitui em objeto de estudo e análise da OC, então a busca de melhores formas para organizar e representar as informações contidas em fotografias é de grande importância para área, ainda mais, sobre um grupo social como o LGBTQ+ que sofre com o preconceito por parte da sociedade devido à falta de conhecimento sobre ele, seu modo de vida e suas ações.

Assim, esta pesquisa contribui a partir da OC a refletir sobre as possibilidades de representação que os próprios usuários realizam para descreverem sua própria comunidade. Especificamente, as folksonomias representam tendências na perspectiva social da CI ao expor as atribuições de assuntos pelos próprios usuários. Isso representa um desafio à área e aos processos de tratamento da informação e do conhecimento no âmbito da OC. Desta forma, a relevância deste trabalho se dá na reflexão sobre a linguagem e expressão de um grupo que cria e influencia a sociedade em geral. Contribui efetivamente para compreender as formas de aproximação e novas discussões referentes ao processo de conhecimento e relevância das informações que são oferecidas aos usuários.

Também é possível refletir sobre uma maior visibilidade para a comunidade LGBTQ+ por meio da recuperação da informação e do conhecimento sobre este grupo

por especialistas e pela comunidade em geral, além da representação desse grupo social em SOC, outro benefício social que esta pesquisa tem a oferecer.

Quanto ao pesquisador, desde a graduação, o desenvolvimento de pesquisa relacionada à organização de documentação do contexto LGBTQ+, motivada pela falta de pesquisas relacionadas a essa temática na CI, culminaram na decisão do pesquisador de continuar a estudar esse tema, desta vez, no âmbito da OC.

Dada a importância social, pessoal e acadêmica apresentada, abaixo os procedimentos metodológicos utilizados para cumprir os objetivos propostos e responder a questão da pesquisa.

1.2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, quanto aos seus objetivos, é caracterizada como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

A pesquisa exploratória foi empregada no sentido da busca de mais informações sobre o *Flickr* e as práticas colaborativas de representação de conteúdos nesses ambientes e também sobre a ABGLT e o seu Manual de Comunicação.

Já a pesquisa descritiva “[...] observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

A pesquisa descritiva foi empregada na observação e análise das etiquetas e dos textos do Manual da ABGLT de modo a correlacionar ambos.

A abordagem utilizada é a qualitativa, onde:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

A abordagem qualitativa foi utilizada na análise dos aspectos da folksonomia do *Flickr* e das características do Manual da ABGLT, além dos significados extraídos da relação entre ambos.

O método utilizado para a caracterização do objeto de estudo e a coleta dos dados foi a pesquisa documental. Esta “[...] baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Os mesmos autores salientam que pode ser entendido por documento:

[...] qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico). (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

A pesquisa documental foi empregada na identificação e seleção das etiquetas e na análise das fotografias do *Flickr* que foram recuperadas de acordo com os tópicos temáticos do Manual da ABGLT. Por meio da caixa de busca do *Flickr* foram utilizados termos de busca de acordo com os nomes dos tópicos do Manual selecionados para se tornarem categorias temáticas para a análise das etiquetas recuperadas.

Após a recuperação das fotografias, foram selecionadas no máximo duas de cada categoria entre o período de 2009 a 2019, capturadas em solo brasileiro, onde após a identificação das mesmas, suas etiquetas foram coletadas e categorizadas.

Cabe ressaltar que foi realizado um pré-teste com os nomes dos tópicos do Manual de Comunicação LGBT de modo a verificar quais deles recuperariam fotografias com etiquetas interessantes para o desenvolvimento da análise. Caso determinado tópico não recuperasse fotografias com boas etiquetas, ele seria substituído por outro tópico ou subtópico do Manual que cumprisse bem essa função.

Com as etiquetas em “mãos”, foi utilizado o método da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para que fosse possível identificar as coincidências e divergências entre as etiquetas do *Flickr* e os textos utilizados em cada categoria selecionada do manual, de modo a estabelecer possíveis relações entre ambos.

O método da análise de conteúdo se trata de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Dentro do Método da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) há várias técnicas para análise das comunicações, uma delas é a análise categorial, onde um texto é desmembrado em categorias, podendo ser temáticas ou não, e esse texto é reconstruído de outras maneiras de forma a possibilitar inferências sobre ele. As categorias aqui, para recuperação e análise das etiquetas, foram definidas de acordo com os tópicos temáticos do Manual, portanto são categorias temáticas. Após recuperadas as etiquetas no *Flickr*, as mesmas foram categorizadas de acordo com os tópicos temáticos do Manual selecionados.

De acordo com Bardin (1977, p. 175), a análise temática categorial:

É transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetadas sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis.

Para que ocorra a análise é necessário definir a unidade de registro e assim ser possível realizar a categorização temática. No caso desta pesquisa, a unidade de registro utilizada são os **tópicos temáticos** do Manual de Comunicação LGBT representados por **palavras**, no caso do Manual e pelas **etiquetas** das fotografias recuperadas, no caso do *Flickr*. (BARDIN, 1977).

As regras de enumeração utilizadas foram a **frequência**, onde a importância de uma unidade de registro aumenta ou diminui a partir de sua frequência de aparição, a **presença ou ausência** de uma unidade de registro que poderá indicar algo valioso para a realização da inferência sobre os dados e por último a **co-ocorrência** de unidades de registro que podem constituir pontos significativos de conhecimento para interpretação dos dados. (BARDIN, 1977).

Dessa forma, a frequência com que etiquetas de uma mesma categoria apareçam nas fotografias será indicador de sua importância para os usuários quando etiquetam fotografias de determinada temática LGBT+. Da mesma forma, a presença de determinadas etiquetas ou ausência delas nas fotografias de todas as temáticas LGBT+ selecionadas demonstra a sua importância ou não para representar a cultura e vivência LGBT+. A co-ocorrência de etiquetas no *Flickr* e palavras ou expressões no Manual, em categorial temática igual, é indicador das relações entre uma folksonomia e uma linguagem formal elaborada por especialistas para representar um domínio de conhecimento.

A partir da observação da frequência, presença e ausência e co-ocorrência de etiquetas e palavras ou expressões do Manual e do *Flickr* foi possível fazer inferências sobre o material e traçar reflexões com base na literatura da OC e CI a respeito das diferenças e semelhanças entre uma linguagem natural, no caso da folksonomia e uma linguagem de especialidade no caso do Manual.

Os níveis interpretativos de uma imagem de Peters e Stock (2008) foram utilizados na análise das etiquetas de forma a identificar se os usuários do *Flickr* se arriscavam mais ou menos no processo de representação das fotografias, ficando em um nível descritivo mais básico focados apenas em representar os objetos, seres e ações de uma imagem ou se eles se aventuravam em tentar representar os assuntos dessas fotografias. O Método da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) serviu como base para esse procedimento, mediante a categorização das etiquetas nos níveis: *Offness*, *Aboutness*, *Iconology* e *Isness*.

O *Offness*, basicamente, se refere ao mundo dos objetos naturais, aquilo que é possível visualizar e identificar em uma imagem sem necessitar de uma interpretação mais profunda, já o *Aboutness*, diz respeito aos assuntos presentes em uma imagem, então, o nome de uma personalidade, de um evento, ou o objetivo de uma reunião, por exemplo. No caso do *Iconology*, é necessário um vasto conhecimento do usuário que interpreta uma imagem, pois envolve significados contextuais da mesma, denotando os seus possíveis simbolismos. Por fim, o *Isness* abrange informações que não estão presentes na imagem, como informações técnicas de sua produção, por exemplo. (PETERS; STOCK, 2008).

A partir das análises feitas, alguns autores da OC e CI foram trazidos para que uma discussão a respeito da importância do uso da folksonomia em unidades de informação fosse realizado. Algumas ponderações foram apresentadas e assim foi possível verificar a viabilidade do uso de um conjunto de termos apoiado em uma folksonomia para a organização e representação de fotografias em arquivos, bibliotecas e museus. Por fim, algumas considerações foram traçadas a respeito do uso da folksonomia como apoio a organização e representação de fotografias nesses ambientes.

No quadro abaixo são apresentados os objetivos específicos e os meios utilizados para alcançá-los, de modo a tornar mais clara e compreensível a estrutura e desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 1 – Objetivos e ações

Objetivo geral: Analisar as potencialidades da folksonomia para a representação de fotografias em acervos do contexto LGBT+.	
Objetivos específicos	Ações
Caracterizar a folksonomia como uma ferramenta da Organização do Conhecimento.	Revisão de literatura sobre as abordagens que permitem caracterizar a folksonomia como uma ferramenta da Organização do Conhecimento.
Identificar as etiquetas aplicadas às fotografias do contexto LGBT+ atribuídas por usuários no <i>Flickr</i> .	Pesquisa documental nas fotografias do contexto LGBT+ do <i>Flickr</i> para a identificação e coleta das etiquetas
Descrever o Manual de Comunicação LGBT da ABGLT como uma linguagem de especialidade da comunidade LGBT+.	Pesquisa documental no sítio da ABGLT e no próprio Manual de forma a compreendê-lo e descrever as suas características, funções e tópicos temáticos.
Sistematizar as etiquetas recuperadas no <i>Flickr</i> com as categorias temáticas do Manual da ABGLT.	Uso do método da análise de conteúdo para que através das etiquetas do <i>Flickr</i> e dos textos das categorias do Manual fosse possível identificar as palavras e expressões que coincidem e divergem entre ambos.
Apresentar uma discussão sobre o uso da folksonomia em ambientes controlados.	Mediante as técnicas da análise de conteúdo como a categorização, enumeração e inferência e o uso de autores da OC e da CI traçamos reflexões a respeito do provável uso da folksonomia em ambientes controlados.

Fonte: elaborado pelo autor

Seguindo os objetivos propostos e os concretizando por meio dos métodos e procedimentos elencados foi possível coletar os dados necessários, realizar sua análise e chegar às considerações finais da pesquisa.

Sendo assim, este trabalho está estruturado em sete tópicos com alguns subtópicos. O tópico 1 “Introdução” traz uma breve apresentação deste trabalho, os objetivos, os procedimentos metodológicos e a sua justificativa. No tópico 2 é abordada a área de Organização do Conhecimento (OC), sua relação com a Organização da Informação (OI), seu conceito, objeto, os seus processos e produtos, e os seus instrumentos, no caso os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Estes tem alguns dos seus principais tipos apresentados e detalhados no subtópico 2.2.

O tópico 3 aborda a folksonomia, como surgiu, o seu conceito, como ela se insere na OC, os seus usos e suas implicações positivas e negativas para a representação do conhecimento. No tópico 3.1 são abordados alguns ambientes que possibilitam a ocorrência da etiquetagem e folksonomia, suas características e como a folksonomia acontece neles.

O tópico 4 aborda um pouco da história da fotografia, a sua evolução, o seu conceito e a fotografia digital com suas características e formas de uso no ambiente *web*. O subtópico 4.1 apresenta alguns dos processos de análise da imagem e da fotografia na CI e OC, revelando modelos de análise desses documentos que são utilizados até hoje e servem como base para organização e representação desse gênero documental em unidades de informação.

No tópico 5 são feitas algumas considerações sobre o Movimento LGBTQ+ brasileiro, com um breve histórico, a sua evolução até os dias atuais, suas conquistas, as identidades que fazem parte desta comunidade e um pouco sobre a sua linguagem.

O tópico 6 traz a análise discussão das etiquetas coletadas das fotografias do *Flickr* fazendo um contraponto com os textos do Manual de Comunicação LGBTQ+. Uma discussão a respeito da importância do uso da folksonomia em ambientes controlados é feita tendo como base alguns autores da CI e OC e os resultados obtidos por meio da análise das etiquetas do *Flickr*.

O último tópico, 7, traz as considerações finais, onde é apresentado um grande resumo de toda a pesquisa e as conclusões a respeito da questão inicialmente traçada e dos resultados obtidos por meio da análise e discussão dos dados, além das limitações encontradas durante o desenvolvimento deste trabalho e as sugestões de pesquisas futuras



A área de Organização do Conhecimento (OC), assim como a Organização da informação (OI) são eixos, ou como alguns autores chamam, subáreas da CI. (ARAÚJO, 2014).

O termo Organização do Conhecimento (OC), do inglês *Knowledge Organization* (KO), foi criado em 1989 quando foi fundada a Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento, no inglês *International Society for Knowledge Organization* (ISKO):

Quando nós fundamos a 'International Society for Knowledge Organization e.V.' (ISKO) em 22 de julho de 1989, nós escolhemos este nome, porque há 60 anos atrás o bibliotecário americano Henry Evelyn Bliss usou o termo composto, 'Organization of Knowledge' em seus dois livros publicados em 1929 e 1933, respectivamente, i.e *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences and The Organization of Knowledge in Libraries*. (DAHLBERG, 2006, p. 11, tradução nossa, grifo da autora).

Dahlberg (2006) escreve que a revista da ISKO chamada "Organização do Conhecimento", antes de 1993 "Classificação Internacional", definiu o campo da OC como:

[...] 'os objetos e atividades da teoria do conceito, classificação e indexação e representação do conhecimento' onde pela 'representação do conhecimento' nós não apenas entendemos a estrutura lógica da representação conceitual mas também todas as questões de nomeação de conceitos pelos termos mais apropriados, onde questões de terminologia têm que ser também consideradas. (DAHLBERG, 2006, p. 12).

Com o objetivo de refletir sobre as diferentes maneiras de compreensão dos conceitos de OI e OC, as autoras Brascher e Café (2008) propõem definições para as duas áreas ressaltando que a OI trabalha com objeto informacional individual e a OC com domínios, onde sua unidade de trabalho são os conceitos de determinado domínio. (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Segundo as autoras a OI é:

[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5, grifo das autoras).

Então, a OI aborda um objeto informacional de maneira individual, onde as características desse objeto são representadas por meio de descritores como os metadados, por exemplo.

Em relação a OC, as autoras caracterizam-na como:

[...] o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

A OC trabalha de maneira mais ampla que a OI, ou seja, ela aborda a organização e estruturação de conceitos relativos a determinado domínio de conhecimento, além de lidar com algo abstrato, os conceitos, diferente da OI que lida com os registros informacionais. Os processos da OC geram a Representação do Conhecimento (RC) que é caracterizada pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

A descrição do conteúdo de objetos informacionais, tarefa da OI, também lida com conceitos assim como a OC, então, para sanar as dúvidas em relação ao trabalho conceitual realizado pelas duas áreas, as autoras Brascher e Café (2008) salientam que o trabalho da OI é relativo a um objeto informacional individual e o trabalho da OC é referente a um domínio de conhecimento.

Para as autoras, na representação da informação:

[...] temos uma representação conceitual individual, relativa a um objeto informacional em particular, na qual a escolha dos elementos de representação leva em conta a maneira com o autor expõe as idéias no texto, bem como as necessidades informacionais dos usuários potenciais de um sistema de informação. No caso da representação do conhecimento, a representação construída não se restringe ao conhecimento expresso por um autor, ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar. A representação do conhecimento reflete um modelo de abstração do mundo real, construído para determinada finalidade. (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Então, a OC busca organizar o conhecimento de um domínio, gerando uma representação desse domínio, que é caracterizada pelos SOC e estes auxiliam na organização da informação desse mesmo domínio entendida como a descrição dos seus objetos informacionais, gerando a representação da informação, como as fichas catalográficas e os instrumentos de pesquisa, por exemplo.

Cabe destacar que a OI também compreende “[...] a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjar-los sistematicamente em coleções,

neste caso, temos a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Voltando a falar da OC, Hjørland (2003) diz que ela pode ser dividida em duas vertentes, a organização intelectual do conhecimento e a organização social do conhecimento.

Segundo o autor, a organização intelectual do conhecimento é “[...] basicamente a organização do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias”. Então, “[...] se usamos o sistema periódico de química ou a taxonomia zoológica de biologia como base para sistemas de indexação, nós estamos usando sistemas intelectuais ou ‘cognitivos’ da OC” (HJORLAND, 2003, p. 93, tradução nossa).

A organização social do conhecimento, por outro lado, “[...] é a organização em profissões, mercados e disciplinas”. Esta vertente é muito importante para a OC e para a busca por informação, pois, “quando está estabelecido em qual disciplina uma dada pergunta pertence, a parte mais difícil da tarefa de recuperação pode muito bem ter sido concluída” (HJORLAND, 2003, p. 93, tradução nossa).

O princípio da organização social do conhecimento é bem aplicado nos sistemas de classificação bibliográfica, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), que divide o conhecimento do mundo por áreas, facilitando a organização e recuperação da informação e do conhecimento. (HJORLAND, 2003).

Para Dahlberg (2006) o conhecimento em si é o objeto OC e a organização deste objeto sua área de atividade, termos contidos em seu próprio nome. Segundo a autora, o objeto da OC, o conhecimento, “[...] é a subjetiva e objetiva certeza firmemente bem fundada de alguém sobre a existência de um fato ou uma matéria. Este conhecimento não é transferível e pode apenas ser elaborado pela reflexão pessoal de alguém” (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução nossa).

Mais à frente Dahlberg mostra que para o conhecimento ser transferido no espaço e tempo há a dependência da linguagem falada e escrita:

[...] qualquer conhecimento pessoal, individual pode ser transferido no espaço e tempo dependendo essencialmente da linguagem e pode ser comunicado por signos ou palavras falados ou escritos. Portanto, esse conhecimento subjetivo precisa de uma forma de representação não apenas para o entendimento também para a comparação na comunicação entre pessoas com outras representações e particularmente para a checagem da realidade para verificar sua verdade e tornar isso intersubjetivo [...] tanto quanto possível objetivo

por no mínimo um certo tempo. (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução nossa).

De acordo com Hjørland (2003), se o conhecimento é entendido como uma crença verdadeira e justificada, então, o conhecimento verdadeiro é impossível de ser identificado e organizado, sendo mais apropriado falarmos em afirmações de conhecimento.

Para que seja mais fácil o processo de organização e representação desse conhecimento é necessário o entendimento de sua estrutura. Assim, segundo Dahlberg (2006), o conhecimento é composto e parte de elementos, unidades, grandes unidades e sistemas de conhecimento.

Os elementos de conhecimento podem ser entendidos como as características relacionadas ao referente na qual o conceito dá conta, ou as declarações feitas a respeito desse referente. As unidades de conhecimento são os próprios conceitos, caracterizados pela síntese das suas características e que podem ser representados por termos, palavras, códigos. As unidades grandes de conhecimento são combinações de conceitos como definições, textos. Já os sistemas de conhecimento “[...] são entidades compostas de unidades de conhecimento arranjadas em uma estrutura coesiva e planejada adequadamente [...]” (DAHLBERG, 2006, p. 12, tradução nossa).

Para Kobashi e Francelin (2011) o conceito é caracterizado como uma construção mental que representa objetos do mundo exterior e interior e quatro características se destacam ao falar sobre ele na OC:

- Corresponde a uma unidade de conhecimento;
- É formado por enunciados verdadeiros e verificáveis;
- Não é metafórico, ambíguo ou plurissignificativo;
- Pertence a um domínio de conhecimento. (KOBASHI; FRANCELIN, 2011, p. 7-8).

Essa definição de conceito apresentada pelas autoras é específica da OC, mais especificamente dos SOC, que trabalham com o controle conceitual em domínios de conhecimento.

Ante todo o exposto é possível dizer que a formação de um conceito é caracterizada:

[...] como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa

compilação. É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico. (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Como exemplo, Dahlberg (1978, p. 102) cita o objeto IBICT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia), sendo possível formular os seguintes enunciados sobre ele:

- É uma instituição;
- Situada no Rio de Janeiro;
- Relacionada com a coordenação dos sistemas de informação no Brasil;
- Possui cerca de 60 funcionários, etc.

A soma de todos os enunciados verdadeiros sobre o IBICT fornecem o conceito do mesmo. O símbolo linguístico utilizado para fixar o conceito pode ser verbal ou não-verbal, formado por sinais, independentes das palavras. (DAHLBERG, 1978).

Para a organização dos conceitos de determinado domínio de conhecimento e assim a criação de SOC são necessários processos como a indexação e a classificação, que trabalham com a extração e estruturação de conceitos de forma a representar o conhecimento do respectivo domínio. Assim, logo abaixo abordaremos esses dois processos.

2.1 CLASSIFICAÇÃO E INDEXAÇÃO: processos de organização do conhecimento

Desde o início da civilização o homem sentiu a necessidade de classificar tudo que estava a sua volta como uma forma de organizar as coisas e se posicionar no mundo.

Segundo Araújo (2006) a classificação antes de ser considerada um fazer especializado da CI é um fenômeno social, um ato instintivo do ser humano, pois, “Todos os seres humanos classificam a todo momento as outras pessoas e os objetos do mundo, com quem e com os quais se relacionam, incessantemente. Todas as nossas ações no mundo são envolvidas por atos classificatórios [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 118).

Deste modo, pensando a classificação de maneira geral, ela pode ser definida como:

[...] a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes

partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo). Nesse processo, elege-se um critério de divisão, promovem-se distinções e aproximações, estatutos e avaliações. (ARAÚJO, 2006, p. 117-118).

Com base na seleção de características de objetos, sentimentos, seres, as pessoas agrupam os que possuem características semelhantes e separam os que possuem características divergentes.

Já a classificação como uma atividade realizada na OC é caracterizada “[...] pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaíam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 22).

O conceito, abordado no tópico anterior deste trabalho, é central no processo de classificação, principalmente na OC:

Os conceitos estão ligados à classificação pela maneira como divide-se e junta-se mentalmente objetos, pessoas, fatos, com isso dando características a cada um e montando, como um quebra-cabeça de significados, vários níveis e divisões de termos e palavras que se estendem até as ações cotidianas. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 22).

Então, o conceito pode ser considerado o objeto da teoria da classificação, juntamente com a “[...] sua capacidade de combinação para representar o conhecimento que o homem tem do mundo [...]” (DAHLBERG, 1979, não paginado).

Com relação à sua trajetória, no início da humanidade a classificação era considerada uma arte e foi aplicada em arranjos sistemáticos e nos trabalhos de grandes filósofos, como as enciclopédias das idades antiga e média. (DAHLBERG, 1979).

A situação começou a mudar por volta de 1500 quando foi iniciado um movimento de elaboração de sistemas de classificação das ciências onde as relações entre as diversas áreas do conhecimento à época eram apresentadas de maneira esquemática. (DAHLBERG, 1979).

De acordo com Dahlberg (1979), no século XIX, a criação desses sistemas se tornou recorrente entre filósofos e cientistas, influenciando bibliotecários da época na criação de novos sistemas para a organização dos conteúdos de suas coleções. Contudo, foi apenas no final do século XIX e início do XX que começaram a surgir os primeiros sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD, a Classificação

Decimal Universal (CDU) e a Classificação Facetada de Ranganathan que trata da organização de um assunto:

[...] de maneira que suas partes possuam características comuns a diversas categorias de um mesmo assunto. Nestes sistemas, tem-se a divisão do assunto realizada em cadeia, ou seja, quando há a análise, é necessário que este seja dividido em subclasses até que as possibilidades se esgotem. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 34).

A classificação de Ranganathan utiliza uma abordagem analítico-sintética para identificar os assuntos dos documentos e a construção de classes com base em cinco facetas gerais identificadas pelo autor: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo. (DAHLBERG, 1979).

Esses sistemas, principalmente os dois primeiros, são muito utilizados em bibliotecas até hoje para organização de registros bibliográficos em catálogos e para a organização dos livros nas estantes.

Essa classificação, chamada de bibliográfica, leva em conta os assuntos tratados nos documentos, diferente da classificação arquivística que tem como base o produtor da documentação, sua estrutura e funções.

A classificação arquivística começou a ser discutida de forma pragmática no século XIX, só que difere da classificação bibliográfica, pois não adota como base os assuntos tratados em um domínio de conhecimento e sim a estrutura, funções e atividades do órgão ou pessoa produtora da documentação. (ALBUQUERQUE, 2015).

Para que a classificação arquivística consiga refletir de maneira adequada a estrutura, funções e atividades de seu organismo produtor ela deve ter em seu cerne os princípios da proveniência e de respeito a ordem original. A proveniência arquivística diz que os documentos de um fundo não devem ser misturados com os de outros fundos e o respeito a ordem original preconiza que deve ser mantida, na medida do possível, a ordem dada aos documentos pelo seu produtor. (ALBUQUERQUE, 2015).

Então, diferente da classificação realizada em bibliotecas, a realizada em arquivos tem como ponto de análise primário o produtor da documentação, a sua estrutura, funcionamento e a organização dada a documentação no momento de sua produção.

No caso da classificação bibliográfica, para que o processo seja realizado é necessário definir o assunto que será analisado e sintetizado para dar origem à notação. Este assunto pode ser definido pela indexação, processo responsável pela

identificação e representação dos assuntos tratados em documentos a partir de termos que se configuram como pontos de acesso para fins de recuperação da informação.

A indexação é uma atividade muito antiga, apesar de não ser abordada e conceituada como nos dias atuais, ela remonta à antiguidade e “[...] surgiu com a atividade de elaboração de índices” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 138).

Segundo Silva e Fujita (2004, p. 139-140):

Até o surgimento da imprensa, os índices eram a única forma de acesso aos livros encontrados nas bibliotecas dos mosteiros, a partir do registro dos títulos dos livros. A partir de então, houve um significativo aumento da literatura que impulsionou o aparecimento de várias listas com diferentes finalidades.

Uma das listas que ganhou destaque foi a *Bibliotheca Universalis* de Konrad Gesner, que consistia em um repertório de mais de 12 mil títulos de livros latinos, hebraicos e gregos que Gesner possuía conhecimento. Mais à frente ele publicou um índice alfabético de assunto do respectivo repertório. (SILVA; FUJITA, 2004).

Apesar dessa evolução no processo de criação de índices no século XV, foi apenas no século XIX que a indexação começou a ganhar mais atenção do público e ser aprimorada como forma de controle da massa documental que crescia de forma acelerada nas instituições públicas e privadas. (SILVA; FUJITA, 2004).

O grande exemplo de melhoria na indexação no século XIX foi o índice da Enciclopédia Britânica “[...] considerada maior representante do aperfeiçoamento da indexação no século XIX dada a clareza e apresentação gráfica dos seus índices” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 140).

Apesar de todo esse avanço, o delineamento dado a indexação dos dias atuais ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial com a produção e revelação de um grande volume de informações, trazendo à tona a necessidade de instrumentos e métodos para a recuperação dessas informações.

Com a definição da CI como campo científico na década de 60 e o “[...] surgimento dos serviços de informação em áreas especializadas, a indexação e a elaboração de resumos utilizados na elaboração dos serviços bibliográficos para recuperação de artigos de periódicos científicos, ganharam espaço e notoriedade mantidos até hoje” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136).

A partir de então a indexação sofreu cada vez mais influência das TIC, modificando e aprimorando, assim, os seus procedimentos, culminando, inclusive, na aparição da indexação automática, feita por computadores.

Com as mudanças ocorridas, a indexação pôde ser definida como o “[...] ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

A indexação de assuntos possui duas etapas, a análise conceitual e a tradução. A análise conceitual “[...] implica decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto” (LANCASTER, 2004, p. 9).

Para a realização dessa análise o indexador deverá formular algumas perguntas sobre o documento como:

1. De que trata?
2. Por que foi incorporado ao acervo?
3. Quais de seus aspectos são de interesse para os usuários da instituição?

(LANCASTER, 2004).

Na segunda etapa, a tradução, faz-se “[...] a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação” (LANCASTER, 2004, p. 18).

Cabe diferenciar a indexação feita por extração e a indexação feita por atribuição. A primeira é feita com base nos termos encontrados no próprio documento para representação dos seus assuntos. Na segunda são utilizados termos que não estão no documento, podendo ser formulados pelo indexador ou extraídos de algum tipo de vocabulário controlado, linguagem documentária, que é o mais comum. (LANCASTER, 2004).

O vocabulário controlado “[...] é essencialmente uma lista de termos autorizados. [...]. Comumente, no entanto, o vocabulário controlado é mais do que uma mera lista. Inclui, em geral, uma forma de estrutura semântica” (LANCASTER, 2004, p. 19).

Essa estrutura se destina a:

- 1- controlar sinônimos, optando por uma única forma padronizada, com remissivas de todas as outras;
- 2- diferenciar homógrafos. Por exemplo, PERU (PAÍS) é um termo bastante diferente de PERU (AVE); e
- 3- reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si. Dois tipos de relações são identificadas

explicitamente: as hierárquicas e as não-hierárquicas (ou associativas). Por exemplo, o termo MULHERES OPERÁRIAS relaciona-se hierarquicamente com MULHERES (como uma espécie desse termo) [...], bem como está *associado* a outros termos, como EMPREGO ou FAMÍLIAS MONOPARENTAIS, que aparecem em hierarquias bem diferentes. (LANCASTER, 2004, p. 19, grifo do autor).

Alguns SOC são considerados vocabulários controlados e dependendo do modo de estruturação dos termos e das relações que se estabelecem entre eles, podem ser sistemas de classificação, taxonomias, tesouros ou ontologias.

Duas características da indexação que são importantes e merecem serem citadas aqui, são a exaustividade e a especificidade. Uma indexação exaustiva “[...] implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo” (LANCASTER, 2004, p. 27).

Então, a exaustividade na indexação refere-se a utilização de uma grande quantidade de termos para representação de todos assuntos contidos em um documento e “quanto mais termos forem utilizados [...] mais acessível ele se tornará e, provavelmente, mais vezes será recuperado” (LANCASTER, 2004, p. 27).

Uma indexação exaustiva se contrapõe a uma indexação seletiva, aquela em que são utilizados poucos termos para representarem apenas os assuntos principais de um documento. Para decidir o grau de exaustividade ou seletividade da indexação é necessário conhecer as necessidades de informação dos usuários e também a política de indexação da instituição, caso exista. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

Já a especificidade na indexação, também conhecida como Princípio da especificidade diz que um conceito “[...] deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente. Assim, um artigo que trate do cultivo de laranjas será indexado sob LARANJAS e não sob FRUTAS CÍTRICAS ou FRUTAS” (LANCASTER, 2004, p. 34).

Uma boa indexação deverá manter o equilíbrio entre exaustividade e seletividade, além de possuir um grau de especificidade aceitável, levando sempre em consideração a demanda dos usuários para a tomada de qualquer decisão.

A indexação, assim como a classificação, sofreram grandes influências das TIC como os computadores, a internet e a *Web*. Com essas tecnologias surgiram as bases de dados de documentos digitais com grandes volumes de informações, requerendo

procedimentos mais eficazes de indexação e classificação para uma boa recuperação dessas informações.

A indexação feita por máquinas foi uma das novidades trazida pelas TIC, onde, com base na frequência de palavras em determinado documento era feita a extração de termos representativos do mesmo. (LANCASTER, 2004).

Também, a criação das taxonomias navegacionais para que usuários consigam encontrar o que desejam nos sítios da rede foi outra novidade que surgiu com as TIC, fazendo com que a classificação fosse repensada para organizar as informações na *Web* e os sítios se tornassem mais acessíveis aos usuários.

Assim, a seguir serão abordados os principais tipos de SOC existentes, criados por meio dos processos de classificação e indexação, potencializados pelas TIC e utilizados em unidades de informação como apoio às tarefas de organização e representação da informação.

2.2 Principais tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento

Antes de abordar os tipos de SOC, é importante falar sobre as relações entre conceitos, que são a base para os atos classificatórios dentro da OC e que possibilitam a criação e desenvolvimento dos diversos tipos de SOC existentes.

A relação entre conceitos ocorre “quando a comparação entre as características dos conceitos mostra que dois conceitos diferentes possuem uma ou duas características em comum [...]” (DAHLBERG, 1978, p. 104).

Essas relações são trabalhadas nos SOC, como os tesouros e as ontologias por exemplo, e elas podem ser relações lógicas, hierárquicas, partitivas, de oposição e funcionais. (DAHLBERG, 1978).

Dentre as relações conceituais abordadas nos SOC, cabe destacar as hierárquicas, trabalhadas em sistemas como os tesouros e as taxonomias por exemplo:

Se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie. Pode-se então falar de conceitos mais amplos ou mais restritos. Pode-se também falar de conceito superior e inferior. O conceito superior é o mais genérico e o inferior é o mais específico. (DAHLBERG, 1978, p. 104).

Como exemplo de relação hierárquica temos a “macieira” na seguinte estrutura:

Árvore

Árvore frutífera

Macieira

Nessa hierarquia temos como conceito mais geral “árvore”, depois um conceito mais específico seria “árvore frutífera”, e o último conceito, mais específico ainda, a “macieira”. (DAHLBERG, 1978).

Para Hjørland (2003) as unidades da OC, na verdade, são as relações semânticas entre conceitos e elas devem ser consideradas na área sempre com relação a perspectiva e teoria as quais elas pertencem.

Deste modo, “[...] a OC não pode ser feita apenas de sucessivas combinações de elementos, mas deve refletir perspectivas mais amplas e teorias” (HJORLAND, 2003, p. 102-103, tradução nossa).

Então, para organizar o conhecimento de um domínio, os SOC:

[...] podem usar dados da literatura, de pessoas, de organizações, etc., de diferentes maneiras e em várias combinações. [...] O uso do conhecimento histórico sobre o desenvolvimento dos campos de conhecimento [...] é uma maneira diferente para usar a literatura como dado para OC. (HJORLAND, 2003, p. 105, tradução nossa).

Passando a falar agora da criação do termo “Sistema de Organização do Conhecimento” (SOC), a autora Carlan (2010, p. 28) escreve que:

[...] ele é uma tradução para o português do original inglês “Knowledge Organization System” (KOS). O termo foi proposto pelo Networked Knowledge Organization Systems Working Group na primeira Conferência da ACM Digital Libraries em 1998, Pittsburgh, Pennsylvania. Assim como a sigla KOS, utilizada com frequência na literatura, adotou-se o correspondente SOC em português.

Segundo os autores Schiessl e Shintaku (2012, p. 49), os SOC “[...] são representações do conhecimento, que por sua vez são modelos de abstração do mundo real, construídos para determinada finalidade. São sistemas de classificação, dicionários, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas, entre outros.”

Já para Brascher e Café (2008, p. 8) os SOC “[...] são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

De acordo com Carlan (2010, p. 28):

Os SOC ou esquemas de representação do conhecimento, como alguns autores preferem denominar, são encontrados na literatura das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação

para designar instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos.

A infraestrutura necessária à construção e desenvolvimento dos SOC requer *hardware* e *software* apropriado à arquitetura de rede, sua integração e manutenção. Além disso, deve-se levar em conta as necessidades dos usuários e a identificação do tipo de SOC mais adequado a determinado contexto de aplicação. (CARLAN, 2010).

Hodge (2000) desenvolveu um estudo relativo à aplicação de SOC às bibliotecas digitais e segundo o autor, os SOC são utilizados para organizar materiais com o propósito de recuperação e gerenciamento de uma coleção:

Um SOC serve como uma ponte entre a necessidade de informação do usuário e o material na coleção. Com isso, o usuário deve estar apto a identificar um objeto de interesse sem conhecimento anterior de sua existência. Se através de navegação ou pesquisa direta, se através de temas em uma página Web ou um motor de busca de um site, o SOC guia o usuário no seu processo de descoberta. Além disso, SOCs permitem a organizadores responderem questões relacionadas ao escopo de uma coleção e o que é necessário para completa-la. (HODGE, 2000, p. 3, tradução nossa).

É importante destacar que um mesmo SOC não é aplicável a todos ambientes informacionais existentes, a qualquer cultura ou em todas as épocas, pois vivemos em uma sociedade diversa com características próprias e que muda com o tempo, então, é necessário o estudo do ambiente onde o SOC será aplicado para que seja possível desenvolver um sistema apropriado para suprir as necessidades de organização, representação e recuperação da informação daquele ambiente. (HODGE, 2000).

Apesar das particularidades dos SOC em relação ao seu domínio de aplicação, eles possuem algumas características comuns que são necessárias para sua utilização em ambientes informacionais. São elas:

- O SOC impõe uma visão particular de mundo em uma coleção e os seus itens.
- A mesma entidade pode ser caracterizada de diferentes maneiras, dependendo do SOC que é usado.
- Deve haver comunalidade suficiente entre o conceito expresso em um SOC e o objeto do mundo real para o qual aquele conceito se refere de modo que uma pessoa bem informada poderia aplicar o sistema com confiabilidade razoável. Da mesma forma, uma pessoa

procurando material relevante usando um SOC deve estar apta a conectar seu conceito com sua representação no sistema. (HODGE, 2000, p. 4, tradução nossa).

Para a correta aplicação de um SOC a uma biblioteca digital, ou a outras unidades de informação em ambientes digitais ou não, é necessário que se realize um estudo das necessidades dos usuários reais e potenciais dessa unidade para que os diversos pontos de vista que possam ser importantes sejam considerados na escolha e aplicação do SOC. (HODGE, 2000).

Além da análise das necessidades dos usuários e da comunidade que circunda o ambiente informacional, questões como “[...] identificação e localização do SOC apropriado e o desenvolvimento de *hardware*, *software* e arquitetura de rede para apoiar sua integração e manutenção” devem ser levadas em conta no emprego de um SOC em uma unidade de informação. (HODGE, 2000, p. 30, grifo nosso, tradução nossa).

Dados os pré-requisitos necessários à implantação e manutenção de um SOC em ambientes informacionais, a seguir serão abordados alguns dos seus principais tipos.

Segundo Hodge (2000, p. 5, tradução nossa) os SOC podem ser divididos em três categorias: “listas de termos, que enfatizam termos com suas definições; classificações e categorias, que enfatizam a criação de conjuntos de assuntos; e listas de relacionamento, que enfatizam as conexões entre termos e conceitos” (HODGE, 2000, p.5, tradução nossa).

Dentro da categoria “Listas de termos” temos: arquivos de autoridade, glossários, dicionários e os *gazetteers* (que consistem em uma lista de nomes de lugares). (HODGE, 2000).

Dentro dessa categoria cabe destacar os arquivos de autoridade:

[...] que são listas de termos que são usados para controlar nomes variantes para uma entidade ou o valor do domínio para um campo particular. Os exemplos incluem nomes para países, indivíduos e organizações. Termos não preferidos podem ser ligados para versões preferidas. A apresentação pode ser alfabética ou organizada por um raso esquema de classificação. (HODGE, 2000, p. 5, tradução nossa).

Na segunda categoria, “Classificações e Categorias”, temos os cabeçalhos de assunto, os esquemas de classificação, as taxonomias e os esquemas de categorização. (HODGE, 2000).

Aqui cabe destaque para as taxonomias “[...] que estão cada vez mais sendo usadas no *design* orientado a objetos e nos sistemas de gerenciamento do conhecimento para indicar qualquer agrupamento de objetos baseado em uma característica particular” (HODGE, 2000, p. 6, tradução nossa).

Assim, a taxonomia:

[...] é estruturada em forma de árvore hierárquica, [...], de maneira a representar um conhecimento. Construída de forma sistemática, é orientada por regras que estabelecem certo padrão para o agrupamento em classes e para a própria formação da estrutura. Assim pode ser compreendida por humanos e máquinas. (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 83).

As taxonomias trabalham com classes, subclasses e superclasses para organizarem os conceitos de um domínio de conhecimento de acordo com as suas características semelhantes e divergentes. (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

A terceira e última categoria “Listas de relacionamentos” englobam os tesouros, as redes semânticas e as ontologias. Nessa categoria cabe destacar dois SOC, os tesouros e as ontologias, estas últimas ganharam destaque, principalmente, com a *Web 3.0*, também chamada de *Web Semântica*. (HODGE, 2000).

Em relação aos tesouros, eles são os mais utilizados hoje em dia por unidades de informação e:

[...] são baseados em conceitos e [...] exibem relacionamentos entre termos. Relacionamentos comumente expressos em um tesouro incluem hierarquia, equivalência (sinonímia) e associação ou parentesco. Esses relacionamentos são geralmente representados pela notação BT (broader term) [termo amplo], NT (narrower term) [termo mais estreito], SY (synonym) [sinônimo], e RT (associative or related term) [termo relacionado ou associado]. (HODGE, 2000, p.6, tradução nossa).

O tesouro é um tipo de vocabulário controlado expresso em linguagem documentária que formaliza os termos simples e compostos e os relacionamentos entre eles. Ele permite a organização lógica e semântica de um domínio oferecendo uma representação de sua estrutura conceitual. (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Os tesouros são mais complexos que as taxonomias, pois trabalham os relacionamentos entre os termos de determinado domínio, representando-os por meio de indicadores padronizados, restringindo o significado dos termos com vistas a evitar os problemas encontrados na linguagem natural como a sinonímia e a polissemia. (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Existem normas para a criação de tesouros, como a (NISO 1998; ISO 1986) para tesouros monolíngues e a (ISO 1985) para a criação de um tesouro multilíngue. Nessas normas há a definição de termos preferidos e regras para se fazer os relacionamentos entre os termos. Os tesouros podem incluir até mais de 50.000 termos e se referem a um domínio específico do conhecimento, uma pessoa ou um produto. (HODGE, 2000).

Com relação à ontologia, no contexto da OC, segundo Hodge (2000, p.7, tradução nossa), ela é:

[...] a mais nova etiqueta a ser anexada a alguns sistemas de organização do conhecimento. As comunidades que gerenciam o conhecimento estão desenvolvendo ontologias como sistemas conceituais específicos. Elas podem representar relacionamentos complexos entre objetos, e incluir as regras e axiomas ausentes nas redes semânticas. Ontologias que descrevem o conhecimento em uma área específica estão sempre conectadas com sistemas para mineração de dados e gerenciamento do conhecimento.

Para Barité (2011) as ontologias não pretendem representar um domínio do conhecimento, mas sim criar uma rede de assuntos e ações com suas respectivas relações.

Para o autor:

As ontologias são desenhos de estruturas funcionais, que contém entidades ou elementos que se relacionam entre si, para levar a cabo determinados propósitos ou para cumprir com certos objetivos, em um ambiente habitualmente eletrônico. São funcionais porque não pretendem representar um segmento do conhecimento ou uma área de atividade, mas implantar uma rede de assuntos ou ações com suas relações, tornando explícitos os circuitos que em seu conjunto configuram um domínio. Mais que uma estrutura do conhecimento, uma ontologia é antes de tudo um sistema relacional de ações que persegue tanto uma gestão corporativa de qualidade como a satisfação plena do usuário. (BARITÉ, 2011, p. 132, tradução nossa).

A ontologia é um fenômeno característico da *Web Semântica*, conhecida como *Web Inteligente* ou *Web 3.0*. Essa geração da *Web*:

[...] permite a interligação dos significados dos termos, atribuindo significados aos conteúdos informacionais existentes na *web*, tornando essa informação significativa tanto para interação humana quanto para a máquina. Neste novo contexto, a *web* será capaz de representar associações entre “coisas” que, em princípio, poderiam não estar relacionadas. Para isso computadores necessitam ter acesso a coleções estruturadas de informações (dados e metadados) e de um conjunto de regras de inferência que ajudem no processo de dedução automática. (ARAÚJO, 2013, p. 41-42, grifo da autora).

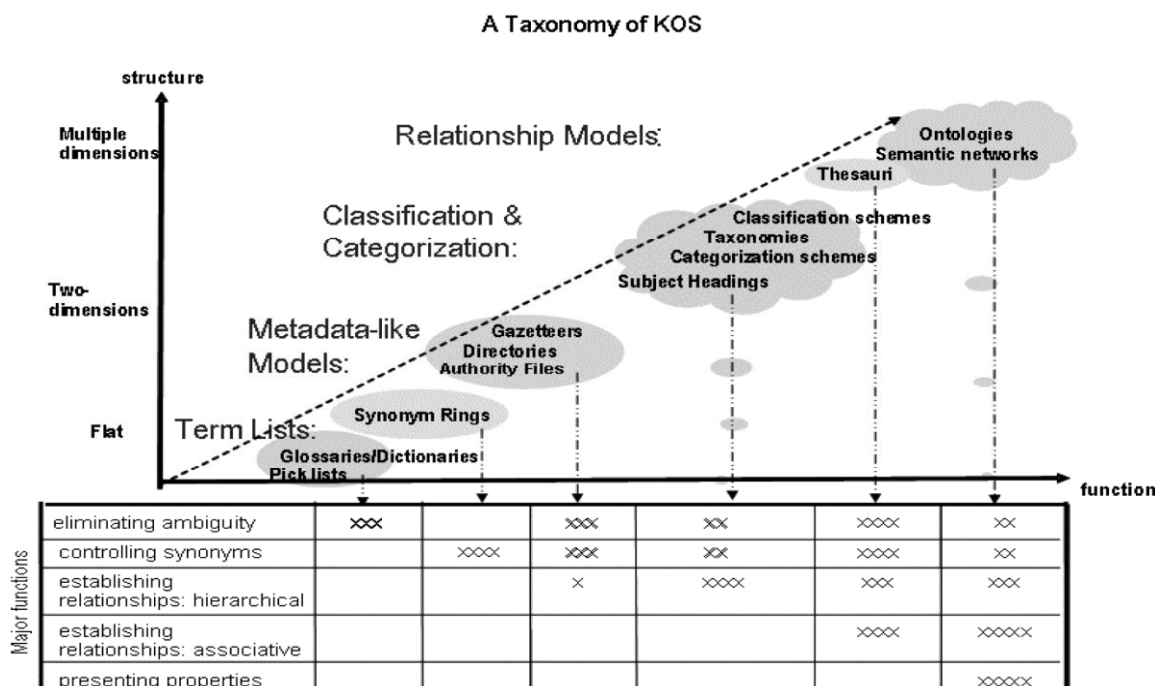
Na *Web Semântica* as possibilidades de recuperação da informação foram ampliadas, independente de como seja feita a busca pelo usuário. (ARAÚJO, 2013).

Zeng (2008) classifica os SOC dentro de quatro grupos, sendo um a mais que Hodge (2000): “Modelos como metadados”. Dentro deste grupo a autora coloca dois tipos de SOC: “Arquivos de autoridade” e “Diretórios”. No grupo “Listas de Termos” a autora também coloca um tipo a mais de SOC se comparado a Hodge (2000), as “Listas de escolha”.

De acordo com a autora os Diretórios são “listas de nomes e suas informações de contatos associadas.” Já as Listas de escolha são “conjuntos limitados de termos em alguma ordem sequencial.” (ZENG, 2008, p. 161).

Zeng (2008) elaborou uma figura de modo a representar os grupos e tipos de SOC, partindo daqueles com estruturas mais simples, até os com estruturas mais complexas:

Figura 1 – Categorização dos SOC segundo sua complexidade semântica e estrutural



Fonte: Zeng (2008)

De acordo com a Figura 1, elaborada por Zeng (2008), quanto mais funções um tipo de SOC desempenha, maior a sua complexidade, então, por exemplo, os glossários/dicionários cumprem apenas a função de eliminar a ambiguidade dos termos de um domínio de conhecimento, assim, são considerados rasos em

complexidade estrutural e semântica. Já as ontologias cumprem funções como: eliminar ambiguidade, controlar sinônimos, estabelecer relações hierárquicas, estabelecer relações associativas e apresentar propriedades relativas aos conceitos de um domínio, sendo considerada altamente complexa em questões estruturais e semânticas.

Com isso, algumas características essenciais dos SOC são:

- Sua referência ao conhecimento especializado, que é estabelecida de diversas maneiras (apelação a classificações científicas, garantia literária, opinião de especialistas, etc.).
- Sua estrutura lógica, que se constrói de acordo com um método e a uma teoria de organização do conhecimento.
- O controle de vocabulário, que contribui para a seleção, depuração, formalização e normalização da terminologia que inclui, assim como o estabelecimento de relações recíprocas entre os termos, considerando critérios semânticos, linguísticos e disciplinares. (BARITÉ, 2011, p. 127).

Além de servirem ao seu objetivo principal que é representar o conhecimento de determinado domínio, área ou atividade e auxiliar no processo de RI, os SOC podem ser utilizados com outros objetivos:

[...] como mapas de domínios, como facilitadores da localização de conceitos dentro de uma disciplina, ou como orientadores em serviços de referência. Também, podem ser utilizados em processos de avaliação comparativa de sistemas, ou como apoio à justificação de terminologia em distintos âmbitos. (BARITÉ, 2011, p. 128).

Outro elemento de destaque dos SOC é o seu caráter mediador “[...] que se expressa e intercede entre os fundos documentais e os usuários, mas também entre o conhecimento científico e a documentação, e também entre classificadores e indexadores que buscam aplicar critérios consistentes” (BARITÉ, 2011, p. 128).

Até aqui, os SOC apresentados foram aqueles mais utilizados em ambientes que detêm informações bibliográficas como as bibliotecas. Isso não impede que sejam utilizados em arquivos e museus, contudo, é necessário que se entenda como é caracterizado o conhecimento arquivístico e museológico, os seus modos de produção e usos nas instituições para que seja possível compreender como os SOC irão se estruturar e quais serão os seus objetivos primários de uso nesses ambientes.

Dados os SOC exibidos até aqui, a seguir será abordada a folksonomia, que diferente dos primeiros e outras linguagens documentárias, não tem como objetivo o controle terminológico, mas sim, a liberdade de expressão dos usuários na atribuição de etiquetas a recursos informacionais disponíveis no ambiente *web*. Na folksonomia

não há qualquer controle de linguagem, mas sim uma imensidão de termos que diferentes usuários utilizam para representar uma variedade de recursos.

Assim, no tópico abaixo serão abordados as características da folksonomia, o seu conceito e a sua inserção na OC, já que para alguns autores como Moreira (2018), ela pode ser considerada um SOC, só que, com uma complexidade menor do que outros, como as taxonomias e os tesouros, por exemplo.



A folksonomia, como produto que possibilita a organização e representação da informação e do conhecimento, surge no ambiente *Web* marcada pelas possibilidades de comunicação e compartilhamento da internet e os aspectos colaborativos da segunda geração da *Web*, também chamada de *Web 2.0*.

A *World Wide Web* (WWW) ou simplesmente *Web* surgiu em 1989, idealizada por Tim Berners-Lee enquanto trabalhava no Laboratório Europeu de Partículas Físicas. A ideia por trás da *Web* era a de uma plataforma mundial de hipertexto, onde qualquer informação acessível pela rede pudesse ser referenciada por um código identificador, um *Uniform Resource Identifier* (URI). (BERNERS-LEE, 1998).

Segundo o seu criador:

Dado o sinal verde para o experimento pelo meu chefe, *Mike Sendall*, eu escrevi em 1990 um programa chamado "*WorldWideWeb*", um editor de hipertexto que clica e aponta na qual rodou na máquina "*NeXT*". Isso, junto com o primeiro servidor da *Web*, eu lancei para alta comunidade de energia física primeiro, e para as comunidades de hipertexto e do *NeXT* no verão de 1991. (BERNERS-LEE, 1998, não paginado, grifo nosso).

Para Berners-Lee (1998) o compartilhamento de informações e a sua universalidade se sobressaiam no ideal da plataforma *Web*. Isso reforça uma preocupação com o acesso mundial à informação que já havia sido pensada por Paul Otlet e Henri La Fontaine quando criaram o Instituto Internacional de Bibliografia no final do século XIX e definiram os princípios e bases da Documentação.

Ainda segundo Berners-Lee (1998) havia uma segunda parte do "Sonho *Web*". Essa era que a *Web* se tornasse um ambiente de socialização, interação e criação de sentido para as nossas ações e as coisas com as quais nos relacionamos, refletindo a maneira como vivemos o nosso dia a dia.

Essa segunda parte do sonho foi parcialmente atendida pela segunda geração da *Web*, também conhecida como *Web 2.0*, *Web Social* ou *Web Interativa*. A outra parte do sonho foi realizada pela *Web 3.0* ou *Web Semântica* que está em voga nos dias atuais.

O conceito de *Web 2.0* foi cunhado em 2004 em uma sessão de *brainstorming* entre as empresas *O'Reilly* e *MediaLive International*. "*Dale Dougherty*, pioneiro da *web* e *O'Reilly VP*, notaram que longe de ter "decaído", a *Web* estava mais importante do que nunca, com novos aplicativos e sites interessantes surgindo com surpreendente regularidade" (O'REILLY, 2005, p. 1, tradução nossa).

Segundo O'Reilly (2005) a *Web 2.0* não possui limites rígidos, mas um centro gravitacional. Nós “[...] podemos visualizar a *Web 2.0* como um conjunto de princípios e práticas que amarram juntos um verdadeiro sistema solar de sítios que demonstram alguns ou todos aqueles princípios, em uma distância variável do seu centro” (O'REILLY, 2005, p. 2, tradução nossa).

O'Reilly (2005) elucida esses princípios e práticas da seguinte maneira:

Posicionamento estratégico:

- A *Web* como plataforma

Posicionamento do usuário:

- Você controla os seus próprios dados

Competências centrais:

- Serviços, *software* não empacotado

- Arquitetura de participação

- Escalabilidade econômica

- Fonte de dados remixável e transformações de dados

- *Software* acima do nível de um único dispositivo

- Aproveitamento de inteligência coletiva. (O'REILLY, 2005, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

De acordo com o autor, algumas das aplicações que demonstram esses princípios e práticas são os *blogs*, a *Wikipedia*, o *BitTorrent*, o *Gmail*, o *Flickr*, dentre vários outros. (O'REILLY, 2005).

Segundo O'Reilly (2005), durante a seção de *brainstorming* os participantes formularam o sentido de *Web 2.0* mediante a comparação de algumas aplicações e serviços da *Web 1.0* com aplicações e serviços da *Web 2.0*:

Web 1.0		Web 2.0
<i>Britannica online</i>	>	<i>Wikipedia</i>
<i>Ofoto</i>	>	<i>Flickr</i>
<i>Websites pessoais</i>	>	<i>Blogging</i>
<i>DoubleClick</i>	>	<i>Google AdSense</i>
Publicação	>	Participação

O conceito de *Web 2.0* surgiu em 2004, contudo, esse termo não “[...] se refere à atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores, ou seja, o ambiente de interação e participação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações” (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Então, foi mediante a percepção de aplicações que possibilitavam uma maior participação dos usuários no gerenciamento de conteúdos e maior interatividade, como *blogs*, *wikis*, redes sociais que o conceito de *Web 2.0* foi formulado.

A *Web 2.0* trouxe consigo a ideia de participação popular na criação, edição e compartilhamento de conteúdo na rede pelos próprios usuários. Nessa geração “[...] a interatividade é o grande atrativo para os usuários, pois permite que estes criem, modifiquem e compartilhem suas informações, além da criação de ambientes próprios através de recursos como os hipertextos” (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Diferente da *Web 1.0* que continha páginas estáticas onde os usuários não podiam interagir, publicar ou editar conteúdos, desempenhando apenas a função de leitores, na *Web 2.0* a interatividade e a criação de conteúdos pelos usuários são algumas de suas principais características, ou seja, ela partilha de uma abordagem *bottom-up* onde muitos usuários criam e compartilham conteúdos e muitos outros podem ler, editar e compartilhar esses conteúdos, diferente da abordagem *top-down* utilizada pela *Web 1.0*, onde poucos criavam conteúdos e a maioria eram apenas leitores. (ARAÚJO, 2013).

Além de criar, editar e compartilhar conteúdos, a *Web 2.0* possibilita aos usuários organizarem as informações que produzem e encontram nesse ambiente. Uma das atividades que os usuários podem realizar para organizarem essas informações é a atribuição de etiquetas aos recursos informacionais, atividade essa que se assemelha aos processos de indexação e classificação realizados em unidades de informação, mas tem um nível de rigor e controle menor que aqueles.

A etiquetagem e folksonomia são fenômenos característicos da *Web 2.0*, onde ambientes que possibilitam aos usuários organizarem recursos informacionais cresceram de maneira significativa. O termo folksonomia surge em 2004:

[...] onde a observação de uma prática crescente – a atribuição de etiquetas a conteúdos informacionais despertou o interesse de pessoas que acompanham os fenômenos que ocorrem na web. Tal interesse suscitou um tópico sobre o assunto em uma lista de discussão e daí uma necessidade de denominação de tal fenômeno. (BRANDT, 2009, p. 38).

Apesar do conceito de folksonomia ter sido criado apenas em 2004, sites como o *Delicious* em 2003 e depois o *Flickr* já possibilitavam aos usuários a atribuição de etiquetas a seus recursos informacionais. (BRANDT, 2009).

O termo folksonomia, em inglês *folksonomy*: *folk* (povo) + *sonomy* (taxonomia) foi criado em 2004 pelo arquiteto da informação Thomas Vander Wal em uma lista de discussão em seu blog. Segundo Araújo (2013, p. 43):

Ao criar o termo folksonomia, Thomas Vander Wal considerou a sugestão de Eric Scheld, pesquisador também interessado no

fenômeno da categorização de recursos da *web* pelos próprios usuários, que já havia denominado este mesmo processo de *folk classification* (etnocalssificação). Wal aproveitou o primeiro termo, que traduz a noção de “pessoas”, e incluiu outro afixo, “*nomy*”, proveniente da palavra *taxonomy*. O termo surge daí, portanto, peregrinado para a língua portuguesa como folksonomia que, numa tradução literal expressa a seguinte noção: “denominação dada por pessoas”.

Segundo o criador do termo a folksonomia é:

[...] o resultado da etiquetagem livre e pessoal de informações e objetos (qualquer um com uma URL) para a sua recuperação. A etiquetagem é feita em um ambiente social (usualmente compartilhado e aberto a outras pessoas). Folksonomia é criada do ato de etiquetar pela pessoa que está consumindo a informação” (WAL, 2007, p. 2, tradução nossa).

Wal (2007) define a etiquetagem como um processo e a folksonomia como o resultado desse processo, contudo, segundo Catarino e Baptista (2007), esse entendimento não é consensual entre os autores que estudam a folksonomia.

De acordo com Catarino e Baptista (2007) alguns autores entendem a folksonomia como um produto, o resultado do processo de etiquetagem, uma lista de termos, um conjunto de etiquetas, já para outros autores a folksonomia é considerada “[...] um sistema, uma metodologia, ou abordagem, ou o próprio processo” (CATARINO; BAPTISTA, 2007, não paginado).

Apesar desses autores compreenderem a folksonomia de forma mais ampla, como um sistema de classificação ou uma nova abordagem para classificação de recursos e informações, neste trabalho será adotado o entendimento de Wal (2007) em que a folksonomia é um produto resultante do processo de etiquetagem de recursos informacionais na *Web*.

Deste modo há a etiqueta, em inglês (*tag*) que “[...] refere-se à palavra-chave selecionada pelo usuário para representar o recurso que este está a utilizar [...]. Também é válido dizer que a etiqueta é o produto do processo de etiquetagem” (RODRIGUES, 2010, p. 35).

As etiquetas se configuram como pontos de acesso para fins de recuperação da informação e do conhecimento de diferentes tipos de documentos (imagens, textos, áudios, vídeos) em sistemas colaborativos.

Há também a Etiquetagem, do inglês (*tagging*), que se refere a ação dos usuários de atribuírem etiquetas aos recursos. “A etiquetagem é um processo existente na folksonomia, que utiliza o recurso etiqueta como interação do usuário

com o objeto que está sendo armazenado ou de alguma forma recuperado por ele” (RODRIGUES, 2010, p. 35).

E por último a Folksonomia propriamente dita, que na visão deste trabalho se caracteriza como o conjunto de etiquetas utilizadas pelos usuários para etiquetarem os recursos de determinado sítio ou sistema na *Web*.

Esse conjunto de termos, em alguns casos, pode gerar nuvem de etiquetas ou nuvem de *tags*, esta é:

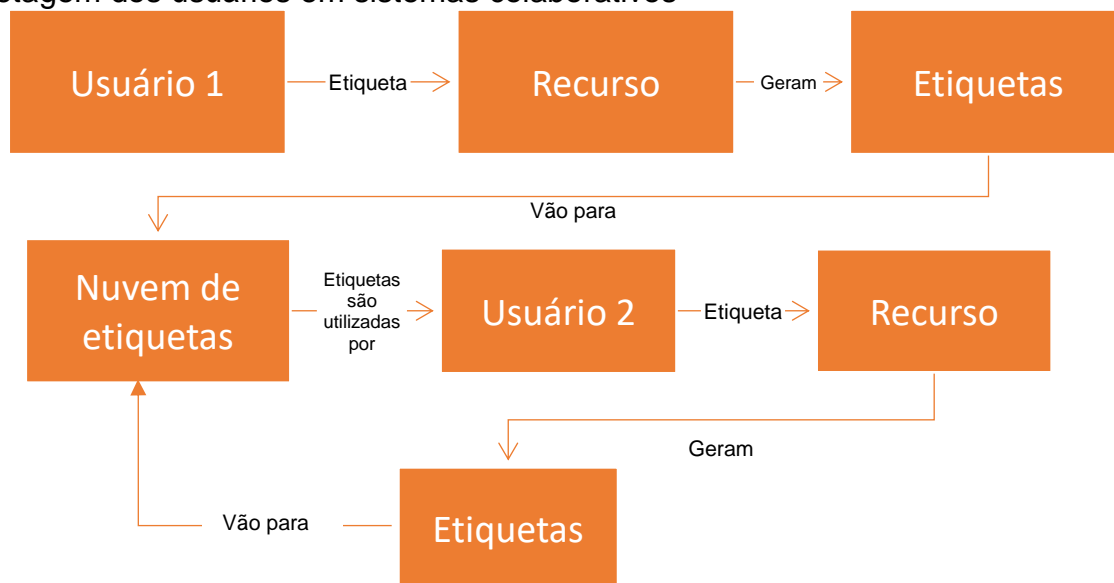
[...] formada pelo conjunto das etiquetas mais utilizadas no sistema, sendo que as mais populares são destacadas pelo tamanho da fonte, incentivando e orientando o usuário a utilizar uma etiqueta popular caso seja sua intenção dar visibilidade ao conteúdo que está inserindo. (RODRIGUES, 2010, p. 38).

Então, a nuvem de etiquetas é constituída pelos termos utilizados pelos usuários na etiquetagem dos recursos e os seus termos podem ser utilizados por novos usuários para etiquetarem seus recursos, ou pelo menos influenciá-los em sua etiquetagem com base nos termos mais utilizados no sítio ou sistema que estão utilizando.

Convém destacar que nem toda nuvem de etiquetas pode ser caracterizada como uma folksonomia, pois alguns sítios apresentam-na apenas com objetivos estéticos, não caracterizando uma folksonomia. Outros sítios criam nuvem de etiquetas para representar as palavras-chave mais buscadas pelos usuários naquele ambiente, outros, para representar os termos de maior incidência nas produções científicas armazenadas no sítio, então, nem sempre uma nuvem de etiquetas representa uma folksonomia de determinado ambiente *Web*.

A figura abaixo ilustra o processo de alimentação/atualização da nuvem de etiquetas por meio do processo de etiquetagem.

Figura 2 – Processo de criação/atualização de nuvem de etiquetas com base na etiquetagem dos usuários em sistemas colaborativos



Fonte: elaborado pelo autor

A figura 1 ilustra o processo de etiquetagem e folksonomia, cabe destacar que o “Usuário 2” poderia etiquetar o mesmo recurso etiquetado pelo “Usuário 1”, ou um novo recurso de sua escolha. Apesar de tudo, os termos utilizados por ambos usuários serão adicionados à nuvem de etiquetas do sítio ou sistema em que o recurso está contido. Os usuários também podem utilizar novas etiquetas que não estão na nuvem de etiquetas, estas também comporão a respectiva nuvem.

A imagem abaixo exibe a nuvem de etiquetas do sítio *LibraryThings* que possibilita o armazenamento e gerenciamento de recursos bibliográficos e tem as funcionalidades da etiquetagem e folksonomia.

Figura 3 – Parte da nuvem de etiquetas do *LibraryThing* em 22/04/2020



Fonte: LibraryThing (2020)

As etiquetas em tamanho maior são as mais utilizadas pelos usuários e representam tendências em determinado período de tempo para assuntos tratados pelo sítio.

Em relação às características dos sistemas de etiquetagem e folksonomia, os mesmos podem incluir:

[...] direitos de etiquetagem (quem pode etiquetar o que); suporte a etiquetagem (se você vê ou não outras etiquetas, ou se outras etiquetas são sugeridas); agregação (etiquetas duplicadas para o mesmo recurso); tipo de objeto (ou o que é etiquetado); fonte do material (dos participantes, sistema ou Web); conectividade de recursos (*links* usando etiquetas ou não); e conectividade social (*links* entre usuários). (TRANT, 2008, p. 6, tradução nossa).

Como já foi mostrado neste trabalho, os autores entendem a folksonomia de diversas maneiras, uma delas, adotada por vários autores, é o seu entendimento como uma taxonomia social, contudo, Mathes (2004) em seu famoso trabalho sobre folksonomias, escrito no mesmo ano da criação do termo, mostra que a folksonomia não pode ser entendida como uma taxonomia, pois ela é exatamente o oposto desta.

Segundo ele as folksonomias:

[...] são diferentes das taxonomias formais e esquemas de classificação onde há múltiplos tipos de relações entre os termos. Esses relacionamentos incluem coisas como termos mais amplos, mais estreitos bem como termos relacionados. As folksonomias são simplesmente um conjunto de termos que um grupo de usuários

utilizou para etiquetar um conteúdo, eles não são um conjunto predeterminado de termos de classificação ou rótulos. (MATHES, 2004, p. 4, tradução nossa).

Para o autor, embora seja muito usado o termo “classificação” quando se fala em folksonomia, como em “etnoclassificação”, por exemplo, o ideal é que se use “categorização”, pois esta é menos rigorosa e possui limites mais flexíveis do que aquela. (MATHES, 2004).

Ainda, segundo Mathes (2004), em um ambiente que possibilita a folksonomia:

[...] cada documento pode ter vários termos associados a ele. Em contraste, esquemas de classificação geralmente focam em prover uma única classificação para um item, são muito hierárquicos e têm relações claras. Em uma folksonomia o conjunto de termos está em um espaço para nomes simples: não há relações claramente definidas entre os termos no vocabulário. (MATHES, 2004, p. 4-5, tradução nossa).

Conforme mostra Mathes (2004), o descontrolo de vocabulário é característico das folksonomias, diferente dos SOC que são construídos por meio de vocabulários controlados que trabalham com hierarquias e diversos tipos de relacionamentos entre os termos. Esse descontrolo de vocabulário ocorre nas folksonomias em razão destas serem elaboradas de maneira coletiva e em ambiente aberto, sem qualquer controle.

Segundo Catarino e Baptista (2007, não paginado) há três pontos essenciais que cabe destacar quando se fala em folksonomia: “1) é resultado de uma indexação livre do próprio usuário do recurso; 2) objetiva a recuperação a posteriori da informação e 3) é desenvolvida num ambiente aberto que possibilita o compartilhamento e, até, em alguns casos, a sua construção conjunta.”

As autoras adotam o mesmo entendimento de Wal (2007) em que a folksonomia é vista como um produto, resultado do processo de etiquetagem. Já os autores Corrêa e Santos (2018) após uma análise das definições de folksonomia na literatura de CI, propõem a seguinte definição para o termo:

[...] o resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de etiquetas, palavras-chave) realizada pelos usuários mediante o emprego de termos provenientes de linguagem natural - dispensando o uso de vocabulários controlados- em ambientes digitais colaborativos visando indexar recursos informacionais compartilhados de qualquer formato (textos, imagens, áudio, vídeo etc.) para fins de sua representação e recuperação. (CORRÊA; SANTOS, 2018, p. 29).

Cabe destacar que assim como Wal (2007) e Catarino e Baptista (2007) os autores citam que o objetivo dos usuários no processo de etiquetagem e seu produto,

a folksonomia, é possibilitar a recuperação futura do recurso etiquetado, contudo, alguns autores consideram que não só recuperar informações, mas também compartilhar, divulgar, armazenar, organizar, como verificou Brandt (2009) ao realizar um levantamento a respeito das motivações dos usuários para a etiquetagem nos sítios *Flickr* e *Delicious*.

Os autores Sinclair e Cardew-Hall (2008) tratam a etiquetagem de maneira ampla, segundo eles:

Serviços de etiquetagem permitem um participante associar livremente determinadas palavras-chave (chamadas 'etiquetas') a um recurso particular. O recurso pode ser apenas sobre alguma coisa. Serviços de etiquetagem existem para etiquetarem uma enorme variedade de coisas tais como fotografias, URLs, *podcasts*, jogos de computador, músicas e vídeos. O emergente conjunto de dados que surgem de todas as etiquetas e recursos dos participantes é comumente chamado 'folksonomia'. (SINCLAIR; CARDEW-HALL, 2008, p. 15, tradução nossa, grifo nosso).

Então, segundo esses autores a folksonomia é um produto, um conjunto de dados e está contida nos serviços de etiquetagem, estes abordados de maneira ampla. Já Trant (2008), define etiquetagem e folksonomia e ressalta a relação desta última com a OC:

Nós podemos pensar a etiquetagem como um processo (com um foco na terminologia de escolha do usuário); a folksonomia como o vocabulário coletivo resultante (com foco na organização do conhecimento); e a etiquetagem social como um contexto sócio-técnico na qual a etiquetagem toma lugar (com foco na computação e redes sociais). (TRANT, 2008, p. 4).

Nesta definição a etiquetagem social é vista como o contexto maior onde se encontram a etiquetagem e a folksonomia como um produto daquela. O interessante desta definição é que o autor cita que a folksonomia possui como objetivo organizar o conhecimento de terminada área, ambiente ou domínio de conhecimento. Já para Rodrigues (2010, p. 36), a folksonomia é:

[...] um processo de indexação adotado por muitos dos sistemas de compartilhamento de arquivos na Internet atualmente. Neles a representação do conteúdo é feita em linguagem natural do usuário, sem nenhum tipo de intervenção de gestores ou mecanismos de organização especializados.

O autor considera a folksonomia um processo e também uma vertente da indexação sem a utilização de instrumentos de controle que interfiram no processo.

Santos (2013) também considera a folksonomia uma vertente ou abordagem da indexação. Para este autor, ela:

Trata-se de uma indexação colaborativa ou democrática, que é uma abordagem centrada no usuário e está relacionada com a ideia dos usuários colaborarem com seus próprios termos para indexar determinado recurso por meio da etiquetagem (do inglês, *tagging*). (SANTOS, 2013, p. 93, grifo do autor).

Com base nas definições dos autores acima temos o quadro abaixo:

Quadro 2 – Entendimentos sobre folksonomia

Entendimentos	Quantidade de trabalhos	Autores
Produto	6	Wal (2007); Mathes (2004); Catarino e Baptista (2007); Corrêa e Santos (2018); Sinclair e Cardew-Hall (2008); Trant (2008)
Processo	1	Rodrigues (2010)
Abordagem	1	Santos (2013)

Fonte: elaborado pelo autor

Por meio das definições dos autores abordados neste trabalho obtivemos (seis) entendimentos da folksonomia como um produto resultante do processo de etiquetagem, (um) como um processo e mais (um) como uma abordagem que abarcam processo e produto, com base no quadro 1.

O entendimento mais adotado pelos autores coincide com o deste trabalho, que considera a folksonomia um produto. Esta concepção da folksonomia, possivelmente, seja a mais adotada, pois é a visão de Wal (2004), o criador do termo.

Agora, pensando a folksonomia no contexto da CI, alguns autores consideram-na como pertencente à OI e outros à OC. Os autores que consideram a folksonomia parte da OI, normalmente, a caracterizam como um processo, ou como processo e produto, que é o caso de Araújo (2013), Rodrigues (2010). Já os autores que consideram a folksonomia como parte do campo de estudo de OC, a definem como um produto, resultante do processo de etiquetagem, é o caso de Brandt (2009) que abraçou a definição do criador do termo.

As visões desses autores estão ligadas ao entendimento que eles têm da folksonomia e assim o encaixe desta na OI ou OC, pois como mostraram Brascher e Café (2008) a OI trabalha com objetos individuais e quando abordamos a folksonomia como um processo estamos pensando na etiquetagem que um usuário faz de um objeto, agora quando tratamos a folksonomia como um conjunto de etiquetas de um

determinado sistema, ou seja, o produto da etiquetagem dos usuários, estamos trabalhando com algo mais amplo, uma comunidade com interesses comuns ou mesmo um domínio, e segundo Brascher e Café (2008) é a OC quem trabalha com domínios.

Este trabalho, como aborda a folksonomia como um produto, também adota a visão daquela como pertencente à área da OC, tendo como base para essa escolha a ideia de que as etiquetas inseridas em uma folksonomia representam conceitos selecionados pelos usuários para etiquetarem os recursos, pois, “[...] as etiquetas (*tags*) representam termos, mas o que é ativado no processo cognitivo [...] são os conceitos, os seja, a estrutura é construída a partir dos conceitos fornecidos pelos usuários” (BRANDT, 2009, p. 67).

A nuvem de etiquetas, quando caracteriza uma folksonomia, representa os termos atribuídos por uma comunidade de usuários aos recursos informacionais de determinado sistema ou sítio na *Web*, nesse caso, a folksonomia representa o conhecimento dessa comunidade nesse contexto, podendo ser de diversos domínios. Sendo assim, esse é mais um fator que possibilita colocar a folksonomia (produto) dentro da OC.

Conforme exposto no capítulo anterior sobre a OC, Hjørland (2003) a divide em organização intelectual do conhecimento e organização social do conhecimento, a primeira vertente se refere a organização com base no conhecimento do próprio domínio e realizada por profissionais, já a segunda é mais ampla e se refere a organização do conhecimento em disciplinas, mercados, profissões e geralmente é realizada por uma comunidade com base em seus princípios e diretrizes. (BRANDT, 2009).

Como a folksonomia é gerada por uma comunidade de usuários com base em seus princípios, podemos dizer que ela é o produto da organização social do conhecimento de determinado sistema ou sítio da *Web*. Deste modo, é possível afirmar que ela pertence à dimensão social da OC, como exemplificado na figura abaixo.

Figura 4 - Encaixe da folksonomia dentro da CI e da OC



Fonte: elaborado pelo autor

Conforme mostra a figura acima, como grande área temos a CI, abaixo dela como um de seus eixos de pesquisa temos a OC e ali, ao seu lado, poderíamos também colocar a OI como outro eixo da CI. Abaixo da OC temos as suas duas vertentes, a organização intelectual do conhecimento e a organização social do conhecimento, logo abaixo da primeira temos os SOC e abaixo da segunda, como pertencente a ela, temos a folksonomia e os Sistemas híbridos de organização do conhecimento criados e atualizados com base nas potencialidades da folksonomia. Com isso, temos o encaixe da folksonomia na CI e na OC, segundo a abordagem adotada neste trabalho.

A folksonomia, pertencendo a OC, torna-se necessário elucidar como ela pode ser caracterizada dentro desta em função de sua estrutura e o modo como organiza o conhecimento de determinado domínio.

A autora Brandt (2009) caracterizou a folksonomia como um esquema de representação do conhecimento, por meio da afinidade entre algumas abordagens da OC com a folksonomia, como a abordagem baseada no usuário, a abordagem cognitiva, a social e a abordagem da recuperação da informação, a autora afirmou ser possível inserir a folksonomia dentro das teorias da OC.

Apesar deste levantamento, ela não explicou o porquê de utilizar “esquema” para caracterizar a função da folksonomia dentro da OC. Essa lacuna foi percebida

pela autora e em suas sugestões de pesquisas futuras relacionadas ao tema ela sugere o desenvolvimento de um estudo que identifique o que faz com que um modelo seja considerado um esquema de representação do conhecimento. (BRANDT, 2009).

Outros autores consideram a folksonomia como um SOC, como é o caso de Barité (2011) que a caracteriza desta forma, mas não explica o porquê de ser um SOC. O autor apenas afirma que a folksonomia possui um vocabulário descontrolado, que sua abordagem aos SOC é feita de maneira geral e espera uma normalização da terminologia dos SOC na área.

Carlan (2010) é outra autora que coloca a folksonomia como um SOC em sua pesquisa. Com base em Hjørland (2007) ela aborda a folksonomia como um SOC só que também não explica o porquê. A autora fez um levantamento sobre temas associados aos SOC na literatura da CI e observou a quantidade expressiva de vezes que a folksonomia apareceu (5) vezes, isso a surpreendeu, pois a folksonomia era um tema novo na área à época em que foi realizada a sua pesquisa.

Outro autor que abordou a folksonomia como um SOC foi Moreira (2018) em sua tese de Livre-Docência. Na ocasião, Moreira (2018) afirmou que a folksonomia não poderia ser considerada um sistema no sentido pleno da palavra, mas mesmo assim adotou abordagens que a consideram um SOC com um nível semântico e estrutural de menor complexidade se comparado a um tesauro, por exemplo. Segundo ele:

Embora se reconheça que alguns instrumentos podem ser mais ricos semântica e estruturalmente, acredita-se que todos ainda estão em evolução e ainda podem ser aplicados para a resolução de problemas específicos que envolvem processos de organização do conhecimento e SOC. No debate, há lugar, inclusive, para *sistemas* que não se enquadram como sistemas no sentido tradicionalmente utilizado para se referir aos SOC, como é o caso das folksonomias. (MOREIRA, 2018, p. 130, grifo do autor).

Então, segundo esta visão, a folksonomia está inserida na OC, mas devido à falta de uma maior complexidade semântica e estrutural, ela ainda não pode ser considerada um sistema, necessitando de uma outra nomenclatura para si.

Considerando que alguns autores como Strehl (2011) e Santos (2016) utilizaram em alguns momentos o termo “ferramenta” para se referirem à folksonomia, e a necessidade de encontrarmos um termo que revele menor complexidade para se referir a mesma, já que, como apontou Moreira (2018) o termo “sistema” não poderia ser utilizado para se referir a folksonomia, pois, esta possui maior simplicidade

semântica e estrutural se comparada a outros SOC, adotaremos neste trabalho o termo “ferramenta” para se referir a ela.

Segundo o dicionário Michaelis (2015), a palavra “ferramenta” tem como alguns dos seus significados: “qualquer instrumento necessário para o desempenho de uma profissão”; “meio para alcançar um objetivo”. No nosso caso a folksonomia seria necessária para o desempenho da atividade de organizar o conhecimento e a informação de uma comunidade em relação ao primeiro significado. Em respeito ao segundo, a folksonomia tem o objetivo de representar o conhecimento dessa comunidade.

Como a folksonomia é construída de maneira colaborativa, podemos, então, caracteriza-la como uma ferramenta colaborativa de organização do conhecimento. Esta seria uma caracterização possível da folksonomia dentro da OC devido as suas peculiaridades como colaboração, simplicidade e subjetividade, com base em autores como Moreira (2018), Strehl (2011) e Santos (2016).

Dada a caracterização da folksonomia neste trabalho como uma ferramenta colaborativa de organização do conhecimento, passamos agora a abordar a sua tipologia. Segundo Wal (2005), dadas as suas características, as folksonomias podem ser divididas em dois tipos, amplas e estreitas.

Uma folksonomia se caracteriza como ampla quando vários grupos de pessoas com vocabulário parecido dentro de cada grupo, mas diferente entre os grupos, etiquetam um mesmo recurso. Isso possibilita identificar como diferentes grupos de pessoas estão etiquetando determinado objeto, também, possibilita descobrir etiquetas populares em determinados grupos com determinado recurso, além da possibilidade de extração de termos para vocabulários controlados. (WAL, 2005).

No caso das folksonomias estreitas, elas são caracterizadas por uma ou poucas pessoas atribuindo etiquetas que utilizam para recuperar determinado recurso. Este tipo de folksonomia tem uma natureza singular e normalmente as pessoas atribuem apenas um termo com forte ligação ao recurso. Desta forma, as folksonomias estreitas são úteis na etiquetagem de objetos que não são facilmente pesquisáveis, devido à grande proximidade das etiquetas ao recurso, em questão de significância. (WAL, 2005).

Devido à possibilidade de participação de vários usuários no processo de etiquetagem de um mesmo recurso informacional, a folksonomia, produto da etiquetagem, possibilita uma representação ampla do recurso, aumentando

sobremaneira as possibilidades de recuperação do mesmo. (CATARINO; BAPTISTA, 2007).

Ao mesmo tempo que proporciona uma maior taxa de recuperabilidade, a folksonomia traz problemas, como o descontrole de vocabulário, devido às várias etiquetas que diferentes usuários atribuem a um mesmo recurso informacional sem seguirem qualquer tipo de norma ou diretriz que proporcione algum tipo de padronização das etiquetas atribuídas. Sendo assim, a folksonomia possui algumas vantagens em relação a um vocabulário controlado, mas também possui desvantagens.

Segundo as autoras Catarino e Baptista (2007), algumas vantagens da folksonomia são o seu aspecto colaborativo, onde os usuários compartilham a forma como organizam os recursos mediante a possibilidade de acesso às suas etiquetas por outros usuários e também, a possibilidade de formação de comunidades com interesses em comum, identificados através das etiquetas. Outra vantagem, segundo as autoras, é o vocabulário livre, que possibilita aos usuários a liberdade de expressão na etiquetagem dos recursos. Esta vantagem valoriza a diversidade intelectual e cultural das pessoas, pois, cada um pode interpretar uma informação de maneira diferente em função de sua experiência de vida.

Para Mathes (2004) uma das vantagens da folksonomia é a encontrabilidade, pois quando o usuário navega em conjuntos de etiquetas interligadas ele pode descobrir informações interessantes para si que não estavam inicialmente no seu objetivo de busca, além de poder formular novas questões de pesquisa com base nas informações que encontra durante a navegação. Já em ambientes controlados o ideal é que usuário já tenha a sua pergunta de pesquisa bem formulada, pois se ele não a tem, a possibilidade de encontrar a informação que realmente necessita será bem menor.

Mas, para esse autor a maior vantagem da folksonomia é que ela reflete o vocabulário dos usuários, ou seja, “[...] ela diretamente reflete suas escolhas em dicção, terminologia e precisão” (MATHES, 2004, p. 7).

Desse modo, a recuperação da informação se torna mais fácil, já que os termos utilizados para buscar a informação são os mesmos ou têm características semelhantes com aqueles utilizados para representar essa mesma informação. Esta característica é chamada de garantia do usuário, também considerada no processo de indexação, mas que não consegue ser 100% seguida pelo indexador, pois este

deve utilizar um vocabulário controlado no momento da tradução dos conceitos em termos descritivos.

Existe também a vantagem do baixo custo para os usuários e o sistema que usa a folksonomia em termos financeiros, de esforço e tempo, em comparação com sistemas controlados. (MATHES, 2004).

Mathes (2004) coloca mais duas características relacionadas a folksonomia que ele não coloca como vantagem, mas podemos entender como dois pontos positivos da mesma. A primeira é a possibilidade de formação de grupos de usuários com interesses comuns, pois quando um usuário atribui uma etiqueta a um item ele consegue visualizar todos os outros itens que foram etiquetados com aquele termo, possibilitando uma comunicação assimétrica entre o grupo de usuários interessados naquele item.

A segunda característica é a capacidade das folksonomias produzirem termos importantes que podem ser capturados e utilizados por sistemas de informação para representarem suas informações, pois os termos de uma folksonomia, muitas vezes, são formulados de maneira cooperativa entre os usuários através do *feedback* que o usuário tem ao atribuir uma etiqueta a um item, como exposto no parágrafo acima. Então, através desse *feedback*, os usuários podem atribuir termos a determinados recursos de maneira consensual e involuntária. Essa característica da folksonomia pode ajudar a aumentar a garantia do usuário em um sistema de informação. (MATHES, 2004).

Em relação às vantagens da folksonomia para a representação e recuperação de fotografias, alguns autores citam: “Atribuição de termos geográficos” realizados por usuários que já estiveram ou conhecem o local onde a fotografia foi capturada, auxiliando na identificação e representação da fotografia, além de possibilitar aos usuários que se interessem pela imagem a irem conhecer o local onde ela foi capturada. Outra vantagem, é que a folksonomia aplicada a imagens permite “Conexões físicas entre pessoas”, então, decorrente da vantagem “Atribuição de termos geográficos”, as pessoas podem se deslocarem para um mesmo ambiente, mediante o desenvolvimento de interesse comum no local que a imagem representa, criando, assim, a possibilidade de encontro físico e desenvolvimento de vínculo por interesses comuns. (WINGET, 2011).

Mais uma vantagem da folksonomia para recuperação de documentos fotográficos, segundo Piker (2008) é o “*Browsing*”, “Navegação” em português. Esta

potencialidade da folksonomia, presente em ambientes colaborativos como o *Flickr*, possibilita aos usuários navegarem por meio das etiquetas até chegarem as chamadas “*Pools*” que são grupos de fotografias relacionadas a uma mesma temática, representadas por uma ou mais etiquetas.

O “*Browsing*” permite aos usuários refinarem sua questão de pesquisa, além de ampliarem o escopo de imagens disponíveis a sua escolha. Principalmente, em relação às fotografias, que são documentos polissêmicos e assim permitem diversas interpretações por diferentes usuários a depender do seu contexto e experiência de vida, o “*Browsing*” coloca à disposição do usuário uma ampla variedade de documentos que muitas vezes não estariam disponíveis a ele, pois em um ambiente onde se utiliza vocabulário controlado é possível que o termo preferido definido para a recuperação do recurso não coincida com a questão de busca do usuário, recuperando, assim, itens que não são de total interesse daquele. (PIKER, 2008).

Outra vantagem/potencialidade da folksonomia é a possibilidade de representação de elementos conotativos e até denotativos da fotografia que muitas vezes são considerados secundários em um ambiente controlado e assim não são levados em consideração no momento da representação desses documentos. A “Representação de elementos secundários” acaba sendo contextual, pois uma informação pode não ter grande importância para um usuário, já para outro pode ter grande relevância e inclusive constar em sua questão de busca para recuperação desses documentos. (PIKER, 2008).

Esses elementos secundários podem ser desde informações relacionadas a sentimentos, gênero, até questões técnicas de produção e pós-produção da fotografia e também, como Piker (2008) identificou em sua pesquisa, os usuários costumam dar muita atenção a elementos geográficos e de localização da imagem, tanto no processo de representação por meio da etiquetagem, como na recuperação desses documentos.

Com relação às desvantagens da folksonomia, Catarino e Baptista (2007) afirmam que todas giram em torno do descontrole de vocabulário. Problemas como ambiguidade, nenhum controle de sinônimos, homônimos, singular e plural, além da falta de precisão na recuperação da informação são causados pela falta de um vocabulário controlado.

Também para Mathes (2004) os problemas ou desvantagens da folksonomia giram em torno da falta de um vocabulário controlado. Segundo o autor um dos

problemas é a ambiguidade, que ocorre quando os usuários utilizam o mesmo termo com diferentes sentidos para representarem os recursos. Isso acontece, pois em ambientes que utilizam a folksonomia não há diretrizes ou notas escopo para auxiliar o usuário na representação da informação.

Outro problema apontado por Mathes (2004) é que alguns sistemas que utilizam a folksonomia não oferecem aos usuários a possibilidade de utilizar espaços nas etiquetas. Isso impede qualquer possibilidade de hierarquia entre as palavras em uma mesma etiqueta, fazendo com que as ideias dos usuários se misturem, impossibilitando assim, o real entendimento da mesma.

Mais dois problemas apontados pelo autor são a falta de controle de sinônimos e o uso de singular e plural. Quando etiquetas que têm significados parecidos são utilizadas para representarem um mesmo recurso está ocorrendo a falta de controle de sinônimos e isso é muito comum em sítios que adotam a folksonomia. O uso de um termo no singular e plural para representar um mesmo recurso também se torna um problema para a recuperação da informação. (MATHES, 2004).

Em se tratando dos problemas da folksonomia para a representação e recuperação de fotografias, especificamente, os autores Peters e Stock (2008) mencionam a confluência entre o “*Ofness*”, “*Aboutness*”, “*Iconology*” e “*Isness*” na folksonomia resultante do processo de etiquetagem de determinada fotografia.

O “*Offness*” se refere ao nível “Pré-Iconográfico” da abordagem de Panofsky (1991) sobre os níveis semânticos de descrição de uma obra de arte, que será melhor abordada no tópico referente aos processos de análise do documento fotográfico. Mas, no geral, o nível “Pré-Iconográfico”, ou o “*Ofness*”, se refere ao mundo dos objetos naturais e que não precisa de um conhecimento profundo do usuário para identificá-los, por exemplo, uma casa, um chapéu, um vestido vermelho, etc. (PETERS; STOCK, 2008)

O “*Aboutness*” se refere ao nível “Iconográfico” da abordagem da Panofsky (1991), que são as anedotas, alegorias de uma imagem e representam o assunto da fotografia, por exemplo, a casa da Paula, o chapéu francês do século XX, o vestido vermelho usado por determinada atriz em determinado evento. (PETERS; STOCK, 2008)

O “*Iconology*” é referente ao nível “Iconológico” de Panofsky (1991), que representa os valores simbólicos por trás de determinada obra de arte, ou seja, a intenção por trás de determinada fotografia em determinada época e contexto, então,

por exemplo, o vestido vermelho pode representar um tendência em determinado país e época ou o uso do chapéu pelas mulheres pode representar uma forma de protesto contra o machismo na França na década de 1950. (PETERS; STOCK, 2008)

Além desses três níveis, compatíveis com os três níveis semânticos de interpretação da imagem de Panofsky (1991), os autores Peters e Stock (2008) estabelecem mais um nível, o "*Isness*", que se refere aos aspectos não relacionados ao conteúdo da imagem, muito comum no processo de etiquetagem de fotografias na *Web*, onde os usuários atribuem etiquetas que não têm a ver com o conteúdo das fotos. Como exemplo de "*Isness*", os usuários podem atribuir termos referentes ao fotógrafo ou a percepções perante a imagem, como, lindo, belo, chocante, estranho e assim vai.

O problema na representação de fotografias por meio da etiquetagem é a "Confluência de níveis interpretativos", onde, "*Ofness*", "*Aboutness*", "*Iconology*" e "*Isness*" se misturam em uma única folksonomia impedindo uma representação consistente do seu conteúdo imagético e assim uma recuperação eficaz.

Outro problema da folksonomia para representação e recuperação de fotografias, segundo Peters e Stock (2008), é referente ao "*Isness*", ou seja, etiquetas que não representam o assunto da fotografia e assim dificultam sua recuperação por outros usuários. Contudo, apesar dos autores acima considerarem um problema a presença de "Etiquetas que não representam o assunto da fotografia", no caso da fotografia arquivística, etiquetas ou termos que representem o contexto de produção daquele documento são mais úteis do que etiquetas ou termos que representem apenas o assunto da imagem, pois essa área leva em consideração primeiramente o contexto de produção dos documentos e informações para sua organização e representação e de maneira secundária o assunto dos mesmos, diferente da Biblioteconomia em que o assunto é primário nos seus processos de tratamento da sua documentação.

Assim, dadas as vantagens e desvantagens da folksonomia para representação e recuperação da informação segundo alguns autores da área, a seguir é exibido um quadro compilando-as e destacando em **negrito** aquelas específicas do documento fotográfico.

Quadro 3 - Vantagens e desvantagens da folksonomia para a representação e recuperação da informação

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Aspecto colaborativo	Ambiguidade
Formação de comunidades com interesses em comum	Problemas de sinonímia
Vocabulário livre	Problemas de homonímia
Encontrabilidade	Problemas com singular e plural
Garantia do usuário	Falta de precisão na recuperação da informação
Baixo custo	Etiquetas confusas
Auxílio a sistemas de informação	Confluência de níveis interpretativos
Atribuição de termos geográficos	Etiquetas que não representam o assunto da fotografia
Conexões físicas entre pessoas	
Navegação	
Representação de elementos secundários	

Fonte: elaborado pelo autor

Como pode ser observado no quadro acima, os autores elencam mais vantagens do que desvantagens da folksonomia e também da etiquetagem. A maioria dos problemas tem relação com o descontrole de vocabulário e os que não tem uma relação direta com ele, tem indiretamente, como o problema de “Falta de precisão na recuperação da informação” que é causado pela falta de controle de vocabulário utilizado pelos usuários para etiquetarem os recursos.

As vantagens não giram em torno de um núcleo comum como as desvantagens, mas a maioria delas tem relação com o aspecto coletivo e colaborativo de construção das folksonomias.

As vantagens e desvantagens da folksonomia, específicas da representação e recuperação de fotografias, também, giram em torno do aspecto colaborativo da folksonomia e da falta de um controle de vocabulário. No caso das vantagens, elas, também, são fruto da fluidez dos sistemas que utilizam a etiquetagem e folksonomia, possibilitando aos usuários navegarem pelas etiquetas até chegarem em outros documentos e informações de maior interesse para si.

Embora o descontrole vocabular seja o grande ponto negativo da etiquetagem e folksonomia, a possibilidade do uso de vocabulário controlado e folksonomia, sem retirar as vantagens de ambos, tem sido apresentado pelos autores do campo da CI

como uma boa solução para os problemas de recuperação da informação em sistemas de informação.

Morrison (2007) revela que a implantação da etiquetagem e folksonomia em um sítio ou sistema de informação na *Web* será bem sucedida apenas se os objetivos desses ambientes estiverem em intercessão com os objetivos e motivações dos usuários.

Segundo ele “[...] quando pensar em como adicionar a funcionalidade da etiquetagem e como construir e usar uma folksonomia, nós temos que nos perguntar: Para que servem as folksonomias e por que os usuários etiquetam?” (MORRISON, 2007, p. 12).

Morrison (2007), então, elenca algumas das motivações dos usuários para etiquetarem recursos na *Web*. Segundo ele, a primeira motivação é a recuperação do recurso no futuro, então, os usuários são levados a proverem boas etiquetas para que possam encontrar o recurso quando desejarem.

Os usuários também etiquetam recursos para obterem exposição e movimentação, por exemplo, “os produtores de conteúdo que submetem itens para uma coleção etiquetam seus itens para que os usuários que navegam ou pesquisam na folksonomia acabem vendo seu conteúdo” (MORRISON, 2007, p. 14).

Outra motivação para a etiquetagem dos usuários é dar voz às suas opiniões, por exemplo, quando sítios de agregação de notícias sociais permitem a etiquetagem dessas notícias, então “[...] usuários podem prover etiquetas que são um julgamento do conteúdo ao invés de uma simples descrição” (MORRISON, 2007, p. 14).

Usuários também etiquetam recursos incidentalmente conforme executam tarefas de recuperação de informação. Quando executam pesquisas em sítios ou sistemas de informação e encontram o que deseja, os termos utilizados por usuários podem ser capturados pelo sistema para servirem de etiquetas ao recurso recuperado. Outra motivação é referente aos usuários etiquetarem recursos para tirarem proveito das funcionalidades da folksonomia, então, um usuário pode etiquetar um item para que sejam criadas relações desse item com outros dentro da folksonomia. (MORRISON, 2007).

A última motivação citada por Morrison (2007) é jogar um jogo e ganhar pontos pela etiquetagem. Alguns sítios, jogos remuneram seus usuários/jogadores pela etiquetagem de itens. A remuneração pode ser em pontos para serem trocados por

diversos benefícios ou diretamente em dinheiro digital que pode ser transferido para a conta bancária do usuário.

Alguns desses cenários da etiquetagem e folksonomia podem apoiar muito bem o processo de recuperação da informação, outros nem tanto, também, existem outras motivações além destas, essa lista não está encerrada. O que cabe destacar é que ao se implantar as funcionalidades da etiquetagem e folksonomia, o sítio ou sistema devem ter alinhados os seus objetivos com os objetivos dos usuários. (MORRISON, 2007).

Para Trant (2008) as motivações para a etiquetagem dos usuários são divididas em organizacionais e sociais, “[...] e incluem recuperação futura, contribuição e compartilhamento, atração de atenção, jogos e competições, auto apresentação, e expressão de opinião” (TRANT, 2008, p. 6, tradução nossa).

Ainda, segundo o autor, a “Etiquetagem pode ser considerada um ato de fazer sentido com etiquetas compartilhadas tomando a forma de um significado coletivo. Usuários etiquetam para criar sentido ou organizarem uma parte do seu mundo” (TRANT, 2008, p. 16, tradução nossa).

Os dados das etiquetas “[...] vinculadas a um usuário específico permitem a classificação dos usuários, com base nas características de suas etiquetas” (TRANT, 2008, p. 20, tradução nossa).

O autor Javier Cañada (2006) analisou a etiquetagem e folksonomia no *Delicious e Flickr* e classificou os usuários etiquetadores em quatro tipos: egocêntricos, amigáveis, altruístas e populistas.

Os etiquetadores egocêntricos trazem pouca contribuição social, variando entre baixa e média. Eles utilizam termos de caráter pessoal, causando heterogeneidade de etiquetas no sistema. A sua motivação para etiquetagem é alta, porém apenas para benefício pessoal. (CAÑADA, 2006 apud SANTOS, 2013).

Os etiquetadores amigáveis dispõem de alto benefício social. Os usuários utilizam uma linguagem que tem grande significância para os grupos nas quais interagem. A motivação aqui é alta, servindo para fortalecer o senso de comunidade no grupo. (CAÑADA, 2006 apud SANTOS, 2013).

O próximo tipo de etiquetadores são os altruístas e estes são os que mais trazem benefício social em relação a recuperação de informação por outros usuários, pois estabelecem padrões nos termos utilizados para a etiquetagem. A motivação desses etiquetadores é baixa, pois buscar padrões entre termos em um sistema é uma

tarefa trabalhosa e que não daria retorno direto ao etiquetador. (CAÑADA, 2006 apud SANTOS, 2013).

O último tipo de etiquetadores são os populistas, estes trazem o menor benefício social para a recuperação informação, pois etiquetam com termos mais atraentes com o objetivo de ganharem mais acessos, então utilizam etiquetas populares e chamativas para um grande número de pessoas, como; muito bom, legal, demais, imperdível. A motivação aqui é alta, pois o usuário tem um objetivo definido, além de ser uma tarefa fácil para o etiquetador. (CAÑADA, 2006 apud SANTOS, 2013).

Cañada (2006) classificou as motivações dos usuários em alta e baixa e o único etiquetador que possui motivação baixa é o que justamente mais contribui com a recuperação da informação por outros usuários, o etiquetador altruísta.

Brandt (2009) fez um levantamento das motivações dos usuários para a etiquetagem no *Delicious* (sítio de favoritos) e *Flickr* (sítio de gerenciamento de fotografias), perguntando a eles sobre suas motivações.

A autora obteve as seguintes motivações: Recuperação (54%); Compartilhamento (23%); Organização (20%); Divulgação (10%); Agregar conteúdo (5%); Lembrete (2%); Diversão (2%); Armazenamento (1%); Indexação (1%); Outros (2%). (BRANDT, 2009)

De acordo com a autora as altas taxas de motivação relacionadas a recuperação e organização “[...] relaciona-se com o instinto humano de categorizar e classificar as coisas (organização) para que sejam encontradas posteriormente (recuperação)” (BRANDT, 2009, p. 87).

A outra motivação muito citada pelos usuários foi o compartilhamento e segundo a autora essa motivação tem a ver com as características e objetivos da *Web 2.0* já que os sítios analisados são característicos dessa geração da *Web* onde a interação, a colaboração e o compartilhamento são seus pilares. (BRANDT, 2009).

Apesar das motivações elencadas aqui, é necessário destacar que elas variam de acordo com o ambiente e suas funcionalidades na qual o usuário está realizando a etiquetagem, ou seja, se é um ambiente para armazenamento e gerenciamento de fotografias, de favoritos, de músicas, de bibliografias, de vídeos, dentre outros existentes e possíveis na *Web 2.0*.

Dessa forma, a seguir elencaremos alguns sítios que possuem a funcionalidade da etiquetagem e folksonomia de seus recursos, demonstrando como a etiquetagem

se realiza neles e como a folksonomia é produzida. Algumas características desses sítios também serão apresentadas.

3.1 ETIQUETAGEM E FOLKSONOMIA: alguns ambientes

Alguns dos ambientes clássicos que possibilitam a etiquetagem e folksonomia são o *Youtube*, *LibraryThing*, *Last.fm*, *Flickr* e o *Delicious*, um sítio de gerenciamento de favoritos que foi um dos precursores em possuir a função da etiquetagem e folksonomia, mas que nos dias atuais não está mais ativo.

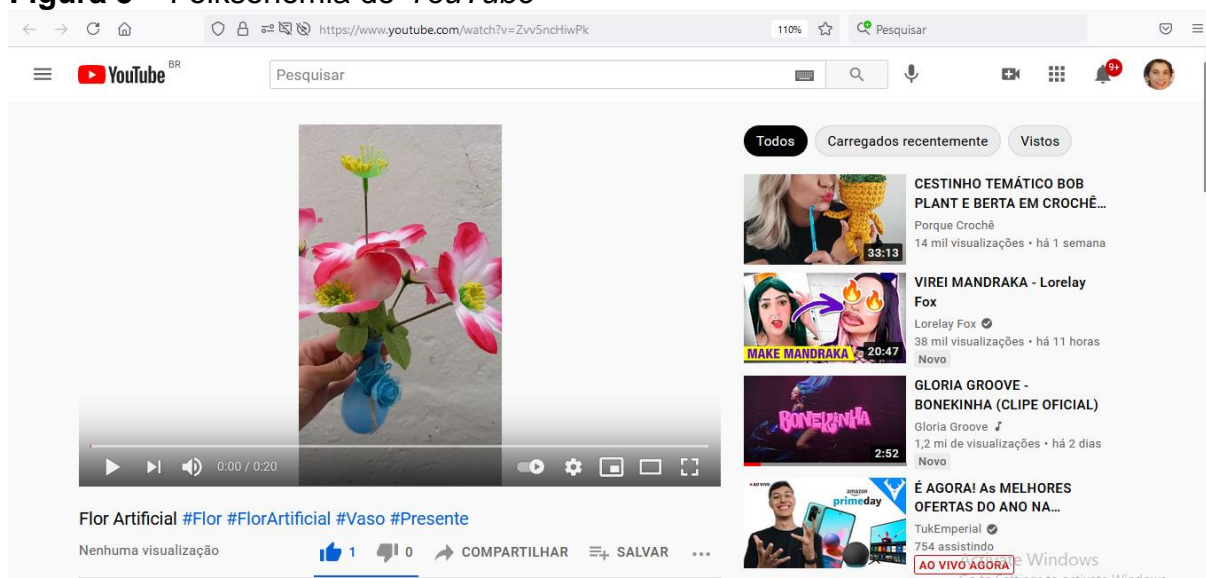
O *Youtube* é o sítio mais utilizado na *Web* hoje em dia para o armazenamento e compartilhamento de vídeos *online*. Ele “Foi lançado em fevereiro de 2005 e permite que o usuário disponibilize seus vídeos pela Internet por meio de *blogs*, sítios, dispositivos móveis como celulares e *smartphones* e por *e-mail*” (BRANDT, 2009, p. 98).

Durante o processo para adicionar um vídeo no *Youtube*:

[...] uma tela de descrição de conteúdo é apresentada ao usuário, que deve preencher as seguintes informações: título, descrição, etiquetas, categoria (escolhida em uma lista pré-definida) e opções de compartilhamento. As etiquetas podem conter mais de uma palavra e são separadas por vírgula na entrada dos dados. (BRANDT, 2009, p. 99).

Na visão de Wal (2005) a folksonomia nesse sítio é considerada estreita já que apenas o usuário que postou o vídeo pode etiquetá-lo. Há também nuvem de etiquetas.

Figura 5 – Folksonomia do YouTube



Fonte: Youtube (2021)

No *print* acima é exibido o vídeo “Flor Artificial” e a frente do título é possível observar as etiquetas que foram atribuídas a ele: “Flor”, “FlorArtificial”, “Vaso”, “Presente”. Estas constituem a folksonomia do respectivo vídeo e podem ser inseridas tanto no título como na descrição do mesmo.

O *LibraryThing* é um sítio para organização de itens bibliográficos que gera um catálogo *online*. “Além disso, o sítio permite o contato com outros usuários cadastrados, formando-se grupos em torno de assuntos de interesse ou por afinidade literária” (BRANDT, 2009, p. 102).

Quando o usuário adiciona um livro ao seu catálogo, os metadados de onde ele estava armazenado são migrados automaticamente, podendo ser modificados pelo usuário. O sítio utiliza, para a descrição das obras, o modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*. O usuário pode adicionar novas etiquetas ao item ou apenas manter os metadados migrados do ambiente anterior na qual o item se encontrava. No *LibraryThing* “É possível adicionar ou alterar etiquetas de vários livros de uma vez. Há ainda a opção de combinar etiquetas, que é uma forma de controle de vocabulário pois permite agrupar etiquetas com o mesmo significado e que possuem o mesmo uso” (BRANDT, 2009, p. 104).

O sítio possui nuvem de etiquetas e “Há opção de visualização das nuvens somente das informações do usuário ou das informações de todo o sítio” (BRANDT, 2009, p. 105).

A folksonomia aqui é considerada ampla devido à grande quantidade de usuários e etiquetas que possui. O *LibraryThing*, atualmente, também possibilita a catalogação de filmes e músicas dos usuários.

Figura 6 – Folksonomia do *LibraryThing*

The screenshot shows the LibraryThing page for the book "Any Other World Will Do" by Alex Lubertozzi. The page includes a navigation bar, a sidebar with links like "Página principal", "Portmenores da obra", "Críticas (0)", "Recomendações", "Membros", "Descrições", "Conhecimento Comum", "Imagens da capa", and "Edições". The main content area features a table with the following data:

Membros	Críticas	Popularidade	Avaliação média	Discussões
5	Nenhum(a)	2,428,256	★★★★★ (5)	Nenhum(a)

Below the table, there are sections for "Membros" (showing "todos os membros"), "Adicionado recentemente por" (listing users like jacashjoh, JanesList, alexlubertozzi, etc.), "Etiquetas" (showing a list of tags: aventura, coming of age, Early Reviewers, Ficção, June 2021, Ficção científica, a ler), "Recomendações de membros" (with an "actualizar" button), "Listas" (showing "Nenhum(a)"), and "Vai gostar?". On the right side, there are sections for "Adicionar aos Seus Livros", "Primeiros Críticos LibraryThing" (with a quote about the book's availability), "Ligações Rápidas" (listing various retailers like Amazon.com, Abebooks.com, etc.), and "Pesquisa Local de Livros".

Fonte: LibraryThing (2021)

Como é possível observar no *print* acima, no campo “Etiquetas” é possível observar a folksonomia gerada para o livro “*Any Other World Will Do*”, constituída de sete etiquetas: “aventura”; “*coming age*”; “*Early Reviewers*”; “Ficção”; “*June 2021*”; “Ficção científica”; “a ler”.

Em relação ao *Flickr*, que é um dos sítios, junto com o *Delicious*, precursores da etiquetagem e folksonomia e que auxiliou no delineamento do conceito de *Web 2.0*, ele surgiu em 2003 e é um “[...] sítio voltado para a organização, gerenciamento e disseminação de fotos e, [...], vídeos” (BRANDT, 2009, p. 93).

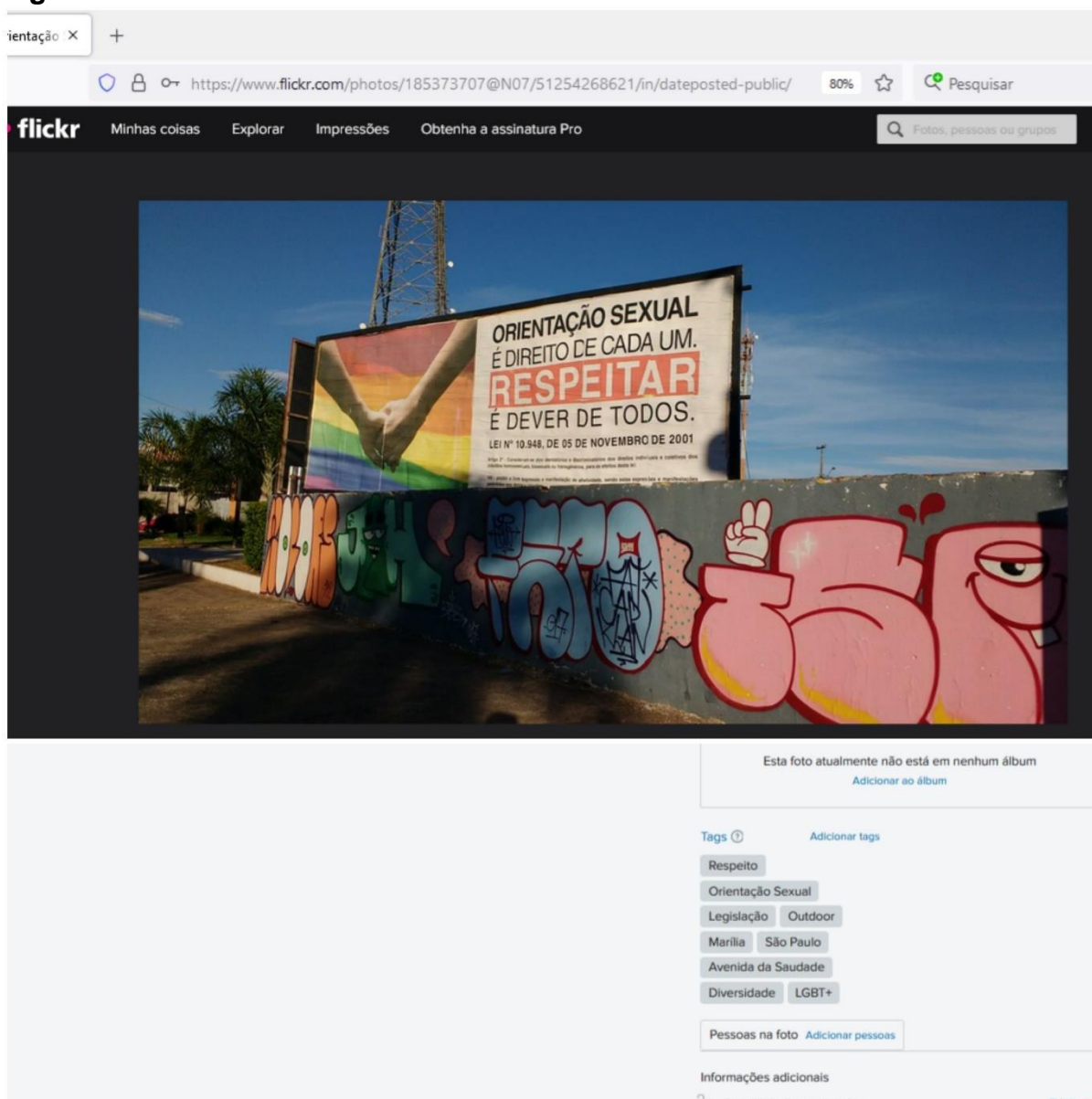
O *Flickr* também tem a função de rede social, ele possibilita “[...] que se crie uma rede de relacionamentos, adicionando pessoas que podem se comunicar, enviar comentários às fotos e adicionar etiquetas, caso o usuário permita” (BRANDT, 2009, p. 94).

Em relação à etiquetagem e folksonomia o *Flickr* possibilita aos usuários adicionarem etiquetas as suas fotos, vídeos e se o usuário que envia o conteúdo permitir, outros usuários também poderão etiquetar o conteúdo dele. (FLICKR, 2020).

É possível a criação de álbuns e coleções (grupos de álbuns) e há também outras ferramentas para a organização das fotos e vídeos, estas serão abordadas no capítulo da análise de discussão dos dados deste trabalho. (FLICKR, 2020).

O sítio possui nuvem de etiquetas e sua folksonomia é considerada estreita já que nem todos os usuários podem etiquetar os recursos que desejam. (BRANDT, 2009).

Figura 7 – Folksonomia do *Flickr*



Fonte: Flickr (2021)

No print acima é possível visualizar uma fotografia postada no *Flickr* e abaixo dela um conjunto de etiquetas que foram atribuídas pelo usuário que a postou, constituindo uma folksonomia desta fotografia. O *Flickr*, objeto de estudo e análise desse trabalho, será abordado com mais profundidade no capítulo de análise e discussão dos dados.

O *Delicious* não está mais atuante, mas ele foi um dos primeiros a possibilitar a etiquetagem e folksonomia em sua arquitetura. Ele era um “[...] gerenciador de sítios favoritos em que o usuário se cadastra e adiciona seus sítios favoritos da web, [também] [...] é possível adicionar pessoas que também estão cadastradas no sítio e se comunicar com elas por meio do envio de URLs, assim como explorar as etiquetas e sítios favoritos de outros usuários” (BRANDT, 2009, p. 89).

A sua folksonomia era aberta, já que qualquer usuário podia adicionar etiquetas aos recursos. (BRANDT, 2009).

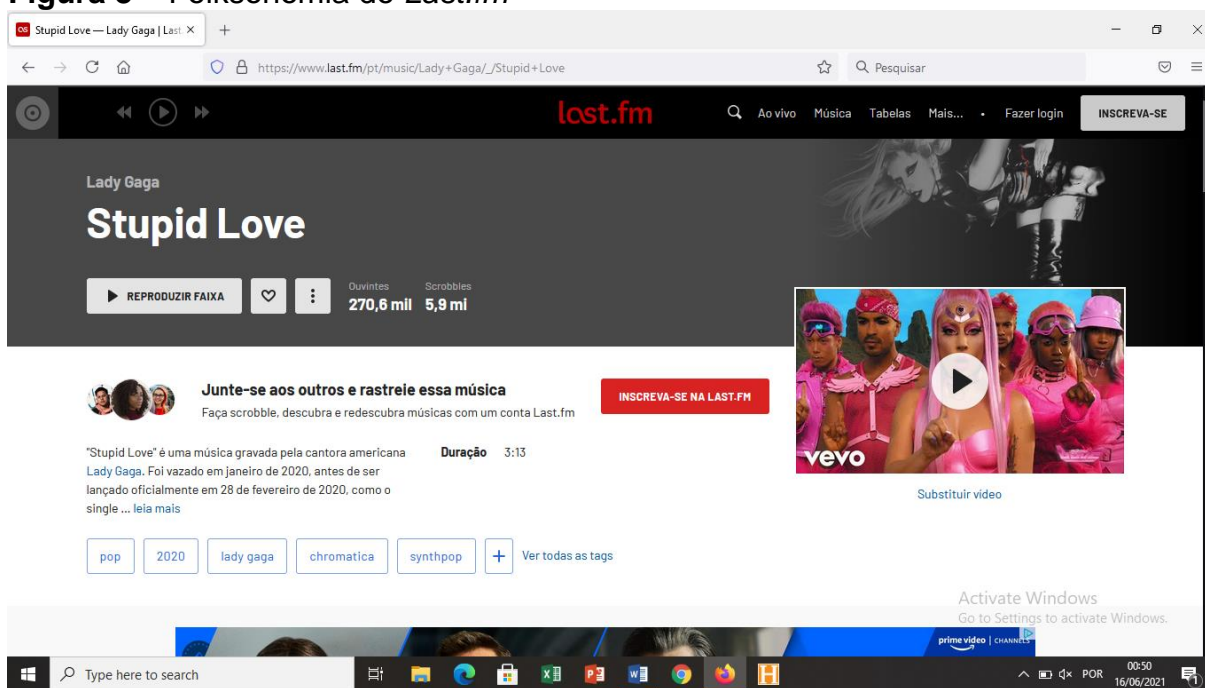
Outro sítio que possibilita a etiquetagem e folksonomia é o *Last.fm*, ele começou a ser pensado no final dos 1990 e o seu sítio foi lançado em 2002. Ele é:

[...] um serviço de recomendação de músicas baseado no gosto do usuário. O sítio funciona também como uma rede social pois há interação entre os usuários, é possível entrar em fóruns de discussão, além de outras formas de comunicação como deixar comentários em páginas de bandas, adicionar conhecidos em seu perfil e anunciar eventos musicais. (BRANDT, 2009, p. 109).

O usuário pode instalar uma ferramenta do sítio em seu computador, assim as músicas que ele escuta podem ser automaticamente adicionadas em seu perfil no *Last.fm* e com base nessas informações o sítio faz recomendações ao usuário. (BRANDT, 2009).

Com relação a etiquetagem e folksonomia, o sítio possibilita aos usuários adicionarem etiquetas aos artistas, músicas e álbuns, também é possível adicionar descrições às etiquetas, como uma espécie de nota explicativa. O *Last.fm* permite aos usuários escutarem uma rádio através de uma etiqueta ou uma combinação destas. Ele também apresenta nuvem de etiquetas de artistas, caracterizando uma folksonomia ampla ou aberta. (BRANDT, 2009).

Figura 8 – Folksonomia do Last.fm



Fonte: Last.fm (2021)

No *print* acima é possível observar as etiquetas atribuídas à música *Stupid Love* da cantora *Lady Gaga* constituindo assim, a sua folksonomia.

As últimas mídias sociais que surgiram nos últimos 15 anos como o *Twitter*, *Facebook* e *Instagram* implantaram um modelo de etiquetagem e folksonomia um pouco diferente das que já eram praticadas por outros sítios como os que foram apresentados aqui.

Esse novo modelo é caracterizado pelo uso das chamadas *hashtags* que buscam prioritariamente divulgar e dar visibilidade a algum tópico que o usuário considere importante, mas também organizar e representar informações e conhecimentos que os usuários achem pertinentes.

As *hashtags* surgiram em 2008 por meio da criação do sistema *trending topics* (tópicos em tendência) pelo *Twitter*. Esse sistema “[...] possibilita o agrupamento de postagens por tópicos, articulando determinadas palavras, frases ou expressões precedidas pelo símbolo sustenido “#”, chamado *hashtag*” (MOURA; MANDAJ, 2014, p. 6, grifo das autoras).

A partir da criação desse sistema, os usuários começaram a direcionar tópicos por meio das *hashtags* e esses “[...] são instantaneamente indexados e filtrados antes

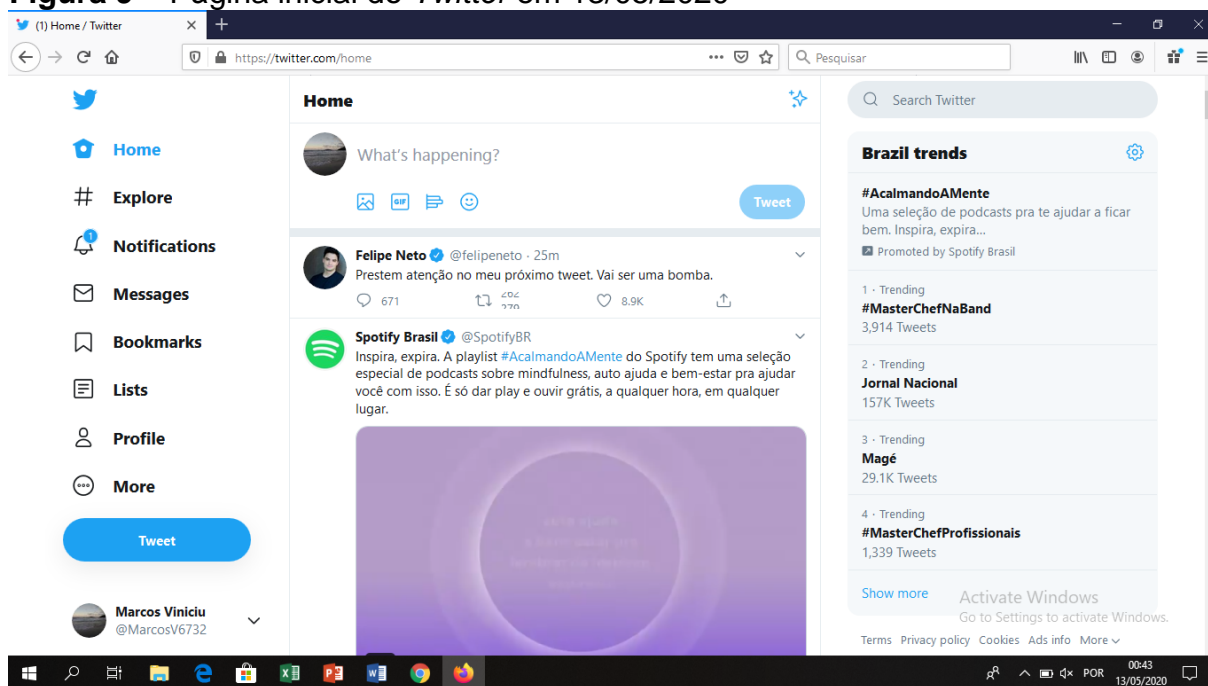
de tornarem-se visíveis na barra onde são agrupados os *trending topics*” (MOURA; MANDAJ, 2014, p. 6, grifo das autoras).

O *Twitter*, criado em 2006:

[...] é uma rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 280 caracteres, conhecidos como "*tweets*"), por meio do *website* do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento. (WIKIPEDIA, 2019).

Abaixo a página inicial do *Twitter* com destaque para os menus do lado esquerdo e do lado direito a área com os assuntos mais comentados do Brasil naquele momento "*Brazil trends*".

Figura 9 – Página inicial do *Twitter* em 13/05/2020



Fonte: Twitter (2020)

Os assuntos do momento são definidos pelo número de vezes que as pessoas de um país ou do mundo todo publicam determinada palavra, conjunto de palavras ou *hashtags*. Se são publicados muitas vezes, a palavra ou a *hashtag* poderá entrar no *trending topics* daquele país, ou do mundo. Importante frisar que essa prática também pode ser realizada por robôs. (WIKIPEDIA, 2019).

No canto direito do *print* é possível visualizar a coluna "*Brazil trends*" que contém as *tags* (etiquetas) e *hashtags* que estavam sendo mais utilizadas por usuários e robôs em território brasileiro no momento em que o *print* foi capturado.

No contexto da folksonomia, as *hashtags* “[...] classificam, agrupam e direcionam as informações contidas na *Web* sobre os mais variados temas e assuntos, possibilitando maior participação e cooperação dos usuários, através da utilização de palavras-chave para organização” (MOURA; MANDAJ, 2014, p. 6-7).

Além desses objetivos, mais próximos do conceito tradicional de folksonomia, as *hashtags* também são utilizadas para “[...] exteriorizar ideais, sentimentos, preferências, indignações e posicionamentos variados dos indivíduos que compõem o ciberespaço” (MOURA; MANDAJ, 2014, p. 7).

As *hashtags* possibilitam a união dos usuários das mídias sociais em torno de um objetivo comum. Elas possibilitam “[...] agrupar assuntos, fortalecer movimentos sociais, promover embates de opinião, apoiar causas e denunciar práticas socialmente inaceitáveis em um contexto moral coletivo” (ROMEIRO; SILVA, 2018, p. 222).

Dentre as práticas inaceitáveis temos a LGBTfobia, o racismo, a misoginia, a xenofobia, dentre outras formas de preconceitos e injustiças sociais.

As *hashtags* podem ser encontradas tanto em comentários como na descrição de um texto, fotografia ou vídeo, por exemplo. No *Instagram*, mídia utilizada para postagem e divulgação de fotos e vídeos, as *hashtags* são muito utilizadas pelos usuários como forma de divulgação de suas fotografias, como elemento de recuperação dessas mesmas fotografias por outros usuários e também para a criação de comunidades com interesses comuns em determinadas fotografias.

No capítulo seguinte abordaremos a fotografia sob a ótica da OC e como instrumento para a perpetuação de fatos e ações relacionados a determinado grupo social.

Além disso, a fotografia é um dos recursos informacionais que mais podem se beneficiar da folksonomia para sua representação devido ao seu caráter polissêmico que possibilita uma ampla variedade de interpretações de assuntos pelos usuários e também a sua produção em larga quantidade nos ambientes digitais que acaba impossibilitando o seu tratamento apenas por profissionais da informação fora de ambientes controlados.



A fotografia surgiu oficialmente no século XIX, mas suas origens como meio de representação não textual, ou seja imagética, vem da pré-história, através da arte rupestre, onde o homem registrava o que via nas paredes das cavernas. (TOREZAN, 2007).

Desde o princípio o homem utilizou a imagem para se comunicar, através do seu registro na pedra ele “[...] registrava aquilo que já havia acontecido e também concebia imagens que eram de seu conhecimento, como animais, o próprio homem, cenas de caçadas e formas da natureza” (TOREZAN, 2007, p. 18).

Na Antiguidade a arte pictórica foi muito utilizada para representar figuras da mitologia grega e romana que Panofsky (1991) chamou de arte clássica, elas apoiavam os textos da chamada literatura clássica, representativa daquele período temporal.

Segundo o autor, na Idade Média a arte clássica não foi abandonada como alguns supunham, mas foi adaptada para os moldes da ideologia cristã predominante naquela época. Então, os motivos clássicos não eram utilizados para a representação de temas clássicos e temas clássicos não eram expressos por motivos clássicos. Por exemplo, “[...] quando a figura de Orfeu foi empregada para representar Davi ou quando o tipo de Hércules puxando Cérbero para fora do Hades foi usado para retratar Cristo tirando Adão do Limbo” (PANOFSKY, 1991, p. 68).

De modo geral, na Idade Média era possível utilizar figuras da Antiguidade Clássica para representar temas cristãos, bíblicos, mas não era permitido utilizar aquelas figuras, imagens com o significado original delas, pois eram consideradas símbolos pagãos e assim totalmente execráveis pela igreja. (PANOFSKY, 1991).

Segundo Panofsky (1991), os artistas, na maioria das vezes, conheciam as figuras clássicas através da literatura e as reinterpretavam segundo os parâmetros culturais, sociais e religiosos que estavam vivenciando à época.

Isso é chamado de tradição textual:

[...] através da qual o conhecimento dos temas clássicos, principalmente da mitologia clássica, foi transmitido à Idade Média e persistiu em seu decurso é da máxima importância não apenas para o medievalista como também para o estudioso da iconografia renascentista. (PANOFSKY, 1991, p. 71).

Essa literatura, escrita no final da Antiguidade, foi explorada e mais desenvolvida durante a Idade Média, se tornando acessível a vários artistas medievais, contudo, as imagens clássicas foram sendo abandonadas até serem

totalmente substituídas por representações românticas ou góticas, por volta do século XIV, quando a Idade Média alcançou um estilo próprio. (PANOFSKY, 1991).

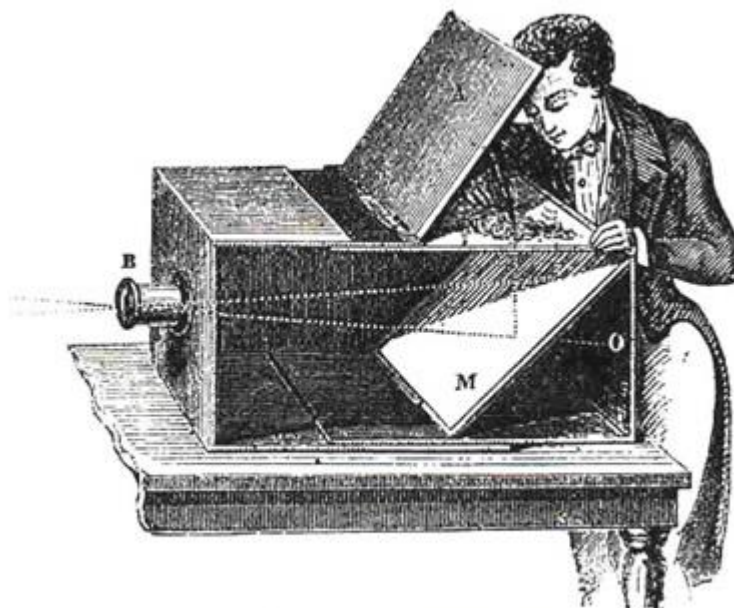
Foi também por volta do século XIII, ainda na Idade Média, que o fenômeno da Câmara Escura, que séculos depois culminaria no surgimento da fotografia, começou a ser explorado, “[...] quando alguns estudiosos iniciam suas pesquisas astronômicas utilizando essa invenção, que posteriormente seria muito apreciada por artistas e utilizada para a reprodução de alguns objetos e desenhos de seres humanos e animais” (TOREZAN, 2007, p. 20).

A seguir veio o Renascimento e iniciou-se uma reintegração dos temas clássicos nas pinturas, mas não exatamente como ocorria na Antiguidade Clássica, pois a Idade Média mudou o pensamento dos homens, então, esse olhar para a arte clássica veio com modificações nas formas gráficas, estilísticas e expressivas, apesar de ainda manter relações com as idades anteriores. A arte do Renascimento e depois dele estava focada no homem e no que ocorria no mundo, diferente da Antiguidade focada em figuras mitológicas e da Idade Média onde o foco eram temas relacionados ao Cristianismo. (PANOFSKY, 1991).

Voltando a falar da Câmara Escura, ela começou a ser explorada no final da Idade Média por pesquisadores da Astronomia e era caracterizada como “[...] um singelo ‘quarto’ escuro que tinha um pequeno orifício em uma das paredes e quando algum objeto era colocado do lado de fora, o mesmo era reproduzido invertidamente na parede oposta da câmara” (TOREZAN, 2007, p. 20).

No decorrer do tempo, com os avanços e pesquisas “Este pequeno ‘quarto’ começa a diminuir de tamanho até tornar-se portátil sobre rodas, e posteriormente alcançando o tamanho de uma caixa grande” (TOREZAN, 2007, p.20).

Figura 10 – Câmara escura



Fonte: Porto (Infoescola, 2020)

Indo mais à frente, no século XVIII, a pintura de retratos é quem ganha destaque e atenção da classe média, se tornando sinônimo de reivindicação da presença de classes sociais rivais na representação e “[...] produção de *coisas* que poderiam possuir e para as quais existia uma demanda socialmente definida” (TAGG, 1988, p. 54, tradução nossa, grifo nosso).

O retrato era um signo “[...] cuja finalidade era tanto a descrição de um indivíduo, como o registro de uma identidade social. Mas ao mesmo tempo, era também uma mercadoria, um luxo, um enfeite, cuja propriedade em si mesma conferia uma posição” (TAGG, 1988, p. 53-54, tradução nossa).

Com a expansão do mercado de imagens no século XVIII, o que antes era considerado um privilégio de poucos foi “[...] imposto como um direito democrático pelas novas classes médias do Reino Unido, França e Estados Unidos, antes mesmo do período da Revolução Francesa” (TAGG, 1988, p. 55, tradução nossa).

Nessa época “Fazer um Retrato” era um dos “[...] atos simbólicos mediante as quais os indivíduos das classes sociais ascendentes tornava visível a sua ascensão perante a si mesmos e perante aos demais, e assim se classificavam aqueles que desfrutavam de uma posição social” (TAGG, 1988, p. 55, tradução nossa).

Com o desenvolvimento do mercado de retratos, foram desenvolvidas técnicas mecânicas para abastecê-lo. O formato de miniatura foi adotado e o preço cada vez mais baixo para que fosse possível atender toda a classe média da época. (TAGG, 1988).

Seguindo o processo de mecanização do retrato, em 1786 foi inventado o “*Fisionotrazo*” por Gilles Louis Chrétien. Ele “[...] combinava duas modalidades do retrato barato e acessível: a silhueta cortada e a gravura”. Os clientes sentados diante do *Fisionotrazo*, “[...] seus perfis eram traçados no vidro por meio de uma punção presa através de um sistema de alavancas a uma ferramenta de gravação que registrava os movimentos da punção em escala reduzida em placas de cobre em miniatura” (TAGG, 1988, p. 57, tradução nossa).

Com o *Fisionotrazo*, em uma sessão de menos um minuto já era possível capturar os traços dos clientes que poderiam ser reproduzidos várias vezes sobre as placas de cobre. Segundo Tagg (1988, p. 57, tradução nossa) “[...] o *Fisionotrazo* foi o precursor não só do potencial da fotografia como sistema de reprodução múltipla, senão também de suas pretensões de oferecer uma verdade mecanicamente transcrita”.

No início do século XIX se intensificaram as iniciativas experimentais que culminariam na invenção da fotografia. Elas tinham como ponto de convergência diversas disciplinas, como a “[...] ótica, a química de sais sensíveis a luz, o desenho de lentes e a engenharia de precisão de instrumentos” (TAGG, 1988, p. 58, tradução nossa).

Em 1824 o francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) mediante pesquisas descobriu que era possível com o uso da câmara escura “[...] obter a fixação da imagem em papel sensibilizado com cloreto de prata, utilizando-se ácido nítrico” (AMARAL, 2009, p. 37).

Em paralelo a Niépce, o francês Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), realizava pesquisas “[...] para o registro de imagens com a utilização da câmara escura” (AMARAL, 2009, p. 37).

Em 1827 Daguerre e Niépce se conhecem, tornam-se parceiros e trocam correspondências para a evolução e aperfeiçoamento do processo fotográfico. Niépce falece em 1833 e Daguerre continua com as pesquisas empíricas a respeito do processo fotográfico. No ano 1839 Daguerre anuncia oficialmente a descoberta da

fotografia e o processo chamado “daguerreótipo” é detalhado publicamente na Academia Francesa de Ciências para o governo francês. (AMARAL, 2009).

No daguerreótipo a imagem era registrada em placas metálicas através de um processo físico-químico. Suas sessões duravam um pouco mais de meia hora e algumas vezes era incômoda para quem estava sendo fotografado. (TAGG, 1988).

No início, quase 90% de todos os daguerreótipos eram retratos e para o registro da imagem:

[...] o rosto era maquiado de branco e a cabeça se mantia rígida em uma posição. Os sujeitos sentados, além disso, tinham que fechar os olhos para proteger-se da intensa luz solar necessária para expor a placa, e a necessidade de manter-se quieto dava como resultado invariável umas expressões rígidas. (TAGG, 1988, p. 60, tradução nossa).

Apesar de inicialmente o daguerreótipo não ter trazido grande satisfação em função do tempo para realização do processo, a dificuldade para realização de cópias e uma baixa qualidade da imagem, com a sua popularização na Europa e nos Estados Unidos novos experimentos foram realizados e melhoras técnicas como lentes que proporcionavam imagens mais brilhantes, placas mais sensíveis a luz e tempo de exposição reduzido a 20 segundos foram obtidos. (TAGG, 1988).

No mesmo ano da apresentação do daguerreótipo:

[...] o botânico inglês William Henry Fox Talbot (1800-1877) apresentou seu processo fotográfico negativo/positivo para o Real Instituto da Grã-Bretanha. A grande vantagem desse processo, em comparação com a daguerreotipia, era que o negativo permitia a geração de cópias positivas. (AMARAL, 2009, p. 38).

Após o “[...] surgimento dos negativos de vidro, em 1860, o processo negativo/positivo desenvolveu-se espantosamente e o daguerreótipo deixou de ser fabricado” (AMARAL, 2009, p. 38).

Nesse momento, segunda metade do século XIX, houve, também, uma grande expansão da indústria fotográfica:

Com a modernização das técnicas, surge a indústria fotográfica que passa a suprir o mercado ainda necessitado de recursos mais avançados, auxiliando fotógrafos na execução de suas atividades. Esse aperfeiçoamento das técnicas foi ao encontro das necessidades profissionais e correspondeu de forma positiva para o crescimento da indústria fotográfica na segunda metade do século XIX. (TOREZAN, 2007, p. 22).

Esse crescimento da indústria fotográfica veio junto com a popularização da fotografia que teve como um dos seus impulsionadores o cartão-postal ilustrado, “[...]”

feito através de processos fotomecânicos, reproduzindo paisagens e monumentos” (AMARAL, 2009, p. 41).

O cartão-postal, além de trazer consigo imagens de grandes cidades:

[...] também recriava imagens com pretensões artísticas: fotografias de namorados, cestos de flores e crianças enfeitadas. Os cartões-postais foram muito bem aceitos no mercado e amplamente consumidos, e hoje são encontrados também em museus, arquivos e coleções particulares. (AMARAL, 2009, p. 41).

Além do cartão-postal, o grande impulsionador da popularização da fotografia foi George Eastman (1854-1932), criador da primeira câmera Kodak 100 vistas e fundador da Kodak Company:

Na cidade de Rochester, nos Estados Unidos, George Eastman, ainda quando era bancário, tinha como lazer tirar fotografias. À noite dedicava-se a experimentar a aplicação de gelatina sensível sobre chapas de vidro para a revelação das imagens. No ano de 1879, patenteou sua primeira máquina fotográfica. Outro feito importante foi a substituição das chapas secas de vidro (colódio) por papel, que culminou, em 1888, na criação da primeira câmera Kodak 100 vistas, com rolo de papel embutido, facilitando o processo de registro. (AMARAL, 2009, p. 41).

George Eastman sempre foi um admirador da fotografia e se empenhava para a disseminação da mesma. A sua empresa Kodak chegou a colocar anúncios nas entradas de algumas cidades elencando o que deveria ser fotografado pelas pessoas. (AMARAL, 2009).

O uso da gelatina na formação da imagem também foi um fator importante na expansão da fotografia:

Outro elemento fundamental para a expansão da fotografia foi a utilização de gelatina para a aderência da prata formadora da imagem no suporte (negativo de vidro, negativo em película plástica e papel fotográfico). A vantagem da gelatina era sua durabilidade e suas propriedades físico-químicas, que não interferiam na nitidez da imagem e ainda tornavam as fotografias em suporte papel mais duradouras. (AMARAL, 2009, p. 42).

O uso da gelatina “[...] como emulsão formadora da imagem e o papel fotográfico foram os suportes utilizados para a tomada fotográfica até o advento da câmera digital” (AMARAL, 2009, p. 42).

A popularização da fotografia e o crescimento da indústria fotográfica na segunda metade do século XIX chamaram a atenção de governos e instituições governamentais para a possibilidade de uso da fotografia como apoio ao desempenho de suas atividades.

A partir de então, o valor documental e de prova da fotografia foi percebido como útil por diversas instituições:

No contexto de uma mudança geral dos padrões de produção e consumo, a fotografia estava preparada para uma nova fase de expansão na publicidade, no jornalismo e no mercado doméstico. Estava aberta também a uma ampla variedade de aplicações científicas e técnicas e proporcionava uma instrumentação preparada para uma série de instituições reformadas ou emergentes, de tipo médica, legal e municipal, nas quais as fotografias funcionavam como meio de arquivo e como fonte de prova. (TAGG, 1988, p. 81, tradução nossa).

A fotografia serviu ao Estado como instrumento de apoio ao controle e vigilância da classe trabalhadora, servindo como um aparato disciplinar para que as relações de dominação e subordinação fossem mantidas. Um meio para a vigilância dos corpos foi identificado na fotografia por instituições como escolas, hospitais, manicômios e a polícia. Pacientes, alunos, “loucos”, delinquentes eram fotografados de diversas maneiras para que as instituições tivessem o controle sobre suas ações. (TAGG, 1988).

No caso da polícia, o número de contratações de fotógrafos especializados aumentou grandemente no final do século XIX e início do XX, quando foi criado o sistema de identificação por meio de impressões digitais, pois o melhor jeito de registrar as impressões digitais nas cenas dos crimes era por meio da fotografia. (TAGG, 1988).

A lei dava autoridade para agentes policiais fotografarem pessoas condenadas por algum delito e também estrangeiros. Essas fotografias seguiam determinados padrões para criação de imagens que eram:

[...] um retrato do produto de um método disciplinar: o corpo feito objeto; dividido e estudado; trancado em uma estrutura celular de espaço cuja arquitetura é o índice de arquivo; domesticado e obrigado a entregar a sua verdade; separado e individualizado; subjugado e convertido em súdito. Quando se acumulam, essas imagens vêm a ser uma nova representação da sociedade. (TAGG, 1988, p. 101, tradução nossa).

Além de ser utilizada como prova no contexto da perícia criminal, a fotografia, também, começou a ser usada pela medicina como instrumento para identificação dos pacientes, orientação do trabalho médico e análise fisionômica, principalmente na área da psiquiatria. (TAGG, 1988).

No final do século XIX a fotografia também foi adotada por escolas e orfanatos, mediante a criação de álbuns de professores e alunos. No caso dos orfanatos era

comum criar álbuns das crianças com o nome e identificação de suas fichas nos rodapés das fotos. Nas fichas das crianças também haviam fotografias que mostravam sua evolução desde quando entraram no orfanato. (TAGG, 1988).

Segundo Tagg (1988) a fotografia entrou na lista das tecnologias do poder na qual o Estado e as suas instituições a utilizavam na criação de um “regime de verdade” desejável para manter o controle e a disciplina dos corpos subjugados.

Com a entrada do século XX, a fotografia teve grande expansão e se tornou uma forma de arte indispensável das massas. (SONTAG, 1977).

A busca pela fotografia instantânea e colorida foi destaque na primeira metade do século XX:

A fotografia de processamento instantâneo foi inventada em 1948, com a máquina Polaroid Land Film tipo 40, criada por Edwin Herbert Land (1909-1991). O primeiro processo instantâneo em cor surgiu apenas no ano de 1963, também pela Polaroid, e perdurou no mercado até os anos 1990. (AMARAL, 2009, p. 43).

A procura pela cor na imagem sempre foi algo constante entre os fotógrafos. Eles realizaram diversos experimentos sem muito sucesso, chegando a processos de pintura sobre emulsões fotográficas. (AMARAL, 2009).

Em 1935 a Kodak lançou o primeiro processo em cor cromogéneo chamado Kodachrome que produzia uma imagem transparente e positiva. No ano seguinte, “[...] a empresa alemã Agfa conseguiu incorporar os acopladores de cor à emulsão fotográfica, lançando no mercado o Agfacolor Neue” (AMARAL, 2009, p. 44).

As buscas por cores mais realistas e duradouras continuaram até chegarmos na imagem digital no final do século XX. (AMARAL, 2009).

Nos anos 1980, junto com as novas tecnologias da informação como os computadores, a internet e a *Web*, houve a criação da câmera digital e com ela a fotografia digital, que passou a dispensar um suporte físico para o registro da imagem:

Atualmente o método utilizado na captação de imagens fotográficas é baseado no desenvolvimento tecnológico, com a entrada em massa da câmera fotográfica digital no mercado mundial. A popularização deste tipo de equipamento proporcionou maior rapidez no modo de obter fotografias, agilizou de forma instantânea o processo e aprimorou a técnica através dos próprios recursos de uma câmera digital. A fotografia atual está num patamar avançado que fornece ao fotógrafo uma gama enorme de ‘efeitos especiais’, recursos rápidos na própria máquina fotográfica e facilidade de correção para pequenos erros e edição das imagens. (TOREZAN, 2007, p. 24).

Atualmente, as fotografias digitais são produzidas em grande escala por *smartphones* (celulares com várias funções, além de ligações e envio de mensagens) por pessoas comuns.

A câmera digital e depois os *smarthphones* ampliaram sobremaneira a produção e a possibilidade de manipulação das fotografias, além das oportunidades de sua disseminação e compartilhamento na internet:

No mundo digital, as imagens formam-se virtualmente e podem ser veiculadas em redes de computadores, transportadas em segundos para qualquer lugar via *world wide web* (www). No caso da manipulação, essa nova técnica de formação de imagem no formato numérico permite recombinações múltiplas desses dados, que, formados pelos *pixels*, possibilitam a manipulação em *softwares* específicos. Assim, a fotografia original pode se transformar em outra imagem ou até deixar de ser uma imagem fotográfica para se tornar um desenho [...]. (AMARAL, 2009, p. 44, grifo da autora).

A fotografia digital, formada por *pixels*, pode ter a sua imagem alterada por meio de *softwares* específicos para edição de imagens, sendo, em alguns casos, muito difícil identificar que determinada imagem foi alterada. (TOREZAN, 2007).

Essa questão gerou e ainda gera muita discussão, principalmente na CI, pois o caráter de prova, informativo e documental da fotografia é colocado a prova quando há a possibilidade de uma imagem fotográfica ter sido alterada em determinado contexto.

Segundo Silva (2015) características como a falta de um suporte físico palpável, a possibilidade de fácil manipulação por meio de *softwares* e a facilidade de criação na era digital colocam em “xeque” a função documental da fotografia, afetando seu valor de prova, testemunho e informação.

Apesar desses fatores abalarem o caráter documental da fotografia, ela possui um teor informacional mais potente do que a fotografia analógica em razão das características do ambiente tecnológico em que é produzida e armazenada. (SILVA, 2015).

Uma dessas características são os metadados que já vêm acoplados às fotografias digitais e que são gerados pelas próprias câmeras. Eles são dados em formato EXIF (*Exchangeable Image File*) e descrevem as condições técnicas de produção da fotografia. (SILVA, 2015).

Esses dados, além de facilitarem a identificação do contexto de produção das fotografias, também auxiliam na comparação entre elas:

[...] por meio de *softwares* específicos, é possível ter-se acesso a um conjunto de dados técnicos que apontam os diversos ajustes utilizados no momento do disparo, permitindo que se tenha subsídios precisos para análises comparativas entre as imagens produzidas [...]. (SILVA, 2015, p. 06, grifo do autor).

Desse modo, o conceito de imagem fotográfica passa a ser reformulado na era digital dadas às suas possibilidades de produção, alteração, informação e disseminação por meio das TIC.

Atualmente, a quantidade de programas para a edição de imagens é grande, eles são chamados de editores gráficos e são divididos em três tipos: programas que criam pinturas digitais, ilustrações ou retocam fotografias, como o *Adobe PhotoShop*, *Corel PhotoPaint*, *Pixia*; programas que criam ilustrações através de cálculos matemáticos e que podem ser modificados, como o *Inkscape*, *Adobe Illustrator*, *Corel Draw*; programas que manipulam imagens tridimensionais, sendo usados em diversas áreas técnicas como em comerciais e efeitos especiais em filmes, dentre eles, *Blender*, *Cinema 4D*, *Maya*. (SIMIONATO; NETO; SANTOS, 2015).

Além desses programas que precisam ser instalados em computadores, existem outros que podem ser utilizados de maneira *online*, aumentando as possibilidades de manipulação da imagem digital cada dia mais. (SIMIONATO; NETO; SANTOS, 2015).

Apesar dessas discussões a respeito do caráter de prova da fotografia digital em razão da possibilidade de sua fácil manipulação, para Torezan (2007) ela ainda continua sendo uma fonte de informação a respeito da imagem capturada, do fotógrafo e de quem a editou, além de ser “[...] um meio de comunicação, um suporte para ideias, um documento de múltiplas leituras e interpretações que mantém a função de registrar algo que podemos ver e intrinsecamente algo que é apenas conceitual” (TOREZAN, 2007, p. 30).

Além da manipulação da fotografia digital, outros dois fatores que mudaram drasticamente em relação à fotografia analógica foram suas possibilidades de armazenamento e disseminação. As fotografias analógicas eram reunidas e armazenadas em álbuns, livros, cadernos, sendo uma tradição as pessoas possuírem álbuns exclusivos dos seus grupos familiares. (ALMEIDA, 2015).

Em relação às fotografias digitais, seu armazenamento ocorre em *blogs*, sítios na *Web*, *photologs* e principalmente redes sociais, onde os usuários têm a possibilidade de criarem álbuns digitais com temas de seu gosto. Elas também podem

ser armazenadas em pastas no computador e no celular, ou serem mantidas no armazenamento da própria câmera digital, seja o armazenamento interno do aparelho, ou em algum cartão de memória. (ALMEIDA, 2015).

As redes sociais são as principais propulsoras da disseminação da fotografia digital, principalmente através da função “compartilhar”, pois “Ao compartilharmos uma fotografia, mais alcance ela terá: sua importância ou influência se expande, mesmo que momentaneamente [...]” (ALMEIDA, 2015, p. 31).

Além de compartilhar, as redes possibilitam que os “seguidores” dos usuários comentem, curtam e realizem outras interações com o conteúdo postado. Essas ações são realizadas de acordo com normas culturais definidas para a interação dentro dessas redes sociais. (ALMEIDA, 2015).

Outra característica das fotografias digitais nas redes sociais é a presença do autorretrato, chamado de “*selfie*” que vem de “*self-portrait*” e significa “autorretrato”. Ao fazer o autorretrato digital ou *selfie* a pessoa busca registrar sua presença em lugares e ações que acha importante guardar e exibir para outras pessoas, pois o *selfie* “[...] mais do que retratar, busca partilhar e reproduzir, dividir ou impor, ao outro, experiências, realizações do cotidiano” (ALMEIDA, 2015, p. 33).

Algumas redes sociais que possibilitam o armazenamento e compartilhamento de fotografias digitais, além de outras interações com ela, são o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Flickr*, sendo os dois últimos específicos para conteúdos imagéticos e audiovisuais. (ALMEIDA, 2015).

Uma das formas de organização e recuperação das fotografias digitais nas redes sociais e sítios *web* é a utilização da etiquetagem e folksonomia por meio das *tags* e *hashtags*, contudo, para ambientes especializados como bancos de imagens, repositórios e sistemas de informação, que possuem documentação imagética pertencentes a arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, são necessários modelos mais elaborados para organização e representação desses documentos. (SIMIONATO; NETO; SANTOS, 2015).

Desse modo, a OC pode contribuir com a criação de modelos e métodos para a organização das fotografias digitais e também analógicas pertencentes a unidades de informação.

4.1 Processos de análise da fotografia no âmbito da Organização do Conhecimento

Antes de abordarmos a fotografia dentro da OC, cabe elucidar alguns conceitos relacionados a ela que auxiliarão no entendimento do tratamento e função da mesma dentro daquela área.

Segundo Kossoy (2001) ao falarmos de fotografia há três componentes, divididos em alguns elementos, necessários para que o processo fotográfico seja consolidado. Esses componentes são: Elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia); Coordenadas de situação (espaço, tempo); Produto final (fotografia).

Em relação aos elementos constitutivos, o assunto se refere ao:

[...] tema escolhido, o referente fragmento do mundo exterior (natural, social, etc.). [O fotógrafo é] o autor de registro, agente e personagem do processo. [A tecnologia são] os materiais fotossensíveis, equipamentos e técnicas empregados para a obtenção do registro, diretamente pela ação da luz. (KOSSOY, 2001, p. 38).

A respeito das coordenadas de situação, o “[Espaço é o] local onde se deu o registro. [O Tempo é a] época, data, momento em que se deu o registro”. Por último, o produto final, “[a Fotografia é] a imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto dos elementos icônicos que compõem o conteúdo e seu respectivo suporte” (KOSSOY, 2001, p. 39).

Todos esses componentes, conectados, estão presentes em todos os processos de criação de uma fotografia, seja ela analógica ou digital. (KOSSOY, 2001).

O processo fotográfico tem o seu desenvolvimento:

[...] em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc); essa fotografia traz em si indicações acerca de sua elaboração material (tecnologia empregada) e nos mostra um fragmento selecionado do real (o assunto registrado). (KOSSOY, 2001, p. 41).

Uma fotografia, então, tem muito a dizer sobre o contexto histórico na qual foi produzida e o contexto histórico na qual foi produzida tem muito a dizer sobre ela. A fotografia também revela muito da identidade cultural do fotógrafo, pois quando ele escolhe o que fotografar, o enquadramento e até as edições realizadas por ele na foto deixam evidente um pouco dos seus gostos, valores e ideologia.

Assim, “o registro visual documenta [...] a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens” (KOSSOY, 2001, p. 42-43).

Então, embora a imagem fotográfica capture a realidade, ela também é uma interpretação do fotógrafo:

Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos. (SONTAG, 1977, não paginado).

Além de ser uma interpretação, toda fotografia tem uma intenção por trás de si, seja a intenção do fotógrafo, ou a intenção de alguém que o contratou para registrar algo. Esse registro pode ter o objetivo de documentar algo para fins de prova, informação, memória, ou pode ter apenas objetivos estéticos.

A fotografia com objetivos estéticos é objeto das belas-artes e se utiliza da imaginação criativa do fotógrafo para que o assunto da foto seja “[...] teatralmente construído segundo uma proposta dramática, psicológica, surrealista, romântica, política, caricaturesca etc.” (KOSSOY, 2001, p. 49).

Então, a fotografia segundo o viés estético vai registrar a atividade criativa do autor, além de ser uma manifestação da arte. (KOSSOY, 2001).

O viés documental da fotografia tem o objetivo de testemunho, prova e informação sobre o que a fotografia tem registrada em si. Esse caráter de testemunho da fotografia documental atesta o processo criativo utilizado pelo fotógrafo e o processo criativo representa a criação de um testemunho, então, ambos são o que Kossoy (2001) chamou de binômio inseparável da fotografia, testemunho/criação.

O foco da OC está sobre o caráter de testemunho e informação da fotografia, ou seja, o seu uso como fonte de informação e prova sobre determinado fato ou fenômeno.

Para Sontag (1977, não paginado), “As fotos são apreciadas porque dão informações. Dizem o que existe; fazem um inventário. Para os espíões, os meteorologistas, os médicos-legistas, os arqueólogos e outros profissionais da informação, seu valor é inestimável.”

A fotografia é considerada uma fonte de informação que “[...] tem ‘valor’ atribuído, tem caráter histórico e apresenta de certa forma, uma quase certeza de

imagem do “real”, sendo assim, é a fotografia não manipulada” (TOREZAN, 2007, p. 37).

Torezan (2007) afirma que a fotografia apresenta uma quase certeza da imagem do real, pois diferente do que se pensava na época de sua criação, a fotografia também carrega um pouco da subjetividade do seu produtor, o fotógrafo, pois existem inúmeras maneiras diferentes de se fotografar um objeto e as imagens resultantes serão, conseqüentemente, diferentes. (SMIT, 1989).

Apesar da fotografia não ser neutra diante do seu referente (objeto a ser fotografado) ela traz uma evidência do real, de que algo existiu em determinado contexto, daí deriva ou seu caráter de prova e testemunho:

A partir da tomada de conhecimento do processo de formação da imagem fotográfica, o observador intui que aquela imagem é o registro de um fato real. Sabemos *a priori* que a formação daquela imagem realizou-se através do registro das emanações fotônicas de um referente que se encontrava diante da lente do fotógrafo, num recorte temporal e espacial real. [...] A fotografia torna-se signo de uma existência real, e é nessa relação de causa e efeito, no processo fotoquímico de formação e registro da imagem através da captação da luz emanada de um referente num suporte sensível, que a fotografia tem o estatuto de prova. (AMARAL, 2009, p. 50, grifo da autora).

Sabendo que a fotografia é produzida por meio de um aparato mecânico com determinadas funções que são executadas para a captura e registro de um referente por meio de signos icônicos, provoca o que Rodrigues (2014) chamou de sentimento de realidade e verdade com relação ao fato ou objeto fotografado.

A fotografia é polissêmica, ou seja, pode ter vários significados para os diferentes usuários que a interpretam, por isso sua análise por parte do profissional da informação tem que ser diferente daquela realizada em documentos do gênero textual:

A imagem fotográfica é polissêmica, isto é, pode ter diversos significados. Estes, por sua vez, estão inseridos em dois grupos designados *denotativos* e *conotativos*. Os *denotativos* referem-se àquilo que a imagem representa com “certa precisão”, no seu sentido real; os *conotativos* àquilo que a imagem pode interpretar” num determinado contexto, num sentido figurado e simbólico. (RODRIGUES, 2014, p. 196, grifo do autor).

O sentido conotativo no documento imagético é bem maior do que nos documentos textuais e isso é o que diferencia um do outro. Existem documentos textuais com sentidos conotativos, também, como os poemas, por exemplo, contudo, nos documentos imagéticos os sentidos conotativos estão sempre presentes.

A conotação da fotografia pode ser reduzida por dois elementos que podem acompanhá-la. Eles são o título e a legenda. O título é “[...] o ‘nome’ da imagem, [e] a legenda é entendida como uma sutil descrição ou mesmo como uma parte explicativa do fato registrado” (TOREZAN, 2007, p. 40).

Para a organização de fotografias é muito importante diferenciar “Título” e “Legenda”:

A importância em diferenciar o título e a legenda de uma fotografia, se dá principalmente para sua catalogação, indexação ou simples entendimento. Para exemplificar, é possível dizer que um título não resume o conteúdo total da imagem, mas a faz ser entendida por seu significado principal, e não bastante, a legenda serve como breve resumo de uma visão mais ampla do foco central. (TOREZAN, 2007, p. 41).

O título e a legenda são muito comuns nas fotografias jornalísticas, onde “[...] a legenda é a maior fonte de informação da imagem, pois nem sempre o texto que a foto acompanha reflete seu conteúdo” (TOREZAN, 2007, p. 39).

A legenda também é muito útil para a identificação da imagem fotográfica por parte dos profissionais da informação, facilitando a análise e organização desse gênero documental em unidades de informação. (AMARAL, 2009).

Contudo, se a legenda oferece uma interpretação da imagem por parte de quem a criou, cabe ao profissional da informação uma análise mais profunda dessa imagem para verificar se a tal legenda não traz algum juízo de valor que não condiz com o que é apresentado, ou não é possível deduzir através dos elementos conotativos que a mesma apresenta. (SMIT, 1989).

Smit (1989) afirma que uma análise conotativa errônea de uma imagem pode atrapalhar a sua interpretação, distorcendo os objetivos iniciais de sua criação e gerando opiniões contrárias sobre a mesma, diferentes daquelas almejadas durante o seu processo de elaboração e contextualização. Um exemplo são as imagens do Kit anti-homofobia, um material elaborado pelo Governo Federal e Ministério da Educação no ano de 2004 como parte do programa “Brasil sem Homofobia” que tinha o objetivo de garantir o respeito a diversidade nas escolas e assim evitar a evasão escolar por problemas relacionados a LGBTfobia. (PEREIRA, 2020).

O Kit anti-homofobia tinha o objetivo de instruir professores (as), coordenadores (as), diretores (as) e demais profissionais da educação sobre como abordar a temática da sexualidade e gênero com as crianças de forma a ensinar a eles o respeito pelas diferenças. O material possuía imagens, ilustrações, textos, vídeos e boletins sobre

temas como desigualdade de gênero, cidadania LGBTQ+, homofobia na escola e diversidade sexual. Outro objetivo do Kit anti-homofobia era também auxiliar os profissionais da educação a identificarem situações de LGBTQfobia no ambiente escolar e como isso deveria ser abordado e coibido. (PEREIRA, 2020).

Figura 11 – Ilustração do caderno “Escola sem Homofobia”



Fonte: Pereira (2020)

Como será melhor apresentado no tópico seguinte, o Kit anti-homofobia não foi levado adiante e assim, não fora distribuído nas escolas, pois o mesmo foi barrado pelos setores mais conservadores do Congresso Nacional com a alegação de que ele ensinaria a promiscuidade às crianças. (PEREIRA, 2020).

Essa alegação foi embasada por interpretações conotativas feitas a respeito dos textos e principalmente das imagens contidas no material. As interpretações tiveram por base determinadas ideologias políticas e homofóbicas e possuíam como objetivo denegrir o Kit anti-homofobia perante a sociedade e as demais classes políticas, intitulado o mesmo, inclusive, como kit gay. As imagens foram recortadas do material e espalhadas pelas mídias sociais com legendas e títulos pejorativos para que o Kit anti-homofobia fosse visto com maus olhos pela sociedade e assim rejeitado pelos pais dos alunos e até por alguns profissionais da educação. (PEREIRA, 2020).

O exemplo do Kit anti-homofobia demonstra como determinada interpretação conotativa pode diferir grandemente do objetivo que determinada imagem ou texto tinha no seu processo de criação, o significado que era para ser passado acaba sendo totalmente distorcido dependendo da interpretação que é feita. No caso da interpretação denotativa não há como haver grandes divergências no resultado, pois apenas o que está visível na imagem é analisado e o seu assunto não é abordado em profundidade.

A conotação/denotação acabam se tornando elementos que dificultam a análise da fotografia por parte do profissional da informação, principalmente, quando ela já vem com uma legenda ou título que são interpretações da imagem e não apenas elementos que descrevem o que está visível. (SMIT, 1989).

Além do título e a legenda, a fotografia digital também possui acoplados automaticamente a ela pela câmera digital, os metadados EXIF, já abordados aqui, que fornecem informações técnicas sobre as condições de produção da fotografia e podem auxiliar o profissional da informação na identificação da mesma.

Passando agora a falar sobre os processos de análise da imagem, Panofsky (1991) em seu trabalho sobre o significado nas artes visuais distingue três níveis de significados presentes nela:

1) Nível pré-iconográfico: é caracterizado pela identificação das formas puras da imagem, certas configurações que representam, por exemplo, um animal, uma planta, um edifício, além da percepção de algumas qualidades expressivas como

uma pose, ou um gesto. Esse nível é chamado de significado primário ou mundo dos motivos artísticos. (PANOFSKY, 1991).

2) Nível iconográfico: esse nível compreende a combinação dos motivos artísticos com assuntos e conceitos. É o tema propriamente dito da imagem, o mundo das estórias e alegorias e é caracterizado pela percepção, por exemplo, “[...] de que uma figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu, [...] que um grupo de figuras, sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição e pose representa a *Última Ceia* [...]” (PANOFSKY, 1991, p. 50, grifo do autor).

3) Nível iconológico: caracterizado pelo significado intrínseco da imagem, os valores simbólicos que ela representa. Ele é “[...] apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa, ou filosófica, qualificados por uma personalidade e condensados numa obra”. Por exemplo, uma determinada composição de uma obra clássica pode revelar uma “[...] nova atitude emocional, característica do último período da Idade Média” (PANOFSKY, 1991, p. 52).

Esses três níveis de significados da imagem podem também ser chamados de três níveis descritivos que auxiliaram e ainda auxiliam muito os profissionais da informação no processo de identificação do tema de uma imagem, possibilitando a sua correta representação.

Segundo Smit (1989) um dos maiores dilemas do documentalista frente a representação de imagens é encontrar um equilíbrio entre detalhes importantes da imagem que merecem ser descritos e aqueles considerados insignificantes e que podem ser descartados.

Pensando nisso, Smit (1989) sugeriu determinadas categorias de informações que devem ser levadas em consideração no processo de representação de imagens para que não haja omissão de informações importantes e nem excesso de informações desnecessárias.

Essas categorias são:

- a) técnica de produção da imagem (vista aérea, alto-contraste);
- b) localização geográfica da imagem (Pico da Bandeira ou interior de danceteria);
- c) tempo da imagem: tempo histórico (anos 30), ou se a imagem for atual (época do ano, dia/noite, hora);

d) se a imagem possui seres vivos, eles devem ser descritos (idade, sexo, atitude, tipo de roupa);

e) as ações dos seres vivos na imagem devem ser descritas em função do que a imagem mostra e não em relação ao ato global no qual a imagem se insere. Deste modo há foto de “astronauta, em traje especial, se dirigindo para a nave espacial” e não foto de “lançamento de nave espacial”. Caso se ache necessário, a descrição do ato global também poderá ser realizada para complementar a representação da imagem;

f) o local onde os seres vivos da imagem se encontram devem ser descritos, seja um elemento natural (praia, bosque), ou um artefato (casa, carro). Caso não haja seres vivos na imagem, esses detalhes já foram descritos no item (b). (SMIT, 1989).

Essas categorias de informação podem ser resumidas nas seguintes perguntas a serem feitas pelo documentalista para a imagem: “[...] QUEM (seres vivos), ONDE (ambiente), QUANDO (tempo), ONDE (espaço), O QUE (ação) e COMO (técnica), [...]” (SMIT, 1989, p. 109).

Respondendo a essas perguntas no processo descritivo da imagem, Smit (1989) afirma que nenhum detalhe importante será esquecido.

Com base nos níveis descritivos de Panofsky (1991) a autora Shatford (1986) estabelece um método de três níveis para análise de imagens, são eles: DE (específico); DE (genérico) e SOBRE. (AMARAL, 2009).

O DE (genérico) se refere a algo concreto que é possível identificar na imagem, por meio de suas linhas e contornos e que possui um entendimento consensual em determinada cultura, ele corresponde ao nível pré-iconográfico de Panofsky (1991), por exemplo: gato, cavalo, ponte, casa. (AMARAL, 2009).

O DE (específico) também corresponde ao nível pré-iconográfico de Panofsky (1991) e a diferença dele para o DE (genérico) é que ele pressupõe a identificação de qual forma genérica estamos falando, por exemplo: nome do gato, raça do cavalo, nome da ponte. (AMARAL, 2009).

O SOBRE corresponde ao nível iconográfico de Panofsky (1991) e envolve a interpretação da imagem para a identificação dos seus assuntos. O usuário terá de utilizar o seu conhecimento de mundo para lhe auxiliar na identificação desses assuntos, temas: a foto do gato pode indicar uma propaganda de rações para felinos ou a imagem da casa pode representar um projeto arquitetônico que determinada construtora está usando para divulgar o seu trabalho. (AMARAL, 2009).

Pato (2015) criou um método para análise de imagens baseado nas três principais categorias de signos da Teoria Geral dos Signos de Peirce (1998), o ícone, o índice e o símbolo. O ícone se confunde com o nível Pré-iconográfico de Panofsky (1991) e representa um objeto por meio de similaridades na aparência de ambos, por exemplo, a fotografia de uma pessoa, ou uma pintura artística de uma casa. O ícone representa, então, os objetos e suas características visíveis.

O índice indica algo inteligível, uma informação a respeito de um ícone, então, para o índice existir, pressupõe-se a existência de um ícone, um objeto. “Assim, compreender o índice calor exige um algo a mais, um ícone que corporifique a relação entre calor e objeto: sol, fogo, brasa, etc” (PATO, 2015, p. 146-147).

Pato (2015) afirma que tudo que captura nossa atenção é índice e quando dizemos que “[...] a primeira impressão é a que fica, estamos julgando indicialmente”. Então, se ao ver uma pessoa com uma roupa toda branca, acusarmos ela de atuar na área da saúde, seja enfermeira, dentista, médica, dentre outras profissões dessa área, estamos julgando-a indicialmente, ou seja, pelo seu ícone, roupa branca, inferimos ser a mesma da área da saúde. Cabe destacar que a inferência indicial é contextual, pois, no Brasil a cor do uniforme padrão dos profissionais da área da saúde é branco, mas em outros países pode não ser. (PATO, 2015, p. 147).

Em relação ao símbolo, Pato (2015) afirma que ele tem o “poder de convenção” e “força de lei”, ele é uma afirmação sobre algo, um argumento, uma proposição. Então, o símbolo exige uma interpretação mais profunda sobre um ícone para que seja feita uma afirmação sobre ele, eliminando, conseqüentemente, as outras possíveis interpretações em determinado contexto. Assim, por meio do ícone e do índice, cria-se um símbolo que, como tem força de lei, pode ser generalizado como signo representante desses ícones e índices.

Desse modo, uma fotografia de um leão, em determinados contextos pode ser um símbolo de bravura, coragem, já que este animal possui determinados índices que levam-no a ser considerado um animal corajoso, que enfrenta o perigo sem medo da derrota.

Dados os três tipos de signos e com o objetivo de estabelecer uma metodologia para leitura de imagens que fosse possível extrair, estruturar e organizar palavras-chave para indicar as informações contidas em uma imagem, Pato (2015) aplicou questionários com diversas fotografias a um grupo de estudantes da graduação em Arquivologia e da Pós-graduação em CI.

Antes da aplicação desses questionários, Pato (2015) orientou os estudantes a respeito do funcionamento dos signos semióticos e na análise das imagens eles deveriam atribuir termos representativos em quatro entradas: ícone, índice, símbolo e o assunto da imagem, ou seja, a conclusão com base nos signos anteriores atribuídos. Assim, segundo o autor, os ícones **mostram** o que há na imagem, os índices **indicam**, símbolos **afirmam** e o assunto conclui.

Como resultados o autor observou que a maioria dos termos indicados pelos estudantes eram ícones, pois são os mais fáceis de se visualizar nas imagens e não requerem uma interpretação mais profunda. Também, foi observado que um sistema de representação de imagens que adote as três entradas: ícones, índices e símbolos é mais vantajoso, pois os usuários acabam atribuindo muito mais ícones do que índices ou símbolos, então, durante o processo de ranqueamento dos termos mais utilizados em um sítio como o *Flickr*, por exemplo, apenas os ícones ganham notoriedade em razão de serem os mais utilizados pelos usuários ao representarem uma imagem. Assim, um sistema que adote as três entradas acaba dando destaque também aos índices e símbolos como representativos de uma imagem ou grupo de imagens, em comparação à sistemas que adotam uma única entrada.

O autor também observou que dado o aspecto consensual da indexação colaborativa, “[...] ao tabular os termos mais indicados, elimina os visivelmente errados e os desvios interpretativos, algo impossível na indexação individualizada na qual não há o controle dos pares” (PATO, 2015, p. 311).

Assim, na indexação colaborativa ou etiquetagem de imagens, mesmo com sua polissemia que permite diversas interpretações por diversos usuários, apenas os termos mais recorrentes, e que desta maneira representam a percepção dominante de um grupo de usuários, serão ranqueados e selecionados para representar determinada imagem ou fotografia. (PATO, 2015).

Por fim, Pato (2015) conclui que esse modelo de três entradas seria o ideal para que os três signos semióticos estejam contidos nos termos representativos de uma imagem e com a tabulação e ranqueamento dos termos feito pelo sistema, os termos menos utilizados em cada uma das entradas são eliminados e os mais recorrentes são estabelecidos como representativos dessa imagem, revelando a percepção predominante de um grupo de indexadores colaborativos sobre aquela.

Esse modelo de estruturação de termos, segundo Pato (2015), pode servir como base para a elaboração de sistemas computacionais, além de permitirem a

indexação colaborativa, de modo a unir esforços de pessoas de diversos domínios de conhecimento no processo de representação da informação imagética.

Outra metodologia para organização e representação de documentação imagética é a de Rodrigues (2014), onde, com base nos níveis de análise de Shatford (1986) e pensando na fotografia digital e sua proliferação nos dias atuais, ele criou uma metodologia especialmente direcionada para a organização e armazenamento desse tipo de imagem fotográfica.

O trabalho do autor é focado nas fotografias que compõem os bancos de imagens, que são serviços de “[...] organização e armazenamento de fotografias” (RODRIGUES, 2014, p. 197).

Antes das ações de organização propriamente ditas, segundo Rodrigues (2014), é necessária a observação de algumas características do banco de imagens e das fotografias:

- 1) Tipo de banco de imagens, exemplos: banco de imagens de bibliotecas; banco de imagens de exposição e preservação de fotografias, como arquivos, museus, banco de imagens de revistas, etc.
- 2) Função que a fotografia desempenha nesse banco de imagens, exemplos: memória de vida; apoio profissional; histórico-documental; jornalística, etc.
- 3) Local de uso da fotografia, exemplos: revistas; jornais; páginas *Web*.
- 4) Qualidade técnica da imagem fotográfica: luz; objetivas; resolução; nitidez/foco.
- 5) Qualidade visual da imagem fotográfica. Essa característica está ligada a observação da fotografia como um todo, não suas partes isoladas, mas a relação entre elas. Está dividida em:
 - a) Segregação: quando as partes importantes da fotografia são segregadas em função das necessidades de análise;
 - b) Pregnância da forma: está ligada a simplicidade da imagem em relação a ordenação de seus elementos visuais. Ela se divide em: Enquadramento (pedaço do referente que se quer mostrar) e Composição (organização ou disposição dos objetos, referentes, assuntos na fotografia para deixá-la mais agradável ao olhar, alguns fatores compositivos são: cor, textura, escala, profundidade de campo).

O autor reforça que a função ou funções desempenhadas pela fotografia em determinado banco de imagens irá direcionar a sua análise, levando em conta determinadas características em detrimento de outras na sua representação. (RODRIGUES, 2014).

A etapa seguinte na organização das fotografias é a “Tematização”, segundo o autor:

Tematizar uma imagem fotográfica significa contextualizar a *priori* seus sentidos conotativos permitindo o seu uso em diferentes assuntos ou matérias, para diferentes interpretações e finalidades, delimitando e direcionando a abrangência de seus discursos temáticos. (RODRIGUES, 2014, p. 201).

Então, a tematização auxilia na delimitação dos discursos presentes na fotografia que são de interesse do banco de imagens e do seu público alvo, facilitando o processo de indexação. (RODRIGUES, 2014).

Para o processo de tematização o “SOBRE” da teoria do tratamento fotográfico de Shatford (1994) auxilia na identificação dos sentidos conotativos que a fotografia possui, as suas interpretações possíveis, que serão posteriormente delimitadas de acordo com os objetivos do banco de imagens e do público alvo. (RODRIGUES, 2014).

A próxima etapa da organização de fotografias é a indexação:

Por indexação da imagem fotográfica entendem-se as atividades desenvolvidas com o intuito de determinar identificadores (palavras-chave, descritores etc.) para os assuntos ou temas de fotos previamente selecionadas e analisadas. A qualidade da recuperação de fotos numa base de imagens está diretamente relacionada à qualidade da indexação. Assim sendo, quanto melhor for a qualidade da indexação, maiores serão as chances de se encontrar as fotos desejadas. (RODRIGUES, 2014, p. 202).

A tematização sendo feita antes da indexação diminui e muito os esforços empregados nesta última, pois a primeira delimita e direciona a polissemia da imagem apenas para os assuntos pertinentes ao contexto e possibilita o uso de descritores que estejam de acordo com características do banco de imagens. (RODRIGUES, 2014).

A última etapa no processo de organização de fotografias é o “Arquivamento”, necessário para a localização e recuperação desses documentos. Segundo Rodrigues (2014) existem dois tipos de arquivamento: o da fotografia propriamente dita e o das informações sobre a fotografia. Sobre o primeiro tipo de arquivamento:

O arquivamento do material analógico exige ações, técnicas e recursos adequados, além de grande espaço físico, para a sua preservação, não se perdendo de vista as facilidades necessárias a um rápido acesso. Por seu turno, as fotografias digitalizadas exigem menos espaço físico predial, necessitando, contudo, aparatos tecnológicos sofisticados para seu armazenamento e recuperação. (RODRIGUES, 2014, p. 202).

Para ambas fotografias, analógica e digital deve-se ter atenção especial com as questões de preservação e segurança, além daquelas relacionadas ao seu armazenamento. (RODRIGUES, 2014).

O segundo tipo de arquivamento é relativo às informações sobre a fotografia, estas são “[...] um conjunto de dados (metadados) que identificam uma foto em todos os seus aspectos, tais como: autor, título, local, equipamento utilizado, dados técnicos, assuntos, temas etc.” (RODRIGUES, 2014, p. 203).

Todos “esses dados são obtidos por meio de processos de análise, tematização e indexação [...] [e] o arquivamento dessas informações é feito de forma paralela ao arquivamento da fotografia [...]”. Alguns desses metadados também podem ser obtidos dos dados EXIF acoplados às fotografias digitais. (RODRIGUES, 2014, p. 203).

O correto arquivamento das fotografias e das informações sobre elas possibilitarão uma recuperação eficiente, além de evitarem que as fotos se percam em um universo cada vez maior de imagens fotográficas. (RODRIGUES, 2014).

A adoção de um vocabulário controlado para a representação de fotografias é necessário, porém, não deve ser o mesmo utilizado para documentos textuais, pois a fotografia possui particularidades como o seu caráter polissêmico maior do que é normalmente observado em documentos do gênero textual.

As autoras Boccato, Rubi e Fujita (2014) elencaram em seu trabalho alguns vocabulários controlados utilizados por algumas instituições para a representação de fotografias:

- **Art & Architecture Thesaurus Online (AAT):** é um vocabulário multilíngue desenvolvido, a partir de 1981, pelo *The Getty Research Institute*, (Estados Unidos), para a representação da informação em sistemas automatizados de museus, bibliotecas, coleções de recursos visuais, arquivos, projetos de conservação, projetos de catalogação e projetos bibliográficos. Ele possui termos e conceitos das áreas de arte, arquitetura, artes decorativas, cultura material, materiais de arquivo. Ele possui as relações hierárquicas, de

equivalências e associativas, promovendo os relacionamentos conceituais entre os termos. (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014).

- ***Thesaurus for Graphic Materials*, formado por duas partes: 1) *Thesaurus for Graphic Materials I: Subject Terms (TGM I)* e o 2) *Thesaurus for Graphic Materials II: Genre and Physical Characteristic Terms (TGM II)*.** O primeiro foi criado em 1995 pela *Library of Congress* para suprir as necessidades de indexação de documentos especiais como fotografias, gravuras, cartazes. Ele possui uma terminologia atualizada de maneira regular e formada por termos da linguagem natural estruturados sintático-semanticamente com relacionamentos hierárquico, de equivalência, associativo e acompanhados, se necessário, de notas de escopo. (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014).
- ***Thesaurus for Graphic Materials II: Genre and Physical Characteristic Terms (TGM II)***: também criado em 1995, ele possui descritores de forma e gênero que associados aos assuntos principais permitem certa especificidade na representação do conteúdo da imagem. (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014).
- **VocaUSP**: desenvolvido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi-USP) esse vocabulário é utilizado tanto para documentos textuais, como para iconográficos, audiovisuais, sonoros, dentre outros. Os descritores são relacionados sintático-semanticamente em estruturas hierárquicas e de equivalência. “Ele é composto por lista alfabética, hierárquica interligadas entre si, além de tabelas auxiliares de locais geográficos e históricos, de gênero e forma, profissões e ocupações e qualificadores [...]” (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014, p. 135).

O VocaUSP é atualizado regularmente e está disponível na *Web* para uso por profissionais da informação e usuários. (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014).

Em relação ao *Thesaurus for Graphic Materials* “Em outubro de 2007, o *TGM I* e o *TGM II* foram unificados, migrados para um novo *software*, constituindo um único vocabulário controlado intitulado *Thesaurus For Graphic Materials (TGM)*” (BOCCATO; RUBI; FUJITA, 2014, p. 133).

Apesar de alguns vocabulários aqui apresentados serem utilizados para representar documentos textuais e iconográficos, Smit (1989) aponta que é difícil essa prática, pois os documentos iconográficos necessitam de um número bem maior de termos concretos do que os textuais. Por exemplo, “Não há imagens de ‘agricultura’

ou de 'racismo', há plantações de soja ou milho, há cartazes em cima de portas com dizeres do tipo 'for white only'" (SMIT, 1989, p. 103).

Outro ponto importante a ser notado, antes que se desenvolvam instrumentos e sistemas para a organização de representação de fotografias, é a observação do documento fotográfico como um documento de arquivo, biblioteca ou museu, pois cada uma dessas instituições tem objetivos diferentes para seus acervos e assim os documentos de cada uma devem receber tratamento diferenciado.

Os acervos fotográficos dessas instituições podem se referir a pessoas, organizações e coletividades como os Movimentos Sociais, contribuindo com a preservação de sua memória e identidade. Um desses grupos é o LGBTQ+ que possui um histórico de militância e organização destacável, principalmente no Brasil, e que por isso é de grande importância que sua documentação, como as fotografias, seja preservada de modo a disseminar o conhecimento sobre esse grupo social e reforçar suas identidades por meio do acesso à informação.

No tópico seguinte será abordado o Movimento LGBTQ+ brasileiro, seu histórico de militância, suas ações, relações com outros Movimentos e personalidades, suas identidades e um pouco sobre uma linguagem própria que desenvolveu ao longo desses anos para a comunicação entre os membros desse grupo social. A abordagem a esse grupo social será importante para que seja possível refletir sobre a importância da preservação e do acesso ao conhecimento que sua documentação representa, principalmente as fotografias.



As identidades abarcadas pela sigla LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros), além de outras inseridas na mesma e que podem ser englobadas pelo “+” ao final, como: *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, dentre outras, revelam que a sigla não está acabada, mas em constante construção à medida que novas identidades sexuais e de gênero são percebidas em nossa sociedade.

É possível dizer que essa sigla começou a ser construída pelo “G”, seguido do “L”, se pensarmos que a homossexualidade masculina foi a primeira a ser notada pela sociedade brasileira ainda na era colonial, sendo que os homossexuais masculinos eram considerados pecadores, criminosos e mereciam ser punidos por seus atos segundo a sociedade da época. (FRY; MACRAE, 1985).

Fry e MacRae (1985) destacam o que os homossexuais passaram com as confissões e denúncias feitas perante o Santo Ofício durante a Inquisição no nordeste brasileiro entre 1591 e 1620:

Naquela época, relações homossexuais constituíam o “nefando pecado de sodomia” e os “sodomitas” poderiam ser condenados a morte na fogueira. Durante a visitação do Santo Ofício, muitos “sodomitas” eram denunciados e outros confessaram, de tal modo que dispomos de material riquíssimo sobre a homossexualidade daqueles tempos. (FRY; MACRAE, 1985, p. 50).

Segundo Fry e MacRae (1985) no século XIX a homossexualidade, assim como a sexualidade em geral, passou a ganhar uma atenção maior da medicina no Brasil e também em outras partes do mundo como na Europa. A partir de então a prática homossexual passou de ser vista como pecado, crime para doença:

Na segunda metade do século XIX, porém, irrompe na Europa e no Brasil toda uma preocupação médica com a homossexualidade e, de fato, quaisquer relações sexuais fora do casamento, incluindo prostituição. Formou-se a ideia de que a “saúde” da nação era

diretamente ligada a "saúde" da família e dependente, portanto, do controle da sexualidade. (FRY; MACRAE, 1985, p. 61).

A partir desta época os médicos captaram para si a autoridade para falarem sobre a sexualidade, conseqüentemente, sobre a homossexualidade, abordando esta como uma doença passível de cura e correção. (FRY; MACRAE, 1985).

Em 1869 foram criados os termos "homossexualidade" e "homossexual" pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, já no Brasil o termo "homossexualidade" foi utilizado pela primeira vez pelo professor de criminologia e desembargador Francisco José Viveiros de Castro em seu livro: "Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual". (MOLINA, 2011).

Apesar da maioria dos profissionais da área médica da época atuarem contra a homossexualidade, tratando-a como doença, distúrbio, desvio, houve um médico, o alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935) que se destacou pela defesa da prática homossexual. (FERREIRA, 2013).

Hirschfeld fundou em 1919 o Instituto de Ciência Sexual e nos anos de 1920 a Liga Mundial para a Reforma Sexual que tinha como alguns de seus pontos a tolerância às variantes sexuais e a defesa de uma nova legislação que não interferisse nos desejos sexuais dos indivíduos adultos. (FERREIRA, 2013).

Além desses feitos, Hirschfeld foi o responsável por uma campanha contra o parágrafo 175 do código penal alemão que criminalizava as relações homossexuais masculinas. Ele também foi o precursor das cirurgias de mudança de sexo realizadas no seu Instituto de Ciência Sexual a partir da década de 20. (FERREIRA, 2013).

Apesar de todo esse avanço alcançado na área da sexualidade por Hirschfeld e outros médicos libertários na Alemanha de 1920, com a ascensão dos nazistas no início de 1930, o Instituto de Ciência Sexual foi destruído em 1933 junto com a sua biblioteca e toda a pesquisa já desenvolvida pelo instituto sobre sexualidade. (FERREIRA, 2013).

Os nazistas também aproveitaram o parágrafo 175 para perseguir e prender os homossexuais alemães. Eles eram enviados aos campos de concentração, onde eram escravizados, passavam por experiências médicas, como a lobotomização, onde uma parte do cérebro era retirada como forma de cessar o desejo sexual da pessoa, além das torturas e mortes. (FERREIRA, 2013).

Segundo Ferreira (2013) todo esse movimento iniciado por Hirschfeld volta a florescer com mais intensidade após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, durante a onda da contracultura que ocorria à época.

De acordo com Fry e MacRae (1985) de 1935 a 1948 os movimentos e pesquisas em direção a liberdade sexual basicamente pararam no mundo, voltando em 1948 com a publicação do livro "O comportamento sexual do homem" de Alfred Kinsey comumente chamado de "Relatório Kinsey".

Alfred Kinsey reuniu informações estatísticas de 12.214 entrevistas com homens norte-americanos e chegou à conclusão de que a sexualidade dos homens não poderia ser dividida apenas em dois grupos rígidos: heterossexuais e homossexuais. (FRY; MACRAE, 1985).

Com sua pesquisa, Kinsey descobriu que a sexualidade das pessoas não deveria ser pensada como categorias estanques, mas como um continuum:

Kinsey descobriu que é melhor pensar em termos de um *continuum* que se estende do comportamento exclusivamente heterossexual até o comportamento exclusivamente homossexual. A população masculina se espalha entre esses dois polos. Assim, constatou que 37% dos homens de seu país tinham tido pelo menos uma experiência homossexual que levasse ao orgasmo. 18% tinham tido pelo menos tantas experiências homossexuais quanto heterossexuais durante um período mínimo de três anos, e 4% era exclusivamente homossexual. (FRY; MACRAE, 1985, p. 92, grifo dos autores).

Após o relatório de Kinsey, já no início de 1950, houve um aumento do comportamento homossexual notável, principalmente nos Estados Unidos, e também a criação das primeiras associações e grupos de militância homossexual como a "Sociedade Mettachine", a associação "One Inc." e o grupo exclusivamente lésbico "As filhas de Bilits", além de grupos em outros países da Europa Ocidental. (FRY; MACRAE, 1985).

Segundo Fry e MacRae (1985) esses grupos iniciais não tinham atitudes políticas fortes, contudo, a situação mudou em 1969 com a "Revolução de Stonewall", conhecida como o marco do início do movimento LGBTQ+ a nível mundial:

O que parece ter marcado o nascimento deste grupo foi a "Rebelião de Stonewall", que é para o movimento homossexual algo parecido com a tomada da Bastilha para a Revolução Francesa. Na noite de 28 de junho de 1969, uma sexta-feira, alegando o descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas, a polícia tentou interditar um bar chamado "Stonewall Inn", localizado em Christopher Street, a rua mais movimentada da área conhecida como o "gueto" homossexual de Nova York.

O que era para ser simplesmente uma ação policial rotineira, suscitou uma reação inédita. Os frequentadores do bar reagiram e começou uma batalha que durou o fim de semana inteiro. Gritava-se palavras de ordem como "Poder Gay", "Sou bicha e me orgulho disso", "Eu gosto de rapazes" etc. (FRY; MACRAE, 1985, p. 96-97).

Esse movimento deu início a diversas manifestações nos Estados Unidos e Europa pelos direitos LGBT+. Com palavras de ordem como "Assuma-se" e "Saia da clandestinidade e vá para as ruas" as pessoas passaram a assumir publicamente as suas preferências sexuais. Pouco depois da Rebelião de Stonewall, a Frente de Libertação Gay (FLG), criada em 1968, decretou o 28 de junho, dia da rebelião, como o "Dia do Orgulho LGBT+". (FRY; MACRAE, 1985).

Toda essa movimentação nos Estados Unidos e na Europa refletiu no Brasil, onde, no auge da Ditadura Militar, começaram a surgir as primeiras iniciativas para criação de um movimento político em defesa do direito das liberdades sexuais.

Na década de 60 houveram algumas iniciativas para dar visibilidade aos LGBT+, como o jornal "O Snob" (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968), contudo, as iniciativas que realmente tinham o intuito de politizar a causa LGBT+ começaram no final da década de 70 com o jornal "Lampião da Esquina" e o "Grupo Somos". (FACCHINI, 2003).

O Movimento LGBT+ brasileiro, na época chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), teve seu início no final da década de 1970 na abertura política do Governo Geisel. Por meio de alianças com outras minorias como o Movimento Feminista, Movimento Negro e grupos de esquerda, os LGBT+ reforçaram seu repúdio à ditadura militar e iniciaram um movimento para a discussão das causas relacionadas à comunidade LGBT+. (FERREIRA, 2013).

O termo "Movimento Homossexual", para aquele contexto, pode ser entendido como:

[...] o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento. (FACCHINI, 2003, p. 84).

A autora Facchini (2003) divide esse movimento em três momentos ou "ondas": a primeira se inicia em 1978 com a criação do jornal "Lampião da Esquina" e fundação do grupo "Somos" e termina nos últimos anos da primeira metade da década de 1980

com a retomada da democracia e o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) em inglês *Acquired Immundeficiency Syndrome* (AIDS) atreladas aos homossexuais na época.

A segunda “onda” compreende o restante da década de 1980 até 1990 e foi caracterizada por um declínio do movimento e dificuldades relacionadas à viabilidade de uma política homossexual no Brasil em função da epidemia da AIDS considerada por muitos como uma “peste gay”, e também a volta da democracia que fez com que muitos grupos ficassem perdidos sem terem mais a Ditadura Militar como algo a ser combatido, necessitando de uma reformulação de suas estratégias e planos de ação. (FACCHINI, 2003).

A terceira “onda” se inicia na década de 1990 e foi marcada pelo reflorescimento do movimento com um aumento no número de grupos LGBTQ+ e a criação de relações com instituições governamentais, figuras públicas, associações internacionais e o início dos movimentos de rua. (FACCHINI, 2003).

Os autores Albernaz e Kauss (2015) afirmam que atualmente vivemos uma quarta “onda” do movimento, em que há uma busca incessante pela realização de direitos LGBTQ+ que vão além de simples formalismos discursivos e legais e que sejam ações de fato efetivadas.

Começando pela primeira “onda”, em 1978 surge o jornal “Lampião da Esquina” no Rio de Janeiro, editado por artistas, intelectuais e jornalistas LGBTQ+, esse jornal abordava de maneira positiva questões do mundo LGBTQ+ em seus aspectos culturais, políticos e existenciais e teve papel essencial na disseminação de informações relacionadas à esse grupo social. (FRY; MACRAE, 1985).

No mesmo ano surge o primeiro grupo brasileiro com objetivo de discutir politicamente questões relacionadas ao universo LGBTQ+. Semanalmente alguns homossexuais começaram a se reunir na Universidade de São Paulo (USP) para debaterem assuntos relacionados à sua orientação sexual e após um desses encontros, eles enviaram uma carta pública ao Sindicato dos Jornalistas contra a maneira difamatória que a imprensa estava apresentando a homossexualidade. (FRY; MACRAE, 1985).

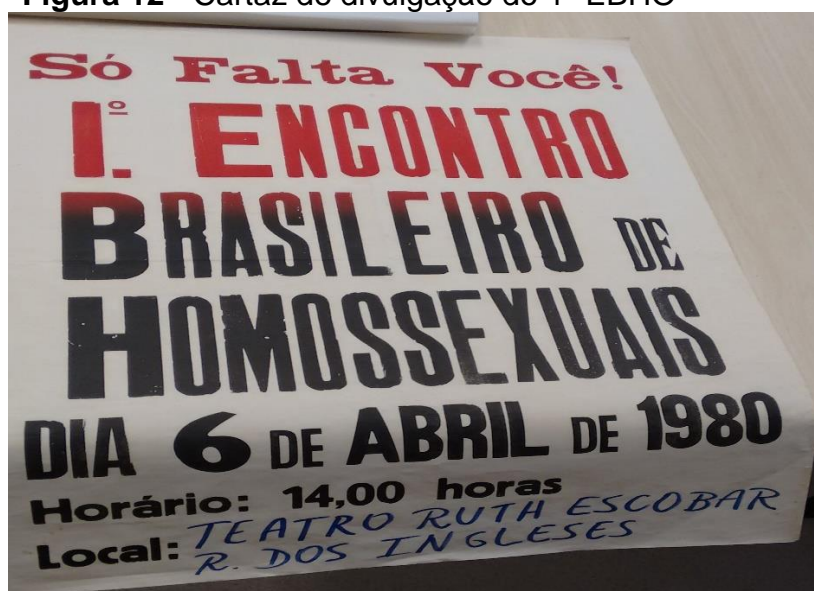
Em dezembro de 1978 esse grupo recebe o nome de SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual em decorrência de um convite recebido para participarem de uma semana de debates na USP no início do ano seguinte, sobre movimentos de grupos discriminados. (FACCHINI, 2003).

Após esse debate, novos integrantes entraram no SOMOS, principalmente, mulheres e dois novos grupos se formaram, o Eros e o Libertos. É importante destacar que, principalmente, após os eventos e encontros, novos grupos eram formados, alguns se dissolviam e outros eram modificados com novos integrantes. (FACCHINI, 2003).

Segundo Facchini (2003) o SOMOS e a maioria dos grupos dessa primeira “onda” tinham um caráter antiautoritário e comunitarista e defendiam uma transformação da sociedade como um todo, ora defendendo a aliança com outras minorias para alcançarem esse fim, ora defendendo a autonomia do movimento. As reuniões do SOMOS tinham o intuito de ajudar os indivíduos a construir sua identidade homossexual, através de relatos autobiográficos, o grupo procurava entender como era a vida LGBTQ+ no gueto.

Em abril de 1980 aconteceu o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e também o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Compareceram cerca de 200 pessoas no EGHO e cerca de 600 pessoas no EBHO, com grupos em sua maioria da região sudeste do país. (FACCHINI, 2003).

Figura 12 - Cartaz de divulgação do 1º EBHO



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

No mesmo ano, após algumas divisões no SOMOS, diversos grupos de minorias como o negro, o feminista e o LGBTQ+ se reúnem em uma campanha contra o delegado Richetti que perseguia travestis, homossexuais e prostitutas no centro de São Paulo. (FACCHINI, 2003).

O grupos se reuniram em frente ao Teatro Municipal e somaram cerca de mil pessoas que saíram em passeata gritando palavras de ordem contra às ordens designadas por aquele delegado para fazer batidas relâmpago e prisões ilegais para averiguação de antecedentes. (FRY; MACRAE, 1985).

Após o ato, o SOMOS sofre mais algumas divisões e em 1982 participa de um debate promovido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) para a retirada da homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). “Em 1983, problemas financeiros e dificuldades em conseguir novos membros levam o grupo SOMOS a abandonar sua sede e se dissolver” (FACCHINI, 2003, p. 92).

De acordo com Facchini (2003), o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), um dos grupos dissidentes do SOMOS, foi o único grupo paulistano que chegou na década de 1990 como “Rede de Informação Um Outro Olhar”, adotando o formato de Organização Não-Governamental (ONG).

O 2º EGHO previsto para acontecer em 1981 acaba não ocorrendo e ao invés dele ocorrem dois encontros, um no nordeste e outro paulista. Nesse mesmo ano o jornal “Lampião da Esquina” encerra as suas atividades deixando “[...] os grupos órfãos do meio de comunicação por meio do qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento” (FACCHINI, 2003, p. 94).

Segundo Facchini (2003) o “Lampião da Esquina” se viu mergulhado em um vazio ao ter que abortar seu teor contestatório ao final da ditadura e se voltar ao consumo. O fim do grupo SOMOS e do jornal “Lampião da Esquina”, além da propagação da epidemia da AIDS na sociedade brasileira, atrelada aos homossexuais, marcaram o fim da primeira “onda” do Movimento LGBT+ brasileiro.

De acordo com Molina (2011) apesar dos aspectos negativos da AIDS para com os LGBT+, atribuídos pela sociedade em geral, a epidemia obrigou a população a discutir sexualidade, ou seja, a temática passou a estar presente nas famílias, escola e estado, trazendo visibilidade para a comunidade LGBT+, apesar de ter freado a mobilização de diversos setores do movimento.

Facchini (2003) fala da existência de pouca bibliografia sobre o segundo período do movimento brasileiro, onde houve um declínio na quantidade de grupos, principalmente em função da AIDS, chamada pela sociedade da época de “peste gay”, “[...] e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo FATO DE MUITAS LIDERANÇAS TEREM SE VOLTADO PARA A LUTA CONTRA A

AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia” (FACCHINI, 2003, p. 93, grifo da autora).

Os grupos dessa segunda “onda” tinham ações mais pragmáticas e voltadas para luta por direitos civis não se preocupando com a transformação da sociedade como um todo igual aos grupos do primeiro momento do Movimento. (FERREIRA, 2013).

Os grupos da segunda “onda” tinham uma ação mais abrangente e pragmática:

Uma diferença marcante desses grupos dos anos 80 para o Somos, por exemplo, é a menor ênfase que dão ao cotidiano dos gays. No Somos havia os chamados “grupos de reconhecimento”, onde grupos de gays, lésbicas e travestis se reuniam para discutir sua vida pessoal e debater. Os novos grupos não estão ancorados, como antes, na experiência e nas vivências pessoais dos próprios militantes. (FERREIRA, 2013, p. 14).

Os dois grupos principais da segunda “onda” do movimento foram o Triângulo Rosa, liderado por João Antônio Mascarenhas e o GGB, liderado por Luiz Mott. (FERREIRA, 2013).

Segundo Facchini (2003) os modos de atuação de Mott e Mascarenhas possibilitou que o movimento LGBTQ+ sobrevivesse a esse período de declínio, reflorescendo com mais força no início da década de 1990. Os grupos da segunda “onda” também valorizavam as relações com o movimento em nível internacional, demonstravam preocupação com a institucionalização dos seus grupos e a busca de apoio de atores sociais como parlamentares, juízes e partidos políticos.

Outros dois acontecimentos importantes dessa segunda “onda” foram a tentativa do grupo Triângulo Rosa de tentar incluir a criminalização da discriminação por orientação sexual na Constituição, que acabou não dando certo devido a quantidade de parlamentares conservadores que votaram contra, e a definição do termo “orientação sexual” ao invés de “opção” ou “essência” que “[...] permitia, ao mesmo tempo, afirmar uma certa concretude para a experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas, ou seu caráter ‘essencial’”. Para a chegada de um consenso sobre o uso do termo “orientação sexual” para se referir à qual gênero o desejo sexual e afetivo de uma pessoa se direcionava, os militantes do Triângulo Rosa consultaram acadêmicos e profissionais de diversas áreas. (FACCHINI, 2003, p. 101).

Com a chegada da década de 1990, iniciou-se o que Facchini (2003) chama de terceira “onda” do movimento LGBTQ+ brasileiro. Esse momento ficou conhecido como um reflorescimento do Movimento em nível nacional.

Na década de 1980 ocorreram apenas mais dois EBHO, um em 1984 e outro em 1989, mas a partir de 1990 o encontro passou a acontecer ora anualmente, ora bianualmente com uma quantidade cada vez maior de grupos participantes. No quarto EBHO de 1990 seis grupos participaram, já no sétimo EBHO em 1993 haviam 21 grupos participantes. No sétimo encontro foram inseridas as “lésbicas” no nome do evento, sendo: “Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais” e no nono encontro em 1997 foram incluídas as travestis: “Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis - EBGLT”. (FACCHINI, 2003).

A terceira “onda” do movimento foi marcada pela presença de mais grupos lésbicos nos encontros e a discussão de suas pautas, também a presença de mais travestis e transexuais nos encontros, além da preocupação com ações mais efetivas contra a AIDS, sendo criado em 1995 o “I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com AIDS”. (FACCHINI, 2003).

No oitavo Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL), como foi chamado naquele ano de 1995, ocorreu a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) que obteve no mesmo encontro a filiação de 32 grupos do movimento que estavam presentes. A partir de 1995 os encontros passaram a ter o apoio de instituições governamentais e outros atores da área privada, além de financiamentos de programas estatais de combate à AIDS. Também em 1995 aconteceu a 17ª Conferência Internacional da *International Lesbian and Gay Association (ILGA)* no Rio de Janeiro, contando com 1200 pessoas. O Brasil sediar um evento importante desse foi reflexo das relações que Mascarenhas, fundador do grupo Triângulo Rosa já mantinha com o movimento em nível internacional na década de 1980, inclusive ele compareceu a uma conferência na Itália anteriormente. (FACCHINI, 2003).

Em 1997 ocorre o nono EBGLT e foi um ano extremamente marcante para o Movimento e Comunidade LGBTQ+ brasileira, pois após o evento acontece uma passeata pelo centro da cidade de São Paulo, ficando conhecida como a 1ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo. Isso despertou a ideia nos militantes de diversas regiões do país para a realização de eventos de rua no mês de junho, conhecido como

o mês do orgulho LGBTQ+ em razão do evento de Stonewall que marcou o início do movimento em nível internacional em 1969. (FACCHINI, 2003).

A década de 1990 foi para o movimento LGBTQ+ brasileiro um momento de ampliação de relações com diversos atores sociais, como a mídia, parlamentares, agências estatais ligadas a temas de justiça e saúde e até grupos religiosos que se mostravam flexíveis à questões ligadas aos LGBTQ+. O modelo de ONG começou a ser adotado pelos grupos, por meio de estruturas formais de organização, elaboração de projetos em busca de financiamentos, definição clara dos objetivos e a necessidade de apresentação de resultados. Esse modelo acabou gerando certa competitividade entre os grupos em busca de patrocínios e financiamentos. Nessa terceira “onda” do movimento também se viu uma segmentação do mercado com setores de consumo voltados ao público LGBTQ+ e assim a criação da sigla GLS (Gays, Lésbicas, Simpatizantes), permitindo que indivíduos que não se identificassem como alguma ou algumas das identidades da sigla pudessem consumir seus produtos e participar de seus espaços, pois simpatizavam com a causa da comunidade LGBTQ+. (FACCHINI, 2003).

Chegando aos anos 2000, até os dias atuais, o movimento LGBTQ+ brasileiro vive o que os autores Albernaz e Kauss (2015) chamam de quarta “onda”, onde há uma busca incessante por direitos iguais e também uma luta por mais visibilidade e respeito.

O início dos anos 2000 foi marcado pelo aumento no número de pessoas na Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo e no número de paradas realizadas em outras cidades do Brasil. A parada de São Paulo passa a ser considerada a maior do mundo:

No começo dos anos 2000, São Paulo bate o recorde de maior parada gay do mundo, superando São Francisco, nos Estados Unidos. Esse gigantismo do movimento lhe deu poder de construir um discurso muito coeso sobre a homossexualidade. O termo “homossexualismo” foi rechaçado, pois indicaria doença. Quando a homossexualidade é vista como uma sexualidade de origem natural e universal. (FERREIRA, 2013, p. 15).

No ano de 2004, no governo do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva é criado o programa “Brasil sem Homofobia”, esse programa buscava:

[...] o reconhecimento da cidadania LGBTQ+ através do combate às discriminações por orientação sexual ou identidade de gênero, além de outros motivos como raça, etnia, religião, opinião política, e é constituído de diversas ações, dentre elas, as voltadas para o apoio

em projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT, no combate à homofobia, na capacitação para profissionais e representantes do movimento social que atuam nessa esfera, na disseminação de informações sobre direitos, no incentivo à denúncia de violações dos Direitos Humanos da população LGBT, entre outros. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015, p.559).

Do programa “Brasil sem Homofobia” surgiu o projeto “Escola sem Homofobia” que tinha objetivo de:

[...] promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência referentes ao tema da homossexualidade e da transexualidade no centro do processo de formação de alunos e educadores, além de apontar para a importância da universidade para se repensar as práticas e as formas de ensino à luz dos direitos humanos e sexuais, possibilitando a capacitação de professores no intuito de levar esses novos conceitos ao universo escolar. (MOLINA, 2011, p. 959).

No projeto “Escola sem Homofobia” seriam “[...] aplicados seminários regionais temáticos, confecção de materiais para uso nas escolas e uma vasta pesquisa em mais de dez capitais brasileiras [...]” onde os problemas de homofobia nas escolas eram constantes. (MOLINA, 2011, p. 959-960).

Apesar dos esforços “[...] em maio de 2011, após pressões da bancada religiosa congressista, o “*Projeto Escola sem Homofobia*” foi vetado pela Presidente Dilma Rousseff” (ALBERNAZ; KAUSS, 2015, p. 559, grifo dos autores).

Em 2008 ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros), onde a sigla “GLBT”, que foi adotada pelo movimento no final dos anos 1990, foi alterada para “LGBT” para que fosse possível trazer mais visibilidade para as lésbicas que em grande parte do histórico do movimento brasileiro foram invisibilizadas pelos homossexuais masculinos. (MOLINA, 2011).

O século XXI foi marcado, até o momento, pelas conquistas do Movimento LGBT+ nos Tribunais Superiores do Brasil, já que os projetos de lei que chegam ao Congresso Nacional não conseguem aprovação das bancadas mais conservadoras para avançarem. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015).

Uma das conquistas ocorreu em 2011 quando o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu “[...] o regime jurídico da união estável às uniões de mesmo sexo a todos os estados da federação brasileira”. Para tomar essa decisão o STF se baseou em alguns princípios constitucionais, como o da dignidade humana, da proibição de

discriminações odiosas, da igualdade, liberdade e o da proteção à segurança jurídica. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015, p. 554).

Apesar dessa decisão, alguns cartórios ainda estavam resistentes na conversão da união estável em casamento civil, contudo:

Tais conflitos foram apaziguados pela Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual estabeleceu que os cartórios de todo o País não poderiam mais recusar-se à conversão da união civil em casamento. E, além disso, possibilitou a celebração de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015, p. 554).

Outra conquista do movimento nos tribunais foi a possibilidade das travestis, transexuais e transgêneros mudarem o nome após a cirurgia de mudança de sexo mediante amparo legal concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a cirurgia de mudança de sexo e o acompanhamento para as pessoas que não se identificam com o seu sexo de nascença. Nos dias atuais já é possível às pessoas transgênero mudarem seus nomes sem necessidade da cirurgia de mudança de sexo. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015).

De 2010 até os dias atuais é possível perceber cada vez mais a presença de pessoas LGBT+ nas mídias, como a televisão, rádio e internet. Em 2017, por exemplo, houve a ascensão da cantora e compositora *Drag Queen* Pablllo Vittar que “furou a bolha” da comunidade LGBT+ e chegou com suas músicas no público heterossexual e cisgênero, tendo inclusive, vários ouvintes e seguidores “heteros” e “cis” em plataformas de *streaming* como o *Spotify*, por exemplo, e em redes sociais como o *Instagram*.

Em 2019, a novela “A dona do pedaço” que foi exibida na Rede Globo de Televisão no horário das 21:00 horas trouxe a atuação da atriz transexual “Glamour Garcia” em uma personagem, também transexual, que não a ridicularizava como era feito com alguns personagens LGBT+ exibidos na TV na primeira década dos anos 2000. Isso demonstra um reconhecimento e um respeito maior da grande mídia para com as pessoas transgênero.

Com o aumento do número de mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e também do número de usuários, algumas pautas e personalidades do movimento LGBT+ ganharam maior visibilidade através de ferramentas proporcionadas por essas mídias, como o “Assuntos do Momento” do *Twitter*, que já foi descrito neste trabalho.

Em junho de 2019 o movimento LGBTQ+ alcançou sua última conquista até agora, por 8x3 votos os ministros do STF criminalizaram a homotransfobia enquadrando-a como crime de racismo até que o Congresso Nacional aprove uma lei que puna esse tipo de crime. Os ministros do STF entenderam que houve omissão do Congresso Nacional em não ter editado até hoje uma lei que puna esses crimes de ódio. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019).

Durante toda a sua história, o movimento LGBTQ+ brasileiro desenvolveu uma linguagem própria que conta um pouco sobre cada uma das identidades inseridas dentro deste movimento. Esta linguagem era inicialmente utilizada apenas na comunicação entre os membros deste grupo social, mas depois, com o apoio das mídias sociais, isso começou a se expandir e essa linguagem passou a ser utilizada também por pessoas heterossexuais e cisgênero.

Segundo o Dicionário Houaiss (2009) a linguagem é “[...] qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.” Os signos que abordaremos aqui são os signos verbais, ou seja, a linguagem verbal caracterizada pelas palavras e os sons das palavras.

Já a língua, para o Dicionário Houaiss (2009) é o “[...] sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito.”

Então, a linguagem abarca a língua, e esta última é utilizada para a realização da primeira:

[...] a linguagem é vista como processo de interação, a língua é usada não apenas para a comunicação, mas, também, para estabelecer a interação social (*agir sobre, agir entre*). O indivíduo realiza ações, atua sobre o interlocutor. Considera-se os contextos social, histórico e ideológico. (DORETTO; BELOTI, 2011, p. 97, grifo dos autores)

A língua e a sociedade vivem em processo de interação em que uma influencia a outra continuamente, então em uma sociedade estratificada, a língua refrata a sua estrutura. (SILVA; SOUSA, 2017).

O indivíduo não apreende a língua de maneira individual, mas por meio dos signos linguísticos que lhe são oferecidos pelo contexto social em que vive:

O desenvolvimento linguístico de um falante não é um processo centrado na sua individualidade. O falante em si não é o senhor de sua língua, ele não fala a língua que deseja, mas a língua que lhe é

possível falar, com as formas verbais próprias de sua comunidade linguística, que também é social, cultural e econômica. (SILVA; SOUSA, 2017, p. 264).

Deste modo, o sujeito em seu discurso “[...] ultrapassa a sua individualidade para se tornar voz de uma coletividade, ou melhor, de um grupo social” (SILVA; SOUSA, 2017, p. 265).

A língua é um fator da identidade sociocultural de um indivíduo e um fator de identificação de cada grupo social e como cada grupo possui formas específicas de linguagem é possível descobrir à qual grupo social determinado sujeito pertence a partir da linguagem que ele utiliza para se comunicar. (SILVA; SOUSA, 2017).

As autoras Coelho e Mesquita (2013) esclarecem que língua, cultura e identidade se relacionam mutuamente, pois a língua é o instrumento necessário para a difusão de uma cultura, “[...] afinal, as experiências sociais só são transmitidas por meio da língua” (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 31).

A língua se caracteriza como um produto social e histórico sendo utilizada para representar sentimentos, pensamentos, sensações, emoções e percepções de um povo. Assim, ela é “[...] fundamental para compreendermos a identidade de um povo num determinado contexto social” (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 31).

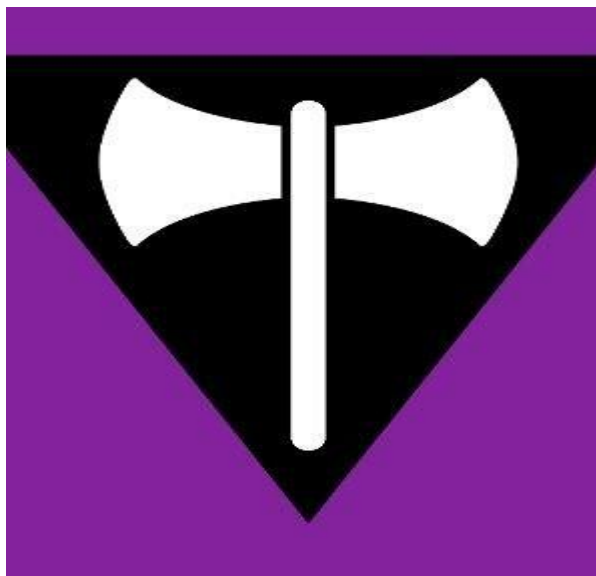
Deste modo, as formas linguísticas adotadas por cada uma das identidades do movimento LGBTQ+ representam a cultura desse grupo social, assim como auxilia na disseminação dos seus ideais.

Antes de falar um pouco da linguagem utilizada pela comunidade LGBTQ+ para a comunicação e interação entre si e com outros atores sociais, cabe elucidar o que é cada uma das identificações desse grupo nos dias atuais.

Com base no Glossário da Diversidade elaborado pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), (2017), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), seguem as definições de cada identidade que compõe a sigla LGBTQ+:

Lésbica: mulher que experimenta amor romântico e/ou atração sexual por outras mulheres. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 15).

Figura 13 – Bandeira do orgulho lésbico



Fonte: Elise (2019)

Gay: palavra inglesa utilizada para designar o indivíduo (homem ou mulher) homossexual. Embora, algumas vezes, *gay* seja usado para designar homens e mulheres homossexuais e bissexuais, tal uso tem sido constantemente rejeitado por implicar na invisibilidade da lesbianidade e da bissexualidade. Sendo assim, a palavra *gay* é utilizada no senso comum, para se referir a homens que sentem atração afetivo/sexual por outros homens. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 13).

Figura 14 – Bandeira do orgulho LGBTQ+ e orgulho gay



Fonte: Elise (2019)

Bissexual: pessoa que sente atração sexual por mais de um gênero. A diferença entre a bissexualidade e a homossexualidade é que também pode haver hipótese de atração entre pessoas do sexo oposto. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 10).

Figura 15 – Bandeira do orgulho bissexual



Fonte: Elise (2019)

Travesti: identidade histórico-política, construída sócio culturalmente, da pessoa que é designada como sendo do sexo masculino, transiciona do masculino ao feminino e vive 24 horas no gênero feminino. Geralmente usa hormônios e faz modificações no corpo através de intervenções cirúrgicas, não sendo as mesmas uma regra. Em reconhecimento e respeito a esta identidade deve-se sempre dizer a travesti e nunca o travesti. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 17).

Transexual: pessoa que possui uma identidade de gênero oposta ao sexo designado (normalmente no nascimento). Geralmente usa hormônios, mas há exceções. Nem toda pessoa transexual deseja fazer cirurgia para mudança de sexo (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 17).

Figura 16 – Bandeira do orgulho trans



Fonte: Elise (2019)

Intersexual: pessoa que possui variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que dificultam sua identificação como totalmente feminino ou masculino. Essa variação pode envolver ambiguidade genital, combinações de fatores genéticos e aparência. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 14).

Figura 17 – Bandeira do orgulho intersexual



Fonte: Elise (2019)

Assexual: pessoa que não têm atração e interesse na atividade sexual. Alguns especialistas reconhecem a assexualidade como orientação sexual, outros discordam. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 9).

Pansexual: diz-se daquela/e que sente atração sexual por pessoas, independente de sua identidade/orientação sexual. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 16).

Figura 18 – Bandeira do orgulho pansexual



Fonte: Elise (2019)

A bandeira utilizada para representar o orgulho gay é a mesma utilizada para representar o orgulho LGBTQ+ no geral devido ao fato de que inicialmente o movimento era conhecido como Movimento Homossexual ou Movimento Gay, em razão da

predominância de homossexuais masculinos no mesmo. Assim, a bandeira continua até hoje com essa dupla função. (ELISE, 2019)

Além das identidades apresentadas acima, existem outras menos conhecidas que o movimento está continuamente incorporando.

Dentro das identidades elencadas aqui temos três categorias: Orientação Sexual (lésbica, gay, bissexual, assexual, pansexual); Identidade de Gênero (travesti, transexual); Sexo (intersexual).

Com relação a essas categorias, seguem as definições:

Orientação Sexual: diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos. Ela geralmente também envolve questões sentimentais, e não somente sexuais. Ela pode ser assexual (nenhuma), bissexual (atração por mais de um gênero - ou, por dois gêneros e outros gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou panssexual (atração por todos os gêneros). (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 15-16).

Identidade de Gênero: refere-se ao gênero com o qual a pessoa se identifica (se ela se identifica como sendo um homem, uma mulher ou se ela vê a si como fora do “padrão” convencional). Esse gênero com o qual ela se identifica pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 15).

Sexo: conformação física, orgânica, celular, particular que permite distinguir o homem e a mulher, atribuindo-lhes um papel específico na reprodução. (HOUAISS, 2009).

Apesar do sexo biológico de uma pessoa apontar para homem ou mulher a identidade de gênero pode diferir, daí tem-se as pessoas transexuais ou transgênero, esse último termo abarcando também as travestis.

Cabe destacar a questão da interseccionalidade entre as categorias acima, pois uma pessoa pode ser transgênero e homossexual, ou transgênero e heterossexual ao mesmo tempo, então, as categorias acima ocorrem concomitantemente em uma mesma pessoa e assim, não são mutuamente excludentes.

Essa interseccionalidade não ocorre apenas entre as identidades contidas na sigla LGBTQ+, mas, também, entre estas e outras categorias identitárias como gênero, classe, raça.

Segundo Sardenberg (2015), as categorias identitárias carregam consigo estruturas de opressão como o sexismo, o racismo e a heteronormatividade, que impõe às pessoas experiências de opressão e privilégio a depender do contexto histórico e temporal em que se passa.

Desse modo, dependendo das intersecções das diversas identidades de um indivíduo, em relação às categorias identitárias, ele pode obter determinada posicionalidade em um contexto social que irá fornecer ao mesmo determinados privilégios, desvantagens e funções que culminarão em relações de subordinação e dominação nesse contexto. (SARDENBERG, 2015).

Assim, uma pessoa que seja homossexual e negra irá experienciar mais situações de opressão em determinados contextos sociais do que uma pessoa homossexual branca, pois a primeira sofrerá a ação de duas matrizes ou estruturas de opressão: homofobia e racismo, enquanto a segunda irá experienciar apenas a homofobia. Existem outras matrizes de opressão que essa segunda pessoa poderá experienciar a depender de suas afirmações identitárias, porém, aqui foram utilizadas apenas duas como exemplo.

Sardenberg (2015) afirma, ainda, que a posicionalidade de uma pessoa varia de acordo com o espaço e tempo, pois nossas identidades também variam dessa maneira, e além disso, a maneira como a pessoa se identifica pode não ser a mesma com a qual é identificada pelo grupo ao qual pertence e isso poderá alterar sua posicionalidade em determinado contexto social, pois a mesma poderá experienciar ou não determinadas categorias de opressão.

Em relação aos termos utilizados para definirem os crimes de ódio, ou as estruturas, matrizes, sistemas de opressão aos quais as identidades LGBT+ são submetidas, existem os seguintes: lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia, interfobia, acefobia, panfobia.

Como é possível notar todos os termos seguem quase a mesma estrutura, com o prefixo da palavra denotando as primeiras sílabas do nome da identidade, terminando sempre com “fobia”. A definição deles são muito parecidas, a única diferença é a identidade aos quais se referem, então, não é necessário trazer todas as definições. Assim, abaixo as definições de “homofobia” e “transfobia”:

Homofobia: aversão, ódio, atitudes e sentimentos negativos a pessoas homossexuais. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 13).

Transfobia: ódio ou intolerância as pessoas transexuais e a diversidade de gênero a partir da crença de que a identidade/expressão sexual de uma pessoa deve corresponder ao seu sexo biológico. (SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES, 2017, p. 16).

No decorrer de sua história essas identidades LGBT+ desenvolveram um estilo linguístico ou linguagem própria utilizado na interação e comunicação entre os

membros da comunidade. Essa linguagem levou o nome de “bajubá”, que traz traços do “iorubá”, língua utilizada no Candomblé. (LAU, 2015).

Os falantes do “bajubá” a utilizam “[...] muitas vezes para falar sobre determinado assunto, para que outros ao redor não saibam do que estão falando, como se fosse uma espécie de código” (LAU, 2015, p. 95).

Contudo, a linguagem que a comunidade LGBTQ+ utiliza para se comunicar não fica restrito apenas a ela, alguns termos são utilizados por mulheres heterossexuais quando estão em uma roda de amigas, por exemplo, quando vão falar de alguma fofoca elas usam o termo “babado” com o mesmo sentido que a comunidade LGBTQ+ adotou inicialmente. (LAU, 2015).

As palavras do “bajubá” foram compiladas em um dicionário, facilitando o acesso e manipulação desta linguagem:

As gírias utilizadas foram reunidas em um dicionário, porém, a comunidade LGBTQ adota a maioria das palavras ou quase todas elas no feminino, ou seja, ela possui ‘a dicionária’ que, em sua 24ª edição, possui 1300 verbetes reunidos de cada estado e de alguns países que utilizam o bajubá. O nome do livro que catalogou todos estes verbetes intitula-se *Aurélia, a dicionária da língua afiada* [...]. (LAU, 2015, p. 95-96, grifo do autor).

Algumas palavras como “amapô” que significa “mulher” ou “picumã” que significa “cabelo” podem ser encontradas no dicionário do bajubá. (LAU, 2015, 2017).

Esse dicionário pode ser um instrumento de apoio ao profissional da informação que trabalha com acervos do movimento LGBTQ+ e precisa representar os assuntos dos documentos de maneira que esses documentos possam ser recuperados de maneira assertiva pelos usuários. Além disso, mesmo diante da generalização e pluralidade com a qual as linguagens documentárias tentam representar a informação e o conhecimento, por vezes esses instrumentos podem reproduzir, mesmo que não intencionalmente, as relações de poder que se refletem na própria língua, à medida que nela estão consolidadas concepções ideológicas dominantes.

Desse modo, principalmente em relação a documentos imagéticos, como as fotografias, que possuem caráter polissêmico e assim demandam uma quantidade maior de termos que possam abarcar o maior número de interpretações possíveis que os usuários possam fazer delas, o bajubá poderá auxiliar o profissional da informação na escolha de termos/descriptores de maior conhecimento da comunidade LGBTQ+ e que poderá ser utilizado por esses usuários para recuperarem esses documentos.

Além do bajubá, existem outros instrumentos que podem auxiliar o profissional da informação na representação temática de fotografias relativas a comunidade LGBT+, como o Glossário da Diversidade, já citado neste trabalho, o Manual de Comunicação LGBT da ABGLT, que será melhor analisado no tópico seguinte desta pesquisa e também o dicionário de gêneros “Só quem sente pode definir”.

Este dicionário traz o aspecto colaborativo da folksonomia, pois os usuários descrevem determinados gêneros mediante o que são e o que conhecem sobre. Trata-se de um processo de etiquetagem com verbetes onde são apresentadas as descrições de gêneros. Este processo auxilia na criação e desenvolvimento de nomenclaturas de gênero. (SANTOS et al., 2017).

Instrumentos como esses, além de apoiarem o profissional da informação na representação temática de fotografias, também possibilitam a atualização de SOC mediante a inserção ou alteração de termos nos sistemas. Além desses instrumentos, existem as folksonomias, como a do *Flickr*, que por serem uma linguagem elaborada pelos usuários, recebem constante atualização de acordo com as interações que esses usuários realizam entre eles e com o mundo ao seu redor.

Assim, dadas as vantagens dessas linguagens na representação de imagens relacionadas ao movimento LGBT+, analisaremos a seguir os termos utilizados pelos usuários LGBT+ do *Flickr* para representarem suas fotos e em seguida iremos comparar esses termos com aqueles presentes no Manual de Comunicação da ABGLT.



6. ANÁLISE E DISCUSSÃO

O *Flickr* e o Manual de Comunicação LGBT da ABGLT são as duas fontes desta pesquisa, onde os dados foram coletados para análise e que serão explicitados de forma mais detalhada a partir de agora.

O *Flickr* foi um dos primeiros sítios a possibilitar a organização de recursos informacionais de maneira colaborativa na *Web* mediante a atribuição de etiquetas às fotografias e vídeos postados pelos usuários.

Segundo o próprio *Flickr* (2020), ele possui dois objetivos principais: “1. Ajudar as pessoas a disponibilizarem suas fotos para as pessoas que são importantes para elas.” E “2. Permitir novas maneiras de organizar as fotos e vídeos.” O primeiro objetivo tem a ver com a postagem e compartilhamento de fotos e vídeos pelos usuários de maneira segura e das mais variadas formas possíveis. Já o segundo objetivo tem a ver com a possibilidade do próprio usuário e de outros usuários atribuírem etiquetas e notas às fotos e vídeos, possibilitando uma organização colaborativa destes e a criação do que o sítio chama de metadados, que podem auxiliar na recuperação daqueles recursos quando buscados.

Em relação à possibilidade de postagem e compartilhamento de fotos e vídeos das mais variadas formas possíveis, o *Flickr* possui, atualmente, o seu próprio aplicativo que parece mais intuitivo e fácil de navegar do que o sítio.

Assim que o usuário entra no aplicativo é mostrado a ele os campos de “*Login*” e “*Senha*” para que possa acessar sua conta no *Flickr*. Ao entrar, ele se depara com

cinco ícones na parte superior, sendo que primeiro representa o *feed* de postagens de outros usuários que o usuário segue, o segundo ícone é uma lupa pequena e representa o campo de busca do *Flickr*, onde os usuários podem pesquisar fotografias e álbuns. O terceiro ícone é um boneco pequeno e representa a área do usuário, onde ele pode configurar e administrar o seu perfil e as fotografias que ele possui armazenadas no aplicativo, essa área possui ícones internos que serão explicitados logo mais. O quarto ícone é um sino e representa as notificações que o usuário recebe quando outros usuários interagem com o seu perfil, suas fotos e seus álbuns. Por fim, o último ícone é uma pequena câmera que representa a possibilidade dos usuários capturarem uma foto ou gravar um vídeo diretamente do *Flickr* por intermédio da câmera do *smarthphone*. (FLICKR, 2021).

Dentro da área do usuário, representada pelo ícone “boneco”, existem menus que auxiliam o usuário a organizar suas fotos, vídeos, sua descrição pessoal e os grupos nas quais faz parte. São seis menus dentro dessa área: sobre, estatísticas, rolo da câmera, público, álbuns, grupos. (FLICKR, 2021).

No menu “Sobre” o usuário poderá inserir informações pessoais, como profissão, cidade natal, descrição pessoal, endereço de outras redes sociais e também é informado a quantidade de fotos que esse usuário possui armazenadas no *Flickr*. O menu “Estatísticas” mostra ao usuário números e cálculos relacionados às visualizações que suas fotos recebem de outros usuários, contudo, só é possível ter acesso a essa função com a versão Pro do *Flickr*, que no caso, é paga. O próximo menu é o “Rolo da Câmera”, onde nele é possível ao usuário fazer *upload* das fotos que estejam armazenadas em seu *smarthphone* ou outro dispositivo. O menu seguinte “Público” oferece ao usuário as opções de quem poderá visualizar as suas fotos, podendo ser pública, para amigos ou somente para a família. O quinto menu “Álbuns” oferece ao usuário a opção de criação de álbuns e visualização daqueles já criados. Por último, o menu “Grupos” possibilita ao usuário buscar comunidades que tenham interesses semelhantes ao dele para que possa se juntar a elas, caso desejar. (FLICKR, 2021).

Em relação ao processo de representação, compartilhamento e comentário de fotografias no aplicativo do *Flickr*, eles são semelhantes a aqueles feitos e exibidos no sítio do mesmo. Ao clicar em uma foto de algum usuário, abaixo dela aparecem quatro ícones, uma estrela, que significa “Favoritar”, uma função semelhante ao “Curtir” do *Facebook* e *Instagram*, depois aparece o ícone de um balão que representa a função

de comentar aquela foto, o próximo ícone é a famosa função compartilhar utilizada por diversas outras redes sociais e sítios, um triângulo incompleto com bolinhas nas pontas. Por último há o ícone de uma bolinha com um sinal de exclamação no meio que representa os dados descritivos relativos àquela fotografia. Lembrando que qualquer uma dessas funções pode ser desativada pelo usuário que postou a respectiva fotografia. (FLICKR, 2021).

Dentro do ícone que representa a descrição da foto, existem informações como título, breve descrição, autor, data e horário da captura, álbuns em que a mesma está inserida, grupos a que pertence, etiquetas, licença, além de informações sobre a privacidade da fotografia, número de visualizações e a opção de denunciar algum abuso em relação a imagem representada por ela. Há a opção de clicar nas etiquetas e outras fotografias que foram etiquetadas com a mesma etiqueta são automaticamente recuperadas. O usuário ainda pode habilitar a função de exibição das informações técnicas a respeito da câmera no momento do processo de captura. (FLICKR, 2021).

O autor ou indivíduo que posta uma fotografia no *Flickr* pode habilitar ou desabilitar a opção para que outros usuários insiram etiquetas na mesma. Caso essa função esteja habilitada ficará visível o ícone de um lápis ao lado do nome “*Tags*” que representa o campo das etiquetas. Se a função estiver desabilitada para outros usuários o ícone do lápis não estará visível. Para adicionar etiquetas é só clicar no ícone que abrirá uma caixa de texto para que a etiqueta seja inserida. Abaixo dessa caixa de texto aparecem sugestões de etiquetas ao usuário. (FLICKR, 2021).

Figura 19 – Área do usuário *Flickr*



Fonte: Aplicativo *Flickr*

A figura acima é um *print* da área do usuário do aplicativo do *Flickr*. É possível observar os ícones superiores que representam as funções principais e dentro de um deles há os menus que aparecem abaixo na figura e que pertencem a área do usuário.

Figura 20 – Fotografia postada no *Flickr*



Fonte: Aplicativo *Flickr*

A imagem acima é um *print* de uma fotografia postada no *Flickr*. Em cima é possível observar o nome do usuário detentor da conta na qual a fotografia foi postada e abaixo da foto é possível ver o seu título “Canasvieiras” e os ícones nas quais as suas funções já foram explicadas anteriormente.

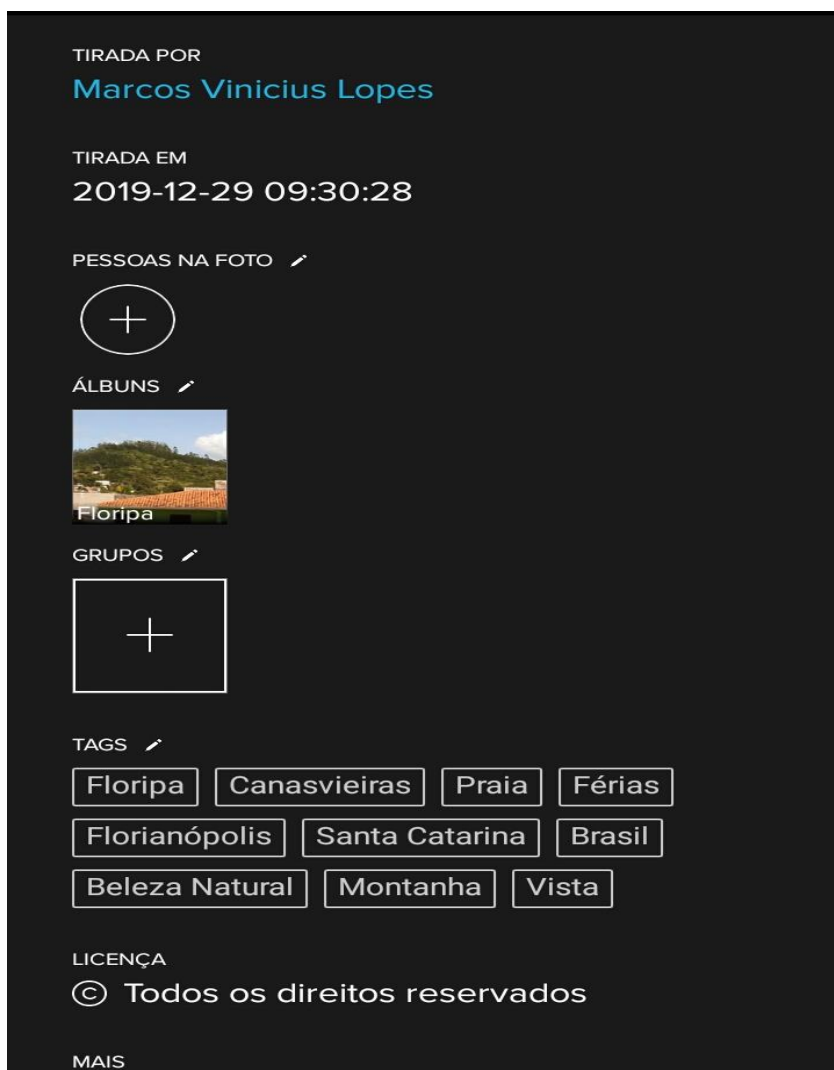
As imagens a seguir exibem a área de descrição da fotografia acima.

Figura 21 – Área de descrição de fotografia do *Flickr* 1



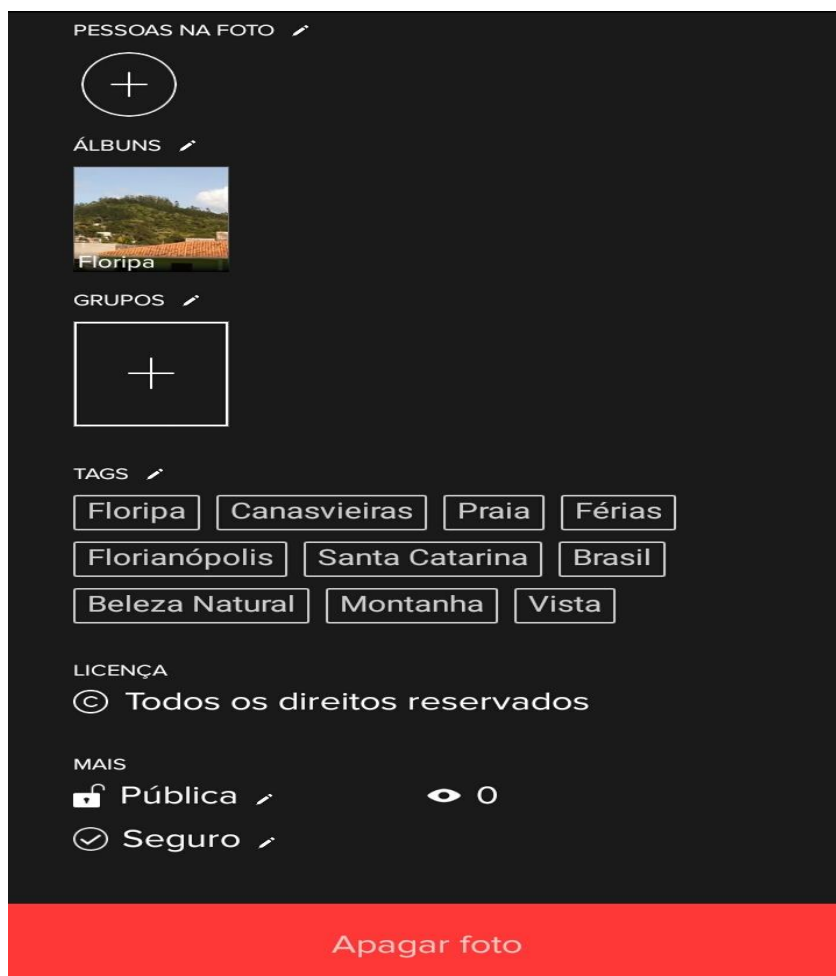
Fonte: Aplicativo do Flickr

Figura 22 – Área de descrição de fotografia do Flickr 2



Fonte: Aplicativo do *Flickr*

Figura 23 – Área de descrição de fotografia do *Flickr* 3



Fonte: Aplicativo do *Flickr*

As três figuras acima são *prints* da área de descrição de uma foto no aplicativo do *Flickr*. A primeira parte da descrição que representa as configurações técnicas da câmera no momento da captura são inseridas pelo *Flickr* automaticamente quando o usuário adiciona uma foto. O aplicativo extrai essas informações dos metadados EXIF da fotografia.

As outras informações descritivas já foram explicadas anteriormente, com exceção da opção que o aplicativo oferece aos usuários de marcarem outras pessoas nas suas fotos desde que elas tenham conta no *Flickr*.

Passamos agora a falar do outro instrumento que será utilizado na análise e interpretação dos dados nesta pesquisa, o Manual de Comunicação LGBT, elaborado pela ABGLT com objetivo de orientar diversos profissionais, principalmente da área de comunicação e informação a respeito de termos corretos a serem utilizados para se referirem a indivíduos e identidades pertencentes à sigla.

A ABGLT foi a primeira organização brasileira a nível nacional a representar toda a comunidade LGBTQ+ com capacidade e legitimidade para levar as suas demandas até o Governo Federal e à sociedade como um todo. Ela foi fundada em 1995 e adotou desde então o formato de ONG. De lá para cá, a ABGLT participou ativamente em diversos eventos e programas que envolvam a garantia de direitos e cidadania plena à todas as identidades da sigla. Programas como “Brasil sem Homofobia” e o “Projeto Escola sem Homofobia” tiveram o protagonismo da ABGLT em sua articulação e desenvolvimento. A associação também coordenou iniciativas e programas de prevenção e informação a respeito da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. (JORGE, 2020).

Atualmente, a ABGLT é uma rede que conta com mais de 300 entidades LGBTQ+ e congêneres afiliadas de todos os estados do Brasil e atua firmemente para aprovação de pautas importantes para a comunidade, como o casamento homoafetivo, aprovado em 2013 e a criminalização da homotransfobia aprovada pelo STF em 2019. (JORGE, 2020).

A missão da ABGLT é:

Promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. (JORGE, 2020).

Um dos feitos da ABGLT para contribuir com a cidadania e direitos humanos para os LGBTQ+ foi o “Manual de Comunicação LGBTQ” com o intuito de informar os profissionais da comunicação e informação e assim eles podem informar a população em geral sobre as maneiras de se referirem às identidades LGBTQ+ sem cometer nenhum tipo de discriminação, violência verbal ou discurso de ódio.

O Manual de Comunicação LGBTQ tem o objetivo de reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que atingem os milhões de LGBTQ+ existentes no Brasil. Ele é uma das ferramentas do Movimento LGBTQ+ capaz de formar e informar a sociedade brasileira a respeito dos direitos humanos desse grupo social. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010).

Como os profissionais da comunicação contribuem diariamente para a formação da opinião pública de milhões de brasileiros (as), a substituição de termos e

expressões que reforçam preconceitos, estigmas e discriminação por outros que sejam politicamente corretos, podem passar uma imagem mais positiva do grupo LGBT+ para a sociedade em geral, trazendo assim, mais respeito, dignidade e qualidade de vida para esse grupo. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010).

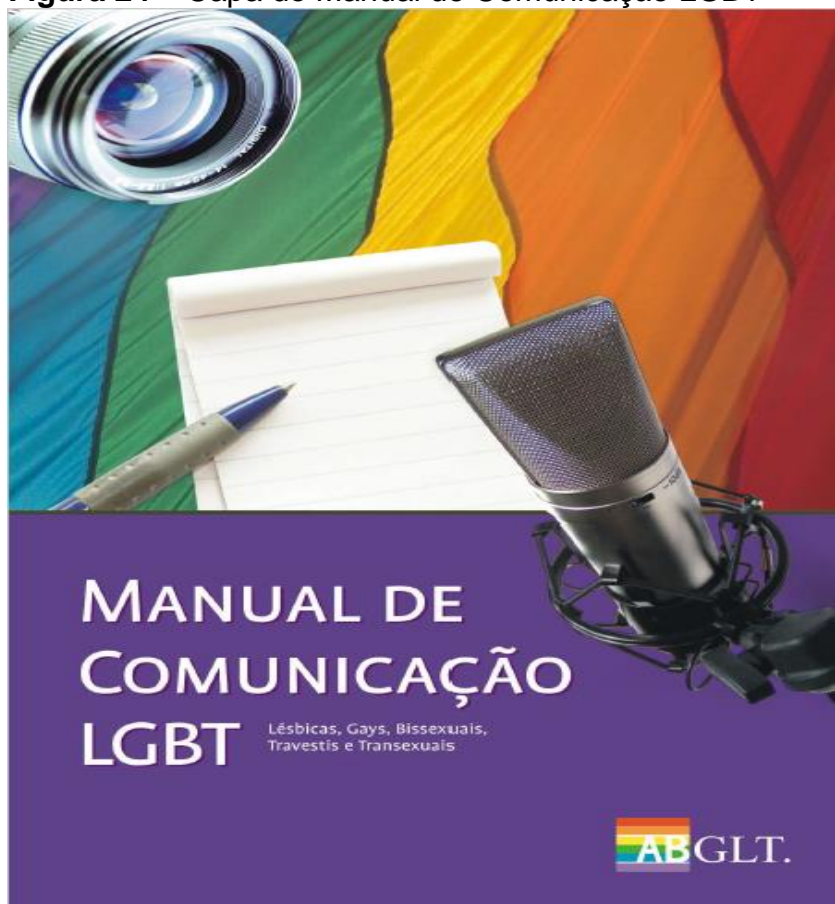
Segundo a ABGLT:

O Manual embasou-se em resoluções aprovadas no I Congresso da ABGLT e na I Conferência Nacional LGBT. Todos os textos foram elaborados com base na relação já existente do movimento com a mídia e na realidade das redações, agências e outros espaços que, de alguma forma, geram mensagens para e/ou sobre o público LGBT. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010, p. 6).

O Manual é dividido em 12 tópicos temáticos, cada um com subtópicos que abrangem as mais diversas questões relacionadas à vivência da comunidade LGBT+ em sociedade. Os tópicos são: 1. Sexualidade; 2. Orientação Sexual; 3. Identidade Gênero; 4. Atitude Social; 5. Homofobia; 6. AIDS; 7. Política e Militância; 8. União Estável e Família; 9. Religião; 10. Datas; 11. Símbolos do Movimento LGBT e 12. A ABGLT. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010).

Os tópicos temáticos do Manual são utilizados nesta pesquisa como categorias temáticas para a recuperação das fotografias no *Flickr* e a categorização de suas etiquetas para posterior relação com o manual e o estabelecimento da análise com base em alguns autores da OC e CI.

Figura 24 – Capa do Manual de Comunicação LGBT



Fonte: ABGLT (2021)

Como algumas categorias não recuperaram fotografias relacionadas ao contexto LGBT+ no *Flickr*, elas foram substituídas por outras categorias definidas de acordo com alguns subtópicos do Manual, assim, as fotografias e etiquetas desejadas foram recuperadas. As categorias selecionadas de acordo com os tópicos e subtópicos do Manual foram as seguintes: *Drag Queen*; Homofobia; Política e Militância; Movimento LGBT; A ABGLT.

A categoria “*Drag Queen*” não é um tópico do Manual, mas um subtópico pertencente ao tópico “Identidade de Gênero”, porém, como no pré-teste este tópico não recuperou fotografias com etiquetas interessantes para análise, ele foi substituído pelo seu subtópico “*Drag Queen*”. No caso da categoria “Movimento LGBT”, como não houveram outros tópicos do Manual que recuperaram etiquetas interessantes para análise, ele foi recortado do tópico “Política e Militância”, que também é uma categoria utilizada na análise aqui realizada, pois é um subtópico desta, é um fenômeno presente e importante dentro do grupo LGBT+, como já foi revelado nesta pesquisa,

e por que os textos pertencentes ao subtópico “Movimento LGBT” se mostraram interessantes para a análise.

Os tópicos do Manual que embasaram a criação das categorias temáticas utilizadas nesta pesquisa possuem como conteúdo os conceitos, as funções, objetivos, ações e implicações de sua inserção no meio social. Então, por exemplo, o tópico “Homofobia” apresenta como conteúdo o conceito de homofobia, como ela ocorre no meio social, suas formas de manifestação e os meios possíveis de combatê-la. Os outros tópicos e subtópicos do Manual possuem mais ou menos a mesma estruturação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010).

Abaixo as fotografias recuperadas de acordo com as categorias selecionadas do Manual de Comunicação da ABGLT, duas de cada categoria:

CATEGORIA DRAG QUEEN

Foto 1:



Termo usado para busca: Drag Queen (Brasil).

Título: 18º Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte.

Autor: Upslon.

Etiquetas: Minas Gerais; afirmando; andrógono; beleza; belo horizonte; bh; bissexual; brasil; celebrando; celebração; colorindo; comemoração; concentração; conquistas; cor; diva; drag-queen; empoderamento; evento; fantasia; fantasiado; festa; gay; gente; humanos; lgbt; luta; lésbica; manifestação; multidão; orgulho; parada; performance; personagens; pessoas; população lgbt; praça da estação; protesto; queen; rainha, trans; transexual; travesti; trios-elétricos; Brazil; BR.

Foto 2:



Termo usado para busca: Drag Queen (Brasil).

Título: The Queen.

Autor: Giuliano Maiolini.

Etiquetas: drag queen; campinas; parada; flores; flowers; multidão; crowd; pessoas; people; hair; cabelos; fantasia; costume; makeupe; maquiagem; parade; proud; Parada do orgulho de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais de Campinas; Helloa Meirelles.

CATEGORIA HOMOFOBIA

Foto 3:

STF 5/5/2011

por Rui Donato



Termo usado para busca: Homofobia.

Título: STF 5/5/2011.

Autor: ruidonato2.

Etiquetas: stf; homofobia; liberdade.

Foto 4:



Termo usado para busca: Homofobia.

Título: IMG_2425ª.

Autor: Arlete Sampaio.

Etiquetas: combate; homofobia.

CATEGORIA POLÍTICA E MILITÂNCIA

Foto 5:



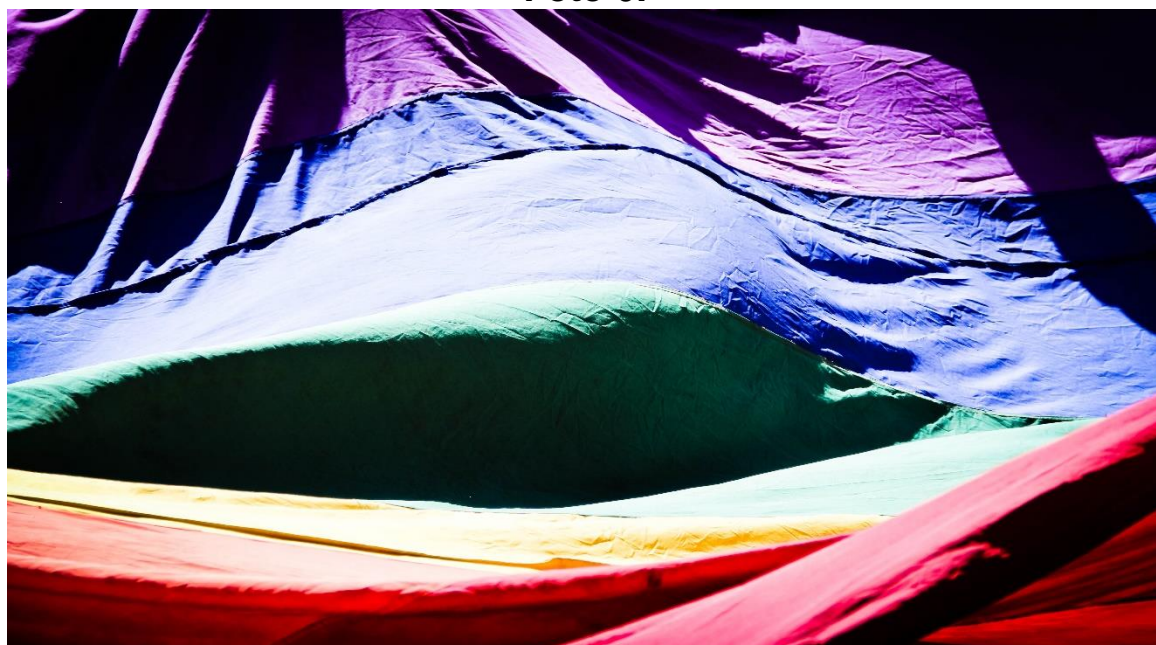
Termo usado para busca: Política LGBT.

Título: Casa Ninja Bahia. LGBT na política. 30/01/2020. Salvador (BA).

Autor: Mídia NINJA.

Etiquetas: LGBT; política; lugardefala; resistência.

Foto 6:



Termo usado para a busca: Política LGBT.

Título: IV Marcha Nacional Contra Homofobia – Brasília (DF) – 15/05/2013.

Autor: Circuito Fora do Eixo.

Etiquetas: marcha nacional; homofobia; lgbt; abgl; mst; movimentos; direitos humanos; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.

CATEGORIA MOVIMENTO LGBT

Foto 7:



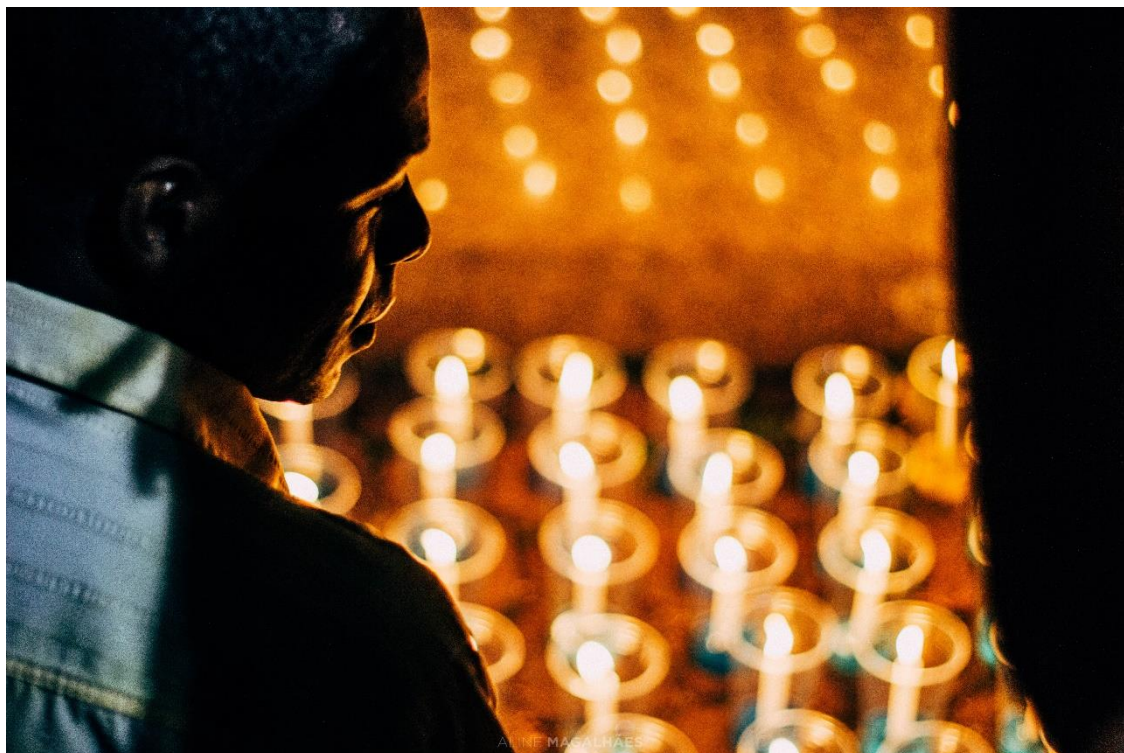
Termo usado para busca: Movimento LGBT.

Título: Ato – Jornada de Lutas da Juventude – Belo Horizonte (MG).

Autor: Maria Objetiva.

Etiquetas: ato; juventude; juventudes unidas; minas que queremos; movimento social; movimento estudantis; feministas; lgbt; lutas.

Foto 8:



Termo usado para busca: Movimento LGBT.

Título: Respeito.

Autor: Artur Magalhães.

Etiquetas: vigília; lgbt; fotografia; brasil; sorocaba; sp; noite; respeito; movimento; social; velas; amagalhaesfotografia.

CATEGORIA A ABGLT

Foto 9:



Termo usado para busca: A ABGLT.

Título: CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autor: Senado Federal.

Etiquetas: CDH; identidade de gênero; orientação sexual; senadora Marta Suplicy (S/Partido-SP); violência; Juliana Gomes Miranda; Ela Wiecko Volkmer de Castilho; Carlos Magno Silva Fonseca; Débora Diniz; Brasília; DF; Brasil; BRA.

Foto 10:



Termo usado para busca: A ABGLT.

Título: IV Marcha Nacional Contra Homofobia – Brasília (DF) – 15/05/2013.

Autor: Circuito Fora do Eixo.

Etiquetas: marcha nacional; homofobia; lgbt; abgl; mst; movimentos; direitos humanos; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.

Como é possível observar, especificamente a “Foto 6”, possui uma proximidade semântica maior com o tópico “Símbolos do Movimento LGBT”, que não foi utilizado para análise nesta pesquisa. A bandeira LGBTQ+ representada na foto é um símbolo da comunidade LGBTQ+, mas por possuir uma proximidade semântica, mesmo que pequena com a categoria “Política e Militância”, ela acabou sendo recuperada nesta também. Isso indica que para os usuários que etiquetaram essas fotografias, algumas temáticas estão mais próximas de outras, divergindo em alguns pontos da visão dos especialistas que elaboraram Manual.

Para uma melhor visualização, o quadro a seguir demonstra as etiquetas coletadas das fotografias acima.

Quadro 4 – Etiquetas de acordo com as categorias temáticas do Manual

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FOTOS E ETIQUETAS	FOTOS E ETIQUETAS
Drag Queen	Etiquetas Foto 1: Minas Gerais; afirmando; andrógeno; beleza; belo horizonte; bh; bissexual; brasil; celebrando; celebração; colorindo; comemoração; concentração; conquistas; cor; diva; drag-queen; empoderamento; evento; fantasia; fantasiado; festa; gay; gente; humanos; lgbt; luta; lésbica; manifestação; multidão; orgulho; parada; performance; personagens; pessoas; população lgbt; praça da estação; protesto; queen; rainha; trans; transexual; travesti; trios-elétricos; Brazil; BR.	Etiquetas Foto 2: Drag queen; campinas; parada; flores; flowers; multidão; crowd; pessoas; people; hair; cabelos; fantasia; costume; makeupe; maquiagem; parade; proud; Parada do orgulho de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais de Campinas; Helloa Meirelles.
Homofobia	Etiquetas Foto 3: STF; homofobia; liberdade.	Etiquetas Foto 4: Combate; homofobia.
Política e Militância	Etiquetas Foto 5: LGBT; política; lugardefala; resistência.	Etiquetas Foto 6: Marcha nacional; homofobia; lgbt; abglt; mst; movimentos; direitos humanos; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.
Movimento LGBT	Etiquetas Foto 7: Ato; juventude; juventudes unidas; minas que queremos; movimento social; movimento estudantis; feministas; lgbt; lutas.	Etiquetas Foto 8: Vigília; lgbt; fotografia; brasil; sorocaba; sp; noite; respeito; movimento; social; velas; amagalhaesfotografia.
A ABGLT	Etiquetas Foto 9: CDH; identidade de gênero; orientação sexual; senadora Marta Suplicy (S/Partido-SP); violência; Juliana Gomes Miranda; Ela Wiecko Volkmer de Castilho; Carlos Magno Silva Fonseca; Débora Diniz; Brasília; DF; Brasil; BRA.	Etiquetas Foto 10: Marcha nacional; homofobia; lgbt; abglt; mst; movimentos; direitos humanos; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.

Fonte: elaborado pelo autor

Após observação das etiquetas recuperadas e análise dos textos referentes às categorias temáticas do Manual, foram notadas as seguintes etiquetas que coincidiram com as palavras e expressões do respectivo Manual de Comunicação da ABGLT, de acordo com as categorias, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 5 – Etiquetas que coincidem com os textos dos tópicos temáticos do Manual de Comunicação da ABGLT

FOTOS	ETIQUETAS QUE COINCIDEM				
	Drag Queen	Homofobia	Política e Militância	Movimento LGBT	A ABGLT
Foto 1	drag-queen; evento.				
Foto 2	drag-queen				
Foto 3		Homofobia			
Foto 4		Homofobia			
Foto 5			LGBT		
Foto 6			LGBT; movimentos; direitos		
Foto 7				LGBT; lutas	
Foto 8				Movimento; LGBT	
Foto 9					orientação sexual; identidade de gênero
Foto 10					homofobia; LGBT; ABGLT; direitos humanos

Fonte: elaborado pelo autor

Como é possível observar pelo quadro acima o número de termos ou etiquetas que coincidem com as palavras ou expressões do Manual de Comunicação da ABGLT é pequeno. Por exemplo, nas fotos 3 e 4, referentes a categoria “Homofobia”, apenas um termo coincide, “homofobia”, que no caso, é o próprio nome da categoria temática em questão.

No quadro abaixo, os termos que não coincidem com o Manual, é possível notar que há várias etiquetas ou termos que tem grande significância para as temáticas em questão e que não estão presentes no Manual da ABGLT.

Quadro 6 – Etiquetas que não coincidem com os textos dos tópicos temáticos do Manual de Comunicação da ABGLT

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FOTOS E ETIQUETAS	FOTOS E ETIQUETAS
Drag Queen	Etiquetas Foto 1: Minas Gerais; afirmando; andrógono; beleza; belo horizonte; bh; bissexual; brasil; celebrando; celebração; colorindo; comemoração; concentração; conquistas; cor; diva; empoderamento; fantasia; fantasiado; festa; gay; gente; humanos; lgbt; luta; lésbica; manifestação; multidão; orgulho; parada; performance; personagens; pessoas; população lgbt; praça da estação; protesto; queen; rainha, trans; transexual; travesti; trios-elétricos; Brazil; BR.	Etiquetas Foto 2: Campinas; parada; flores; flowers; multidão; crowd; pessoas; people; hair; cabelos; fantasia; costume; makeupe; maquiagem; parade; proud; Parada do orgulho de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais de Campinas; Helloa Meirelles.
Homofobia	Etiquetas Foto 3: STF; liberdade.	Etiquetas Foto 4: Combate.
Política e Militância	Etiquetas Foto 5: Política; lugardefala; resistência.	Etiquetas Foto 6: Marcha nacional; homofobia; abglt; mst; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.
Movimento LGBT	Etiquetas Foto 7: Ato; juventude; juventudes unidas; minas que queremos; movimento social; movimento estudantis; feministas.	Etiquetas Foto 8: Vigília; fotografia; brasil; sorocaba; sp; noite; respeito; social; velas; amagalhaesfotografia.
A ABGLT	Etiquetas Foto 9: CDH; senadora Marta Suplicy (S/Partido-SP); violência; Juliana Gomes Miranda; Ela Wiecko Volkmer de Castilho; Carlos Magno Silva Fonseca; Débora Diniz; Brasília; DF; Brasil; BRA.	Etiquetas Foto 10: Marcha nacional; mst; movimentos; esplanada dos ministérios; manifesto; protesto; políticas públicas.

Fonte: elaborado pelo autor

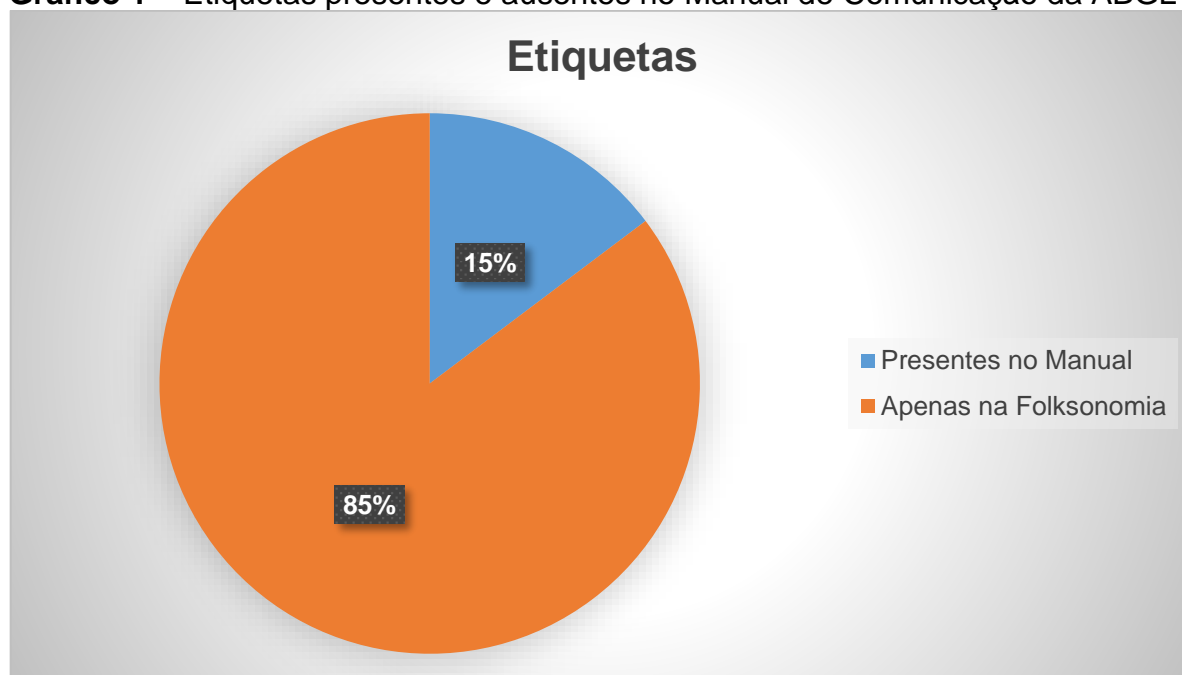
Como é possível observar no quadro acima, a maioria das etiquetas não coincidem com os textos do Manual, mas nem por isso deixam de ser etiquetas significativas para a representação e recuperação da fotografia através de seu conteúdo imagético, por exemplo, na “Foto 1” existem etiquetas como “beleza”, “cor” e “performance”, que têm tudo a ver com a temática “*Drag Queen*”, mas que não foram utilizadas no Manual da ABGLT para falar a respeito desse tema. Nas fotos 6 e 7 referentes à categoria temática “Política e Militância” aparecem etiquetas como “Lugar de fala”, “Resistência” e “Políticas Públicas” que estão intimamente relacionadas com a militância da comunidade LGBT+, mas que, também não aparecem no Manual.

Diante disso, é notável que uma folksonomia relacionada a determinadas temáticas da comunidade LGBT+ podem contribuir, e muito, com um Manual de

Comunicação elaborado por especialistas sobre a causa LGBTQ+ para informar e instruir profissionais de outras áreas e o público em geral sobre a causa, a vivência, a história, identidades e os símbolos dessa comunidade.

No total foram 19 termos e expressões coincidentes entre a Folksonomia e o Manual e 110 termos e expressões presentes apenas na Folksonomia e ausentes no Manual, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Etiquetas presentes e ausentes no Manual de Comunicação da ABGLT



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, apenas 15% do total de etiquetas recuperadas estão presentes no Manual, enquanto 85% não estão, demonstrando que os usuários de uma folksonomia atribuem uma grande quantidade de termos para representar um domínio de conhecimento que muitas vezes especialistas e até profissionais da informação não utilizam, pois costumam usar instrumentos como o Manual da ABGLT e linguagens controladas para construir os seus instrumentos e sistemas.

Um dos motivos, também, para a baixa taxa de etiquetas da folksonomia presentes no Manual, são os termos utilizados pelos usuários que não têm a ver com o conteúdo imagético das fotografias. Esses termos se encaixam na categoria do “*Isness*” de Peters e Stock (2008), se tratando de etiquetas que não representam o que está visível na imagem, mas sim, percepções do usuário em relação a ela, como adjetivos, técnicas de produção da imagem, informações relativas ao fotógrafo e por aí vai.

O “*aboutness*” e o “*iconology*” de Peters e Stock (2008) que se referem aos níveis iconográfico e iconológico de Panofsky (1991) e demandam uma interpretação maior por parte dos usuários em relação a uma imagem, também contribuem com uma discrepância maior entre as etiquetas da folksonomia e os textos do Manual, pois pessoas diferentes podem significar uma fotografia de maneiras diferentes a depender de sua experiência de vida e de seu conhecimento acumulado. Contudo, as etiquetas referentes ao “*aboutness*” e “*iconology*” são justamente aquelas que fazem uma folksonomia ser diferente de uma linguagem controlada, pois envolvem uma interpretação da imagem e de seu contexto de produção, diferente das etiquetas referentes ao “*offness*” ou nível pré-iconográfico de Panofsky (1991) que descrevem apenas o que está visível na imagem. Assim, a interpretação realizada pelo usuário que participa de uma folksonomia acaba, muitas vezes, sendo diferente daquela feita por especialistas e profissionais da informação.

Por fim, algumas etiquetas referentes ao nível pré-iconográfico ou “*offness*” não coincidem com o Manual, pois a fotografia em si pode apresentar objetos, pessoas, figuras que devido ao seu contexto de produção não caberiam serem mencionadas dentro do Manual quando este explica a temática em questão. Por exemplo, a “Foto 2” referente a temática “*Drag Queen*” apresenta uma *drag queen* em meio a uma multidão, uma parada LGBTQ+ e por isso o usuário utilizou a etiqueta “multidão”, contudo, no Manual de Comunicação da ABGLT não é mencionada palavra “multidão” por não estar inicialmente relacionada ao conceito do que é ser *drag queen*.

A seguir a quantidade etiquetas referentes a cada um dos níveis interpretativos da imagem, “*offness*”, “*aboutness*”, “*iconology*” e “*isness*”.

Quadro 7 – Etiquetas de acordo com os níveis descritivos e interpretativos de Peters e Stock (2008)

<i>Offness</i>	<i>Aboutness</i>	<i>Iconology</i>	<i>Isness</i>
Colorindo; Performance; Concentração; <i>Parade</i> ; Cor; Fantasia; Fantasiado; Festa; Gente; Humanos; <i>Drag queen</i> ; Evento; Multidão; Personagens; Pessoas; Manifestação; Trios-elétricos; <i>Drag queen</i> ; Flores; <i>Flowers</i> ;	Andrógeno; Parada; Minas Gerais; Brasil; Luta; Orgulho; Celebrando; Celebração; LGBTQ; População LGBTQ; Parada; Diva; Comemoração; Belo Horizonte; BH; Bissexual; Gay; Lésbica; Protesto; Trans; Transexual; Travesti; Movimentos;	Afirmando; Conquistas; Combate; Violência	Beleza; Amagalhaesfotografia

<p>Multidão; <i>Crowd</i>; Pessoas; <i>People</i>; <i>Hair</i>; Cabelos; <i>Fantasia</i>; <i>Costume</i>; <i>Makeupe</i>; Maquiagem; Movimentos; <i>Ato</i>; Vigília; <i>Movimentos</i>; Velas; <i>Fotografia</i>; Noite; <i>Movimentos</i>; Movimento; <i>Social</i></p>	<p><i>Queen</i>; Rainha; <i>Brazil</i>; BR; <i>Campinas</i>; Empoderamento; Helloa <i>Meirelles</i>; Protesto; <i>Políticas</i> Públicas; <i>Liberdade</i>; Proud; <i>Política</i>; <i>Parada</i> do orgulho de lésbicas, gays, <i>travestis</i>, transexuais e bissexuais de <i>Campinas</i>; <i>Juventude</i>; <i>Juventudes Unidas</i>; <i>Homofobia</i>; <i>Brasil</i>; <i>Praça da Estação</i>; <i>Manifesto</i>; <i>Protesto</i>; <i>BRA</i>; <i>Brasil</i>; <i>Resistência</i>; <i>Respeito</i>; <i>Direitos Humanos</i>; <i>Orientação Sexual</i>; <i>Identidade de Gênero</i>; <i>Homofobia</i>; <i>LGBT</i>; <i>Lugardefala</i>; <i>Marcha</i> <i>Nacional</i>; <i>Homofobia</i>; <i>LGBT</i>; <i>Minas que queremos</i>; <i>Direitos Humanos</i>; <i>Políticas Públicas</i>; <i>Esplanada dos</i> <i>Ministérios</i>; <i>Movimento Social</i>; <i>Movimento Estudantil</i>; <i>Feministas</i>; <i>LGBT</i>; <i>Lutas</i>; <i>Brasília</i>; <i>DF</i>; <i>CDH</i>; <i>LGBT</i>; <i>Senadora</i> <i>Marta Suplicy</i> <i>(S/Partido-SP)</i>; <i>Juliana</i> <i>Gomes Miranda</i>; <i>Ela</i> <i>Wiecko Volkmer de</i> <i>Castilho</i>; <i>Carlos</i> <i>Magno Silva Fonseca</i>; <i>STF Débora Diniz</i>; <i>Sorocaba</i>; <i>SP</i>; <i>Esplanada dos</i> <i>Ministérios</i>; <i>Marcha</i> <i>Nacional</i>; <i>Homofobia</i>; <i>LGBT</i>; <i>ABGLT</i>; <i>MST</i></p>		
---	--	--	--

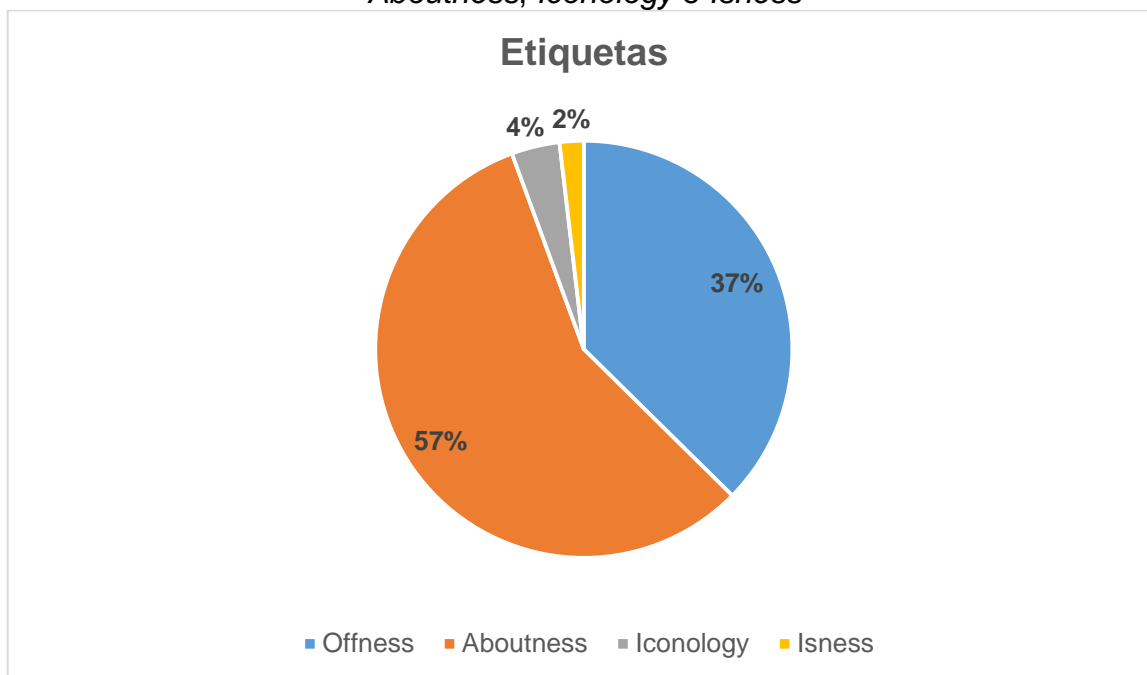
Fonte: elaborado pelo autor

Do total de 129 etiquetas, (40) correspondem ao *Offness*, (83) ao *Aboutness*, (04) ao *Iconology* e apenas (02) ao *Isness*. Lembrando que os níveis acima, criados por Peters e Stock (2008) tem correspondência com os níveis de interpretação de uma imagem de Panofsky (1991), sendo o *Isness* um nível a mais criado pelos autores

para abarcar os termos utilizados para representar objetos, assuntos e percepções que vão além das interpretações que o referente pode fornecer.

O gráfico abaixo ilustra a porcentagem de etiquetas utilizadas pelos usuários nas fotografias do *Flickr* recuperadas de acordo com os níveis descritivo e interpretativo de Peters e Stock (2008) para uma imagem.

Gráfico 2 – Etiquetas utilizadas pelos usuários de acordo com os níveis *Offness*, *Aboutness*, *Iconology* e *Isness*



Fonte: elaborado pelo autor.

Como é possível notar, a maioria das etiquetas utilizadas pelos usuários pertencem ao *Aboutness*, 57%, em seguida vem o *Offness* com 37%, e bem distante o *Iconology*, 4%, e o *Isness* com 2%. Isso diverge do que foi apresentado por Pato (2015), onde o mesmo observou que a maioria das etiquetas utilizadas por usuários para representarem fotografias em ambientes colaborativos pertenciam ao *Offness* por serem mais fáceis de serem observadas nas imagens e não requererem um nível interpretativo mais profundo. São etiquetas que nomeiam objetos, ações, figuras. No caso desta pesquisa o número de etiquetas pertencentes ao *Aboutness* foi superior ao *Offness* em 20%. As etiquetas referentes ao *Offness* evidenciam o potencial de participação dos usuários na identificação dos elementos concretos em um recurso imagético, podendo auxiliar os profissionais da informação no processo de sua representação.

No caso das etiquetas correspondentes ao *Aboutness*, elas requerem um nível maior de conhecimento por parte dos usuários sobre o que está apresentado em uma imagem. Pode ser o nome de uma pessoa, uma determinada situação, um evento, um aglomerado de objetos, figuras ou pessoas. A determinação desses assuntos secundários auxiliam na caracterização do assunto principal que determinada imagem, fotografia traz. A análise revelou que os usuários se arriscaram mais ao tentarem representar os assuntos das imagens.

O *Iconology* permaneceu baixo como em Pato (2015), apenas 4% das etiquetas correspondem a esse nível. Isso ocorre, pois ele requer um conhecimento profundo dos usuários a respeito dos valores simbólicos por traz de determinada imagem e o seu contexto de produção. Então, por exemplo, uma fotografia de uma parada LGBTQ+ representa a conquista de direitos, visibilidade e respeito desse grupo social para com a sociedade em geral, pois, principalmente, através de eventos como este que a comunidade LGBTQ+ começou a receber cada vez mais atenção por parte dos diversos atores que compõem a nossa sociedade. (FACCHINI, 2003).

Por fim, o *Isness* foi o nível com menos etiquetas, apenas 2%, este nível abrange as etiquetas que não têm ligação direta com o assunto de uma imagem, elas representam opiniões pessoais dos usuários sobre uma imagem, como, bonito, feio, estranho, legal, além de informações técnicas a respeito do processo de captura de uma imagem e informações a respeito do próprio fotógrafo.

Em relação às etiquetas que coincidem com os textos do Manual da ABGLT, o quadro abaixo ilustra como elas se dividem entre as categorias descritivas de Peters e Stock (2008).

Quadro 8 – Etiquetas presentes no Manual da ABGLT e na folksonomia classificadas de acordo com os níveis descritivos de Peters e Stock (2008)

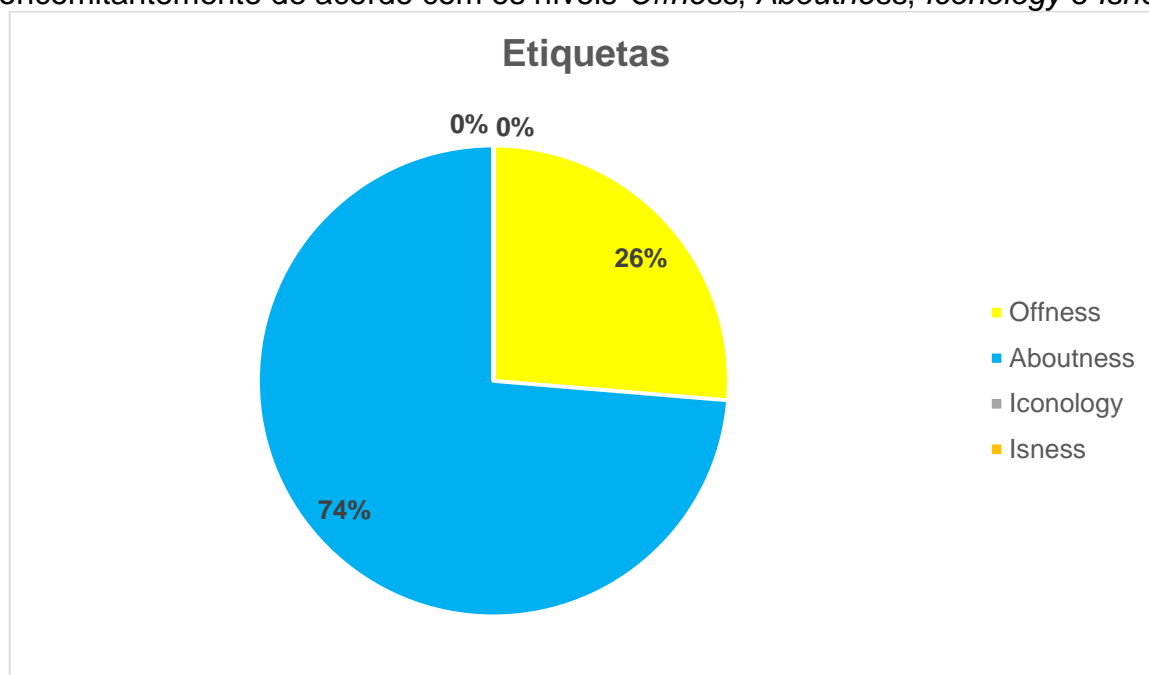
<i>Offness</i>	<i>Aboutness</i>	<i>Iconology</i>	<i>Isness</i>
Drag queen; Evento; Drag queen; Movimentos; Movimento	Homofobia; Homofobia; LGBT; LGBT; LGBT; Direitos; LGBT; Lutas; Orientação sexual; Identidade de gênero; Homofobia; LGBT; ABGLT; Direitos humanos		

Fonte: elaborado pelo autor

Pelo quadro acima é possível observar que a maioria das etiquetas coincidentes entre a folksonomia e o Manual também se referem ao *Aboutness* (14), em segundo lugar (5) etiquetas pertencentes ao *Offness* e nenhuma etiqueta referente ao *Iconology* e ao *Isness*. Como já mencionado aqui, o *Aboutness* abrange àquelas etiquetas que descrevem os assuntos de uma imagem que, quando reunidos, auxiliam na definição do assunto principal dessa imagem e o *Offness* é o nível descritivo mais básico que comporta etiquetas/termos que descrevem os objetos, figuras, seres e ações em uma imagem.

Na análise de todas as etiquetas recuperadas da folksonomia, a maioria, 57%, pertencem ao *Aboutness*, contra 37% pertencentes ao *Offness*. Em relação a apenas as etiquetas que são coincidentes na folksonomia e no Manual ocorre situação semelhante como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Etiquetas pertencentes à folksonomia e ao Manual da ABGLT concomitantemente de acordo com os níveis *Offness*, *Aboutness*, *Iconology* e *Isness*



Fonte: elaborado pelo autor.

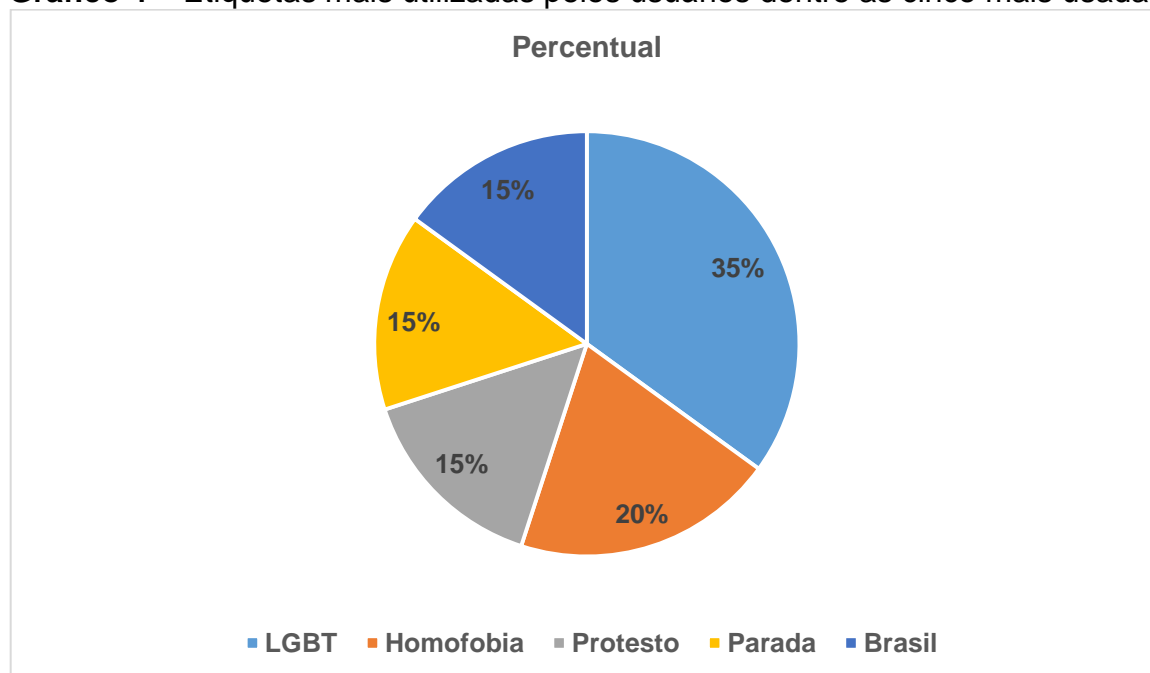
De acordo com o Gráfico 3, 74% das etiquetas utilizadas pelos usuários para representarem as fotografias do contexto LGBTQ+ no *Flickr* e que também estavam presentes no Manual de Comunicação LGBTQ da ABGLT, pertencem ao *Aboutness*, 26% delas ao *Offness*, 0% ao *Iconology* e 0% ao *Isness*. Isso demonstra uma maior motivação dos usuários, além do conhecimento sobre os assuntos e temas relacionados ao contexto LGBTQ+ que essas fotografias trazem em si, de modo, que

os assuntos atribuídos a elas por esses usuários coincidem com aqueles contidos em um instrumento especializado em disseminar informações e conhecimentos relacionados a vivência LGBTQ+, como o Manual da ABGLT.

Se comparado ao estudo de Pato (2015), onde o mesmo observou uma alta taxa de etiquetas/termos pertencentes ao *Offness* em relação aos outros níveis descritivos, aqui observou-se um alto número de termos relacionados ao *Aboutness*, sendo inclusive, superior ao *Offness*. Esses dados revelam que no caso das fotografias utilizadas nessa pesquisa, os usuários se arriscaram mais ao tentarem representar os assuntos dessas fotos ao invés de se apegarem a uma representação mais básica, focada apenas no que está visível na imagem.

Passando agora a analisar os termos mais utilizados pelos usuários para representarem as fotografias, observou-se que algumas etiquetas ganharam destaque pela quantidade de vezes que foram utilizadas. A seguir as cinco etiquetas mais utilizadas e a quantidade de vezes que elas apareceram: LGBTQ (7 vezes); Homofobia (4 vezes); Protesto (3 vezes); Parada (3 vezes); Brasil (3 vezes). O gráfico abaixo ilustra a porcentagem que cada etiqueta das cinco acima foram utilizadas pelos usuários.

Gráfico 4 – Etiquetas mais utilizadas pelos usuários dentre as cinco mais usadas



Fonte: elaborado pelo autor.

A etiqueta “LGBT” foi utilizada em 35% das vezes dentre as cinco mais usadas, o que não é de se estranhar, pois ela representa o nome da comunidade ao qual as fotografias se referem. Já a etiqueta “Homofobia” usada em 20% das vezes denota que a violência contra pessoas LGBTQ+ ainda é um tema recorrente em nossa sociedade, sendo lembrado de maneira constante pelos usuários quando vão etiquetar fotografias relacionadas à comunidade.

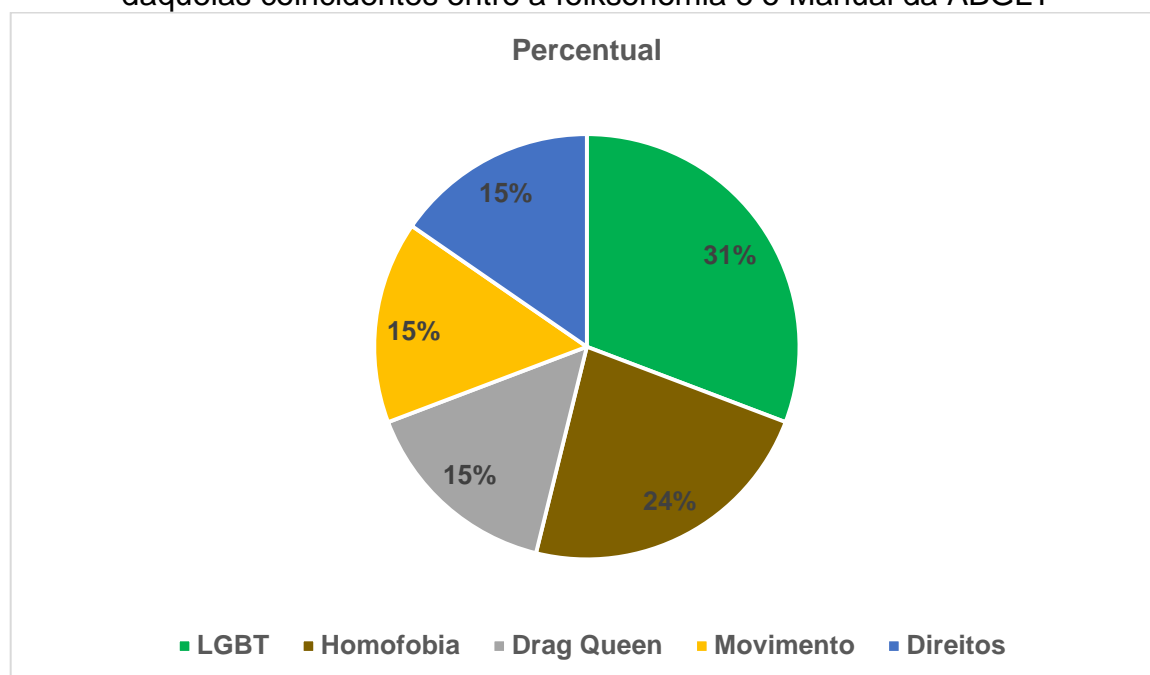
As etiquetas “Protesto” e “Parada” usadas em 15% das vezes reforçam a importância da militância e dos eventos para comunidade LGBTQ+. Elas estão ligadas, pois uma parada do orgulho LGBTQ+ também é uma forma de protesto por mais espaços, maior visibilidade, respeito e direitos iguais na sociedade. Dada a importância desses temas, eles se destacam como alguns dos mais lembrados pelos usuários no momento da etiquetagem, e são aplicados em forma de etiquetas.

A etiqueta “Brasil”, também utilizada em 15% das vezes, mostra uma preocupação dos usuários em expor o local onde a fotografia foi capturada de forma que uma busca por país, por exemplo, recupere a fotografia etiquetada.

Como aponta Bardin (1977), a importância de uma unidade de registro aumenta conforme a sua frequência de aparição, assim, no caso das etiquetas, quanto mais determinada etiqueta aparece, ela se torna mais significativa para o contexto na qual está sendo empregada, no caso desta pesquisa, o contexto LGBTQ+ das fotografias do *Flickr*, deste modo, temas como “LGBT”, “Homofobia”, “Protesto”, “Parada” e “Brasil” são muito importantes para os usuários do *Flickr* quando pensam a respeito da comunidade LGBTQ+.

Com relação às etiquetas coincidentes entre a folksonomia e o Manual da ABGLT, as cinco mais utilizadas pelos usuários foram as seguintes: LGBT (4 vezes); Homofobia (3 vezes); *Drag queen* (2 vezes); Movimento (2 vezes); Direitos (2 vezes). O gráfico abaixo ilustra a porcentagem que cada etiqueta, dentre as cinco mais usadas, foi empregada pelos usuários.

Gráfico 5 – Etiquetas mais utilizadas pelos usuários dentre as cinco mais usadas daquelas coincidentes entre a folksonomia e o Manual da ABGLT



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim como no caso anterior, das etiquetas no todo, “LGBT” ficou em primeiro lugar como a etiqueta mais utilizada dentre as cinco mais empregadas pelos usuários, com 31% de aparição. Isto se deve ao fato de que “LGBT” é a sigla utilizada na maioria dos casos para representar a comunidade em questão. A etiqueta “Homofobia” aparece em segundo lugar, assim como no primeiro caso, com 24% de aparição e como já mencionado, isto acontece, pois atualmente a violência contra pessoas LGBTQ+, seja ela física ou verbal, é um assunto recorrente na mídia e no dia a dia das pessoas, dessa forma, no momento da etiquetagem dos usuários esse é um tema que vem sempre à mente quando se tratam de materiais relacionados à comunidade LGBTQ+, e também, no momento da construção de um instrumento que tenha o objetivo de disseminar a vivência LGBTQ+, como o Manual da ABGLT, o tema da homofobia se torna indispensável.

A etiqueta “*Drag Queen*” foi utilizada em 15% das vezes devido a ser uma das categorias temáticas selecionadas do Manual para recuperação das fotografias no *Flickr* e também pela figura da *drag queen* ser muito marcante no meio LGBTQ+, principalmente, em baladas e nas Paradas do Orgulho, assim, ao se falar em comunidade ou Movimento LGBTQ+ a *drag queen* merece e é lembrada tanto por

usuários de uma folksonomia como por especialistas por ser uma das maiores representantes da arte LGBTQ+.

Com 15% de aparições, também, a etiqueta “Movimento” se destaca por representar a base da luta da comunidade LGBTQ+ por direitos iguais, respeito e visibilidade, caracterizado como a reunião política de indivíduos pertencentes a essa comunidade e pessoas que apoiam a causa, o Movimento LGBTQ+ é responsável pela maioria dos avanços em diversos aspectos cívicos, jurídicos e identitários desse grupo social, por isso, mereceu uma categoria temática nesta pesquisa, além do termo “Movimento” ser lembrado por alguns usuários do *Flickr* durante o seu processo de etiquetagem e também pela equipe de especialistas ao elaborarem o Manual de Comunicação da ABGLT. (FACCHINI, 2003).

A última etiqueta, “Direitos”, também utilizada em 15% das vezes, está ligada a anterior, pois a busca por direitos iguais sempre foi e ainda é um dos principais objetivos do Movimento LGBTQ+, dessa forma, é muito lembrada quando se tratam de fotografias das Paradas do Orgulho LGBTQ+, debates e protestos com indivíduos desta comunidade, por isso os usuários lembram do termo “Direitos” ao etiquetarem fotografias relacionadas àquelas temáticas e até outras que apresentem pessoas LGBTQ+, sem necessariamente estarem em algum dos contextos citados acima. No Manual, o termo “Direitos” aparece, principalmente, nos momentos em que é apresentada a militância desse grupo social e os seus objetivos em relação a ela, necessários para que o público em geral entenda que a comunidade LGBTQ+ não é só festas, mas, luta organizada com objetivos sérios, também.

Outra questão importante é a observação das etiquetas presentes na folksonomia, mas ausentes no Manual, pois a depender de sua frequência de uso é interessante ponderar a sua inserção em instrumentos como o Manual da ABGLT e também em vocabulários controlados, de forma a aumentar a garantia do usuário nesses instrumentos e sistemas.

Quanto maior a sua frequência de uso, maior a importância de determinada etiqueta, assim, de acordo as categorias temáticas pré-estabelecidas, as etiquetas mais usadas em cada uma foram as seguintes:

Quadro 9 – Etiquetas mais usadas daquelas presentes apenas na folksonomia

Categorias temáticas	Etiquetas
<i>Drag Queen</i>	Fantasia (2 vezes) Pessoas (2 vezes) Multidão (2 vezes)
Homofobia	Liberdade (1 vez) Combate (1 vez) STF (1 vez)
Política e Militância	Política (2 vezes) Resistência (1 vez) Lugar de fala (1 vez)
Movimento LGBT	Juventude (2 vezes) Movimento (2vezes) Ato (1 vez)
A ABGLT	Violência (1 vez) Protesto (1 vez) Esplanada dos Ministérios (1 vez)

Fonte: elaborado pelo autor

Algumas etiquetas, especialmente as que foram usadas apenas uma vez pelos usuários, foram selecionadas para comporem o quadro acima em detrimento de outras, que também foram usadas apenas uma vez, pois tinham uma proximidade maior com o tema da categoria ao qual pertenciam e assim seria interessante notar a sua importância para a temática em questão.

Figura 25 – Nuvem de etiquetas das cinco etiquetas mais utilizadas pelos usuários daquelas presentes apenas na folksonomia do *Flickr*

Fonte: elaborado pelo autor

Na categoria “*Drag Queen*”, a etiqueta “Multidão” merece destaque, pois apesar de não estar diretamente ligada ao “o que é uma *drag queen*”, está indiretamente,

afinal, a *Drag Queen* trabalha com o público, se apresenta e faz performances em festas, baladas e grandes eventos como as paradas do orgulho LGBTQ+, assim, os conceitos de “*Drag Queen*” e “Multidão” mantêm uma relação semântica bem próxima, merecendo a segunda, espaço em materiais que discorram sobre a primeira. (MICHAELIS, 2015).

A categoria “Homofobia” traz a etiqueta “STF” como interessante para discussão, pois como no caso acima, não está diretamente relacionada ao conceito de “Homofobia”, mas mantém uma relação, mesmo que distante com essa temática, pois, como já apontado no referencial teórico desta pesquisa, o STF (Supremo Tribunal Federal) é o órgão responsável pela criminalização da homofobia no Brasil em razão do Congresso Nacional até hoje ter se omitido de aprovar uma lei contra a violência às pessoas LGBTQ+, levando o STF a tomar essa atitude. Não só a criminalização da homotransfobia, mas o STF também foi peça principal na aprovação de outras pautas favoráveis à população LGBTQ+, como o casamento homoafetivo, por exemplo. (ALBERNAZ; KAUSS, 2015).

Em relação à categoria “Política e Militância” merece destaque a etiqueta “Lugar de fala”, pois representa um conceito que vem sendo bastante discutido pelos movimentos de minorias atualmente. A ideia do “Lugar de Fala” é que grupos que sempre foram marginalizados em nossa sociedade como negros, mulheres, indígenas, LGBTQ+, deficientes, dentre outros, sendo silenciados por grupos majoritários, tenham direito, credibilidade e competência para tratarem de assuntos como o machismo, no caso das mulheres, o racismo, no caso dos negros e a LGBTQfobia no caso dos LGBTQ+, pois são eles que experienciam essas formas de opressão em suas vidas de forma constante. (PONCHIROLI, 2020). Dessa forma, a militância LGBTQ+ tem como um de seus objetivos garantir que os indivíduos pertencentes a esse grupo tenham seus lugares de fala assegurados quando se tratam de discussões relacionadas a comunidade LGBTQ+. Assim, ao abordar sobre política e militância LGBTQ+ o termo “Lugar de fala” e o seu conceito merecem ser aplicado e desmembrado.

Na categoria “Movimento LGBTQ+” o destaque vai para a etiqueta “Juventude”, utilizada duas vezes pelos usuários. O conceito de juventude aqui pode se relacionar tanto com a presença cada vez maior de militantes LGBTQ+ jovens dentro do Movimento como também com a aliança que o Movimento LGBTQ+ tem com outros movimentos sociais devido a interseccionalidade de pautas, identidades e membros

pertencentes ao Movimento Estudantil, composto em sua maioria por jovens, e o próprio Movimento de Juventude. A luta por determinadas pautas e integrantes comuns aos dois Movimentos faz com que a aliança entre eles se fortaleça, por isso, em fotografias relacionadas ao Movimento LGBTQ+ a etiqueta/termo “Juventude” é sempre bem-vinda, também em textos que abordam a comunidade e o Movimento LGBTQ+, como o Manual da ABGLT, de forma a representar as diversas nuances deste Movimento. (MACHADO, 2013).

A última categoria “A ABGLT” traz como uma de suas etiquetas “Esplanada dos Ministérios”, importante de se destacar, pois algumas das ações daquela associação são direcionadas aos ministérios do governo federal, como a colocação de demandas e projetos da comunidade LGBTQ+ que possam ser solucionados e implementados por cada um dos Ministérios que tenham a competência para isso. Dessa forma, algumas das ações e soluções realizadas e buscadas pela ABGLT têm como foco os Ministérios do Governo Federal para sua concretude, assim, dependendo do contexto da imagem ou do recorte textual, a etiqueta/termo “Esplanada dos Ministérios” pode ter uma forte relação semântica com “A ABGLT”, sendo a sua aplicação benéfica para representar essa temática.

Como é possível notar, todas as categorias trazem etiquetas que não estavam presentes nos tópicos correspondentes do Manual de Comunicação da ABGLT, mas que possuem uma relação semântica mesmo que distante da categoria temática ao qual se referem. Desse modo, essas etiquetas/termos poderiam sim serem utilizados em linguagens documentárias como os SOC de modo a preencher lacunas e aperfeiçoar os processos de representação e recuperação da informação e do conhecimento.

Conforme afirma Cintra (1983) as linguagens documentárias delimitam o significado de um termo de forma a contemplar o contexto no qual essa linguagem será aplicada. Isso faz com que outros significados que possam ser importantes para os usuários não estejam contemplados no termo/descritor em questão. Daí a importância do uso da linguagem natural, presente na folksonomia, juntamente com a linguagem documentária/controlada trazendo um equilíbrio ao sistema de informação em questão.

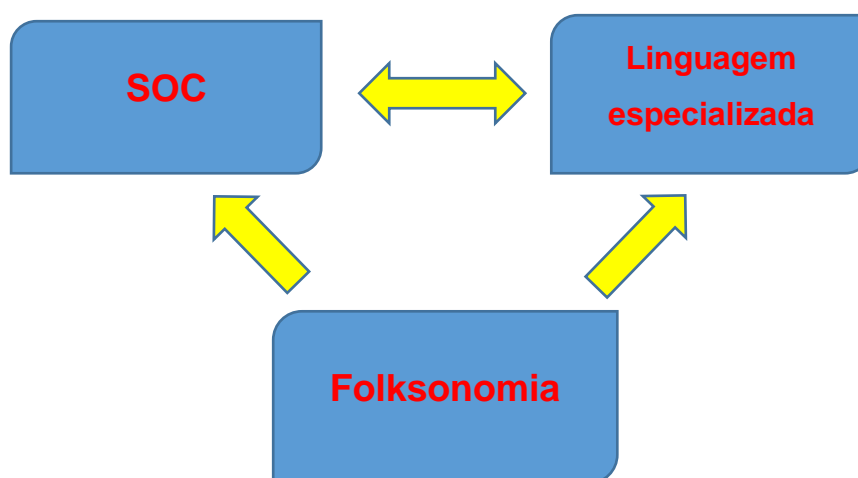
De acordo com as autoras Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (1994) as linguagens documentárias representam um ponto de vista particular da realidade, tendo como base a terminologia específica de um domínio de conhecimento para a sua

construção. Os elementos das linguagens documentárias são desvinculados dos contextos onde aparecem e por meio da terminologia da área que a linguagem será aplicada o termo assume um significado restrito.

Embora o processo de construção das linguagens documentárias seja rigoroso, com regras rígidas de modo a delimitar o significado dos termos e evitar fenômenos da linguagem como a polissemia, homonímia, homografia e por aí vai, as autoras Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (1994) mencionam que as linguagens documentárias mais consistentes são aquelas que possuem um vocabulário que integre elementos da linguagem especializada e também elementos da linguagem natural.

Sendo o Manual da ABGLT uma linguagem especializada do contexto LGBTQ+, segundo as autoras Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (1994) ele seria importante para a construção de linguagens documentárias para o domínio LGBTQ+, mas não é suficiente para a obtenção de uma linguagem consistente que proporcione uma ótima representação dos conceitos desse domínio e uma melhor recuperação de informações sobre LGBTQ+. Assim, é necessária, também a linguagem natural, aquela do usuário que pode ser obtida por meio da folksonomia. Desse modo, o Manual é um instrumento importante para a construção de SOC em unidades de informação que possuam documentação sobre LGBTQ+, contudo, no caso de fotografias, as etiquetas de uma folksonomia, como a do *Flickr*, são muito importantes para a construção e atualização desses sistemas.

Figura 26 – Processo de cooperação entre SOC, Linguagem especializada e Folksonomia em ambientes controlados



Fonte: elaborado pelo autor

Na figura acima a seta que aponta para os dois lados representa uma possível cooperação mútua. Já as setas que apontam em apenas uma direção significa que a cooperação parte apenas de onde emerge a seta. Desta maneira, os SOC e as Linguagens especializadas podem cooperar uns com os outros. Assim, na construção de SOC pode haver o apoio de linguagens especializadas como o Manual da ABGLT, por exemplo, e na construção do Manual pode haver o apoio de SOC que tratem da temática LGBT+ por meio da extração de termos que contribuam na construção do instrumento da ABGLT.

No caso da Folksonomia, como é possível observar na figura 24, a cooperação é uma via de mão única, ou seja, apenas a folksonomia pode contribuir com termos da linguagem natural para construção de linguagens especializadas e também na construção e atualização de SOC que tratem da mesma temática da folksonomia em ambientes controlados. É importante frisar que não é impossível uma cooperação dos SOC e das linguagens especializadas na construção de uma folksonomia, como no caso de uma folksonomia assistida, que será abordada mais adiante.

Como foi possível notar no “Quadro 9”, algumas etiquetas estavam presentes apenas na folksonomia e possuíam alguma relação semântica com a categoria a qual se referiam, sendo importantes para representarem a temática em questão. Essas etiquetas, além da relação que mantêm com a categoria a qual se referem, representam descritores importantes para os usuários quando pensam naqueles temas, por isso foram utilizados por eles. Desse modo, são termos interessantes para serem considerados na elaboração de SOC de modo a assegurar a garantia do usuário nesses sistemas. Não só a garantia de uso/usuário, mas também a garantia semântica, pois como foi verificado na análise das etiquetas mais utilizadas pelos usuários a maioria possuía desde relação semântica próxima a distante das categorias temáticas as quais se referiam demonstrando a sua importância para a validação de termos/descriptores em linguagens documentárias. Segundo Guedes (2016, p. 79), a garantia semântica é:

[...] o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de SOCs para justificar e validar decisões de ordem semântica. Ela orienta o desenvolvedor a verificar as necessidades de inclusões, exclusões e qualquer tipo de modelamento de classes e conceitos da estrutura terminológica de um SOC em função do significado e uso destas classes e conceitos para um determinado propósito ou comunidade usuária.

Como foi demonstrado pela análise, os termos da folksonomia do *Flickr* possuíam relação semântica com as temáticas as quais se referiam, dessa forma, poderiam contribuir com a elaboração de linguagens documentárias e SOC para domínios LGBT+ de forma a atingir as expectativas de sua comunidade usuária.

Isso demonstra que o uso de linguagens especializadas e terminologias de um domínio de conhecimento como base para a construção de SOC pode não ser suficiente para que se obtenha uma linguagem documentária consistente segundo o ponto de vista de Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (1994). Dessa maneira, é necessária, também a linguagem do usuário que pode ser obtida pela folksonomia, e no caso das fotografias do contexto LGBT+, o Manual de Comunicação da ABGLT como uma linguagem especializada do domínio LGBT+ brasileiro e a folksonomia obtida pelo *Flickr* podem ser os materiais essenciais para a construção e desenvolvimento de SOC para esse domínio de conhecimento.

Conforme o “Gráfico 1”, apenas 15% das etiquetas da folksonomia do *Flickr* estão presentes no Manual da ABGLT, enquanto 85% não estão. Esta é uma porcentagem alta que merece atenção por parte dos profissionais da informação se estes desejam trazerem para as linguagens documentárias utilizadas na representação da informação e do conhecimento de seus acervos as garantias do usuário e semântica nos descritores utilizados em seus processos de representação e organização.

A folksonomia, além de contribuir com as garantias de usuário e semântica, pode contribuir, também com a garantia cultural, pois como os termos são elaborados pelos usuários, eles trazem em si o contexto sócio-histórico-cultural dos mesmos. (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020).

Segundo Biscalchin e Moreira (2020, p. 64) a garantia cultural:

[...] se preocupa em levar aos usuários termos representativos de sua realidade, afirmando que um termo só é apropriado e útil, se atender aos requisitos, a compreensão, ao contexto do usuário, se preocupando com questões éticas, religiosas e sociais, independentemente de pertencer a um grande ou pequeno grupo de pessoas.

Desse modo, a garantia cultural se aplica às linguagens documentárias, como os SOC, por exemplo, por meio do emprego de termos representativos dos valores, costumes, suposições e percepções dos usuários, refletindo o seu contexto cultural.

No caso da comunidade LGBTQ+ que possui uma identidade cultural específica com suas vivências, costumes, linguagem e percepções de mundo, o uso de termos que representem aspectos de sua cultura podem possibilitar uma maior familiaridade dos usuários com um sistema de recuperação da informação que possua documentação relacionada a essa comunidade e assim uma recuperação da informação mais eficaz.

Além da garantia cultural, os autores Boccato e Biscalchin (2014) citam duas dimensões culturais que merecem ser levadas em consideração no momento da seleção de termos para a elaboração de linguagens documentárias, são elas: a multiculturalidade e a transculturalidade. Segundo esses autores:

[...] a multiculturalidade é parte do multiculturalismo e pressupõe que usuários provenientes de uma mesma localidade, região ou país, sem que uma delas predomine, são possuidores de diversas culturas, havendo diferenças na compreensão e observação do mundo e dos fatos presentes em cada cultura e em momentos históricos distintos. (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014, p. 240).

A multiculturalidade preza pela diversidade cultural ao enfatizar a existência de múltiplas culturas menores dentro de uma cultura macro. Ela evita a exclusão de minorias ao assegurar a sua representação em linguagens documentárias como os SOC.

A aplicação dos princípios da multiculturalidade, no contexto da construção e manutenção de vocabulários controlados, busca o reconhecimento e representação da diversidade cultural existente dentro de uma cultura, de modo que minorias não sejam excluídas, ou que o conceito cultural mais influente, seja apresentado como único, como exclusivo em uma cultura. (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020, p. 53-54).

Como complemento à multiculturalidade os autores Boccato e Biscalchin (2014, p. 240) citam a transculturalidade como:

[...] uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais.

A transculturalidade se baseia nas relações estabelecidas entre as diversas culturas e mediante aspectos de cada uma delas constrói-se uma cultura macro sem menosprezar a diversidade cultural existente nela. O aproveitamento dos princípios da transculturalidade nas linguagens documentárias possibilita a representação das

diversas relações entre culturas, incluindo também as minorias sociais. (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020).

Desse modo, a aplicação dos princípios da garantia cultural, multiculturalidade e transculturalidade:

[...] cria condições para que os termos adotados em cada língua sejam o mais proximamente possível equivalentes aos conceitos que devem representar, conforme o contexto sócio-histórico-cultural de cada língua, não implicando em relações, termos e estruturas hierárquicas estranhas aos usuários do sistema e/ou impositivas de uma única realidade cultural. (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020, p. 57).

Aplicando os procedimentos da garantia cultural, multiculturalidade e transculturalidade é possível alcançar um objetivo, “[...] que é a disseminação da informação de uma maneira igualitária e justa a todos os usuários do sistema, conforme seu contexto sócio-histórico-cultural, evitando a imposição de uma cultura sobre as demais [...]” (BISCALCHIN; MOREIRA, 2020, p. 60).

Pensando nos preceitos da garantia cultural e nas dimensões culturais como a multiculturalidade e a transculturalidade os autores Boccato e Biscalchin (2014, p. 247) elaboraram alguns indicadores a serem considerados no desenvolvimento de vocabulários controlados:

- Empregar termos representativos da cultura de um indivíduo ou de uma coletividade deles;
- Empregar termos técnicos – científicos representativos da cultura e da linguagem de especialidade de áreas do conhecimento;
- Contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários;
- Promover a igualdade de termos das temáticas homens e mulheres, paz e guerra, religiões, correntes ideológicas e convicções político-sociais;
- Evitar termos discriminatórios ou depreciativos;
- Fomentar a imparcialidade na coleta de termos a partir dos princípios das garantias literária, de uso, organizacional e cultural;
- Praticar a seleção ética de termos para a representação por assunto de áreas do conhecimento;
- Realizar a compatibilidade semântica entre os termos representativos de diferentes culturas nas perspectivas dos preceitos da multiculturalidade e da transculturalidade;
- Releva os aspectos cultural, comunicativo e a flexibilidade na construção de vocabulários controlados multilíngues consistentes para a recuperação de informações pertinentes de áreas do conhecimento;

Todos os indicadores elencados acima buscam assegurar as garantias literária, do usuário, cultural, semântica e organizacional, mas principalmente a garantia cultural e em relação aos indicadores “Empregar termos representativos da cultura de

um indivíduo ou de uma coletividade deles”; “Contemplar termos representativos de grupos sociais minoritários”; “Evitar termos discriminatórios ou depreciativos” e “Relevar o aspectos cultural, comunicativo e a flexibilidade na construção de vocabulários controlados multilíngues consistentes para a recuperação de informações pertinentes de áreas do conhecimento” a folksonomia pode auxiliar e muito na construção de linguagens documentárias como os vocabulários controlados e outros tipos de SOC.

No caso desta pesquisa que trata da documentação fotográfica da comunidade LGBT+, uma minoria social, é notável que a folksonomia, além de contribuir com a garantias de usuário e semântica, como já foi abordado aqui, também contribui com a garantia cultural, pois, principalmente, quando as fotos são etiquetadas por integrantes dessa comunidade, os termos trazem em si aspectos culturais desse grupo social, pois a temática LGBT+ é o lugar de fala desse etiquetador segundo a perspectiva de Ponchirolli (2020).

Como pôde ser observado nas etiquetas levantadas no *Flickr* das fotografias com a temática LGBT+, algumas delas se referem a nomes pessoais, conhecidos muitas das vezes dentro da comunidade devido a representatividade dessas pessoas dentro desse grupo social. Quem não pertence à comunidade pode não reconhecer esses nomes, pois não estão a par da cultura LGBT+. A quantidade de etiquetas conhecidas apenas dentro desse meio foi pequena, pois alguns etiquetadores podem não serem indivíduos LGBT+ ou não estarem a par dos costumes e vivências da comunidade LGBT+.

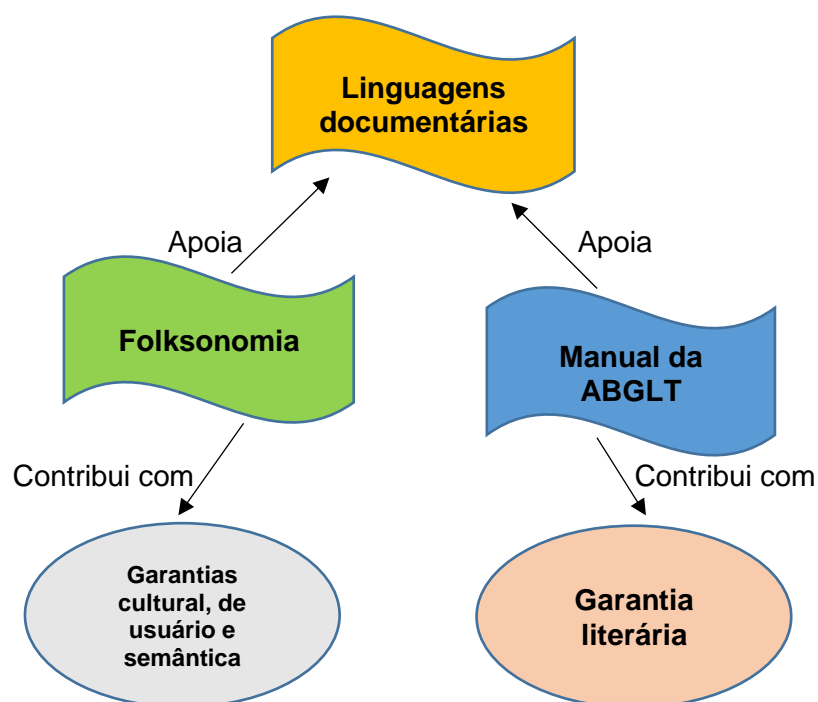
Ao abordar documentação fotográfica de um grupo social como o LGBT+, que possui vivências particulares, os princípios da garantia cultural e dimensões culturais como a multiculturalidade e a transculturalidade se tornam extremamente importantes para o processo de representação dessa documentação, pois a fotografia é um documento polissêmico que possibilita diversas interpretações por diferentes usuários a depender do seu contexto de uso e de sua experiência de vida. Ao atribuir termos a essa documentação esses usuários vão representar diferentes aspectos da comunidade LGBT+ a depender de suas experiências dentro desse grupo social. O aproveitamento desses termos ajuda a assegurar a garantia cultural em linguagens documentárias utilizadas na representação de fotografias da comunidade LGBT+ e esses termos podem ser obtidos em folksonomias como a do *Flickr*, por exemplo.

Como foi possível observar nas etiquetas levantadas do *Flickr*, grande parte delas se referem ao *aboutness*, revelando uma tentativa de interpretação dos assuntos das fotografias por parte dos usuários. As etiquetas fruto dessa interpretação trazem consigo aspectos da comunidade LGBTQ+ que são importantes para esses usuários etiquetadores. Dessa forma, são termos que merecem consideração por parte dos profissionais da informação no momento da elaboração de linguagens documentárias, pois ajudam a aumentar a garantia cultural dos instrumentos de representação da informação e do conhecimento.

Com todo o exposto é possível dizer que as garantias cultural, semântica e de usuário podem ser obtidas por meio da folksonomia, enquanto a garantia literária é obtida por meio da linguagem de especialidade de uma área e sua terminologia. (GUEDES, 2016).

Trazendo os preceitos das garantias cultural, semântica, de usuário e literária para o contexto desta pesquisa é perceptível que as três primeiras podem ser obtidas por meio da folksonomia do *Flickr*, enquanto a garantia literária pode ser obtida, pelos menos parcialmente, por meio do Manual de Comunicação da ABGLT como mostra a figura abaixo.

Figura 27 – A Folksonomia do *Flickr* e o Manual da ABGLT como suportes às garantias literária, cultural e de usuário em linguagens documentárias



Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com a figura acima é possível concluir que a folksonomia (linguagem do usuário) e o Manual da ABGLT (linguagem de especialistas) são a base para o desenvolvimento de SOC para domínios de conhecimento com temática LGBTQ+, contribuindo com a criação de linguagens documentárias mais consistentes. Assim, os princípios das garantias literária, de usuário, cultural e semântica obtidas por meio da folksonomia e do Manual da ABGLT, asseguram uma terminologia de qualidade para a representação de documentos e informações relacionados ao contexto LGBTQ+. (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014).

Conforme exibido aqui, a maioria das etiquetas das fotografias relacionadas ao contexto LGBTQ+ recuperadas no *Flickr* tem uma certa pertinência semântica ao assunto representado na imagem e também à temática LGBTQ+, mesmo que essa pertinência seja pequena ela é complementada pelas percepções dos usuários que empregam etiquetas trazendo os seus contextos social e cultural para os termos representativos dessas fotografias. Isso é muito importante já que os usuários são os principais interessados em recuperar esses documentos. (MASSONI; FLORES, 2017).

De acordo com o que apontou Rodrigues (2014), os significados conotativos das fotografias vão receber uma interpretação contextual a depender do indivíduo e de sua experiência de vida, assim, usuários com experiências de vidas semelhantes poderão interpretar uma fotografia de uma maneira semelhante e usuários com experiências de vida distintas poderão interpretar uma determinada fotografia de maneira diferente, por isso a importância de se considerar o termos criados pelos usuários em uma folksonomia, pois são diferentes pessoas que se empenham na representação desses documentos resultando em uma diversidade de termos/etiquetas que vão abranger uma imensidão de outros indivíduos com diferentes experiências de vida e conhecimentos acumulados.

Assim, a folksonomia se torna um mecanismo que possibilita uma inclusão maior de visões de mundo nos termos representativos de um conjunto documental, possibilitando uma recuperação e acesso à informação e ao conhecimento de maneira mais igualitária, justa e ampla, pressupostos essenciais, principalmente, quando se trata de grupo social que vive ainda à margem da sociedade como a comunidade LGBTQ+, por exemplo.

A reunião de indivíduos com interesses comuns é uma das características da folksonomia e isso faz com que pessoas que possuam uma identidade em comum

possam se conectar de alguma maneira no ambiente *web*, se articulando no processo de representação dos recursos informacionais. As etiquetas oriundas desse processo de representação constituem a memória de grupos específicos como o LGBT+, pois designam uma das formas utilizadas pelos indivíduos pertencentes a esse grupo social para se expressarem. (MASSONI; FLORES, 2017).

A folksonomia é o resultado do conhecimento do indivíduo que está etiquetando determinado recurso e as etiquetas são o resultado da subjetividade e dos afetos dos usuários etiquetadores, dessa forma, é possível dizer que os termos advindos de uma folksonomia asseguram que a experiência de vida dos usuários e o conhecimento por ele adquiridos sobre o(s) grupo(s) sociais ao qual pertence estejam inseridos nas linguagens documentárias caso estas façam uso de uma folksonomia no seu processo de construção e atualização. (MASSONI; FLORES, 2017).

No caso do documento fotográfico, devido a ser um documento polissêmico e o seu processo de representação ser contextual, os usuários acabam dando “voz” a determinadas identidades ao atribuírem etiquetas. Eles retratam elementos simbólicos por meio da folksonomia, dando ao documento uma representatividade histórica, política e social. (GONÇALVES; ASSIS, 2016).

Como afirmaram os autores Coelho e Mesquita (2013) as noções de linguagem, identidade e cultura estão intimamente ligadas, afinal a primeira é elemento constituinte das duas últimas, seja de um indivíduo ou de um grupo social. Além disso, os autores Gonçalves e Assis (2016) destacam que a linguagem, falada ou escrita, compõe a memória de grupos e pessoas.

Dessa forma, a inserção das percepções, da cultura, da identidade e até da memória dos usuários em linguagens documentárias é possível por meio da folksonomia, pois esta é a linguagem criada pelo próprio usuário e por isso abarca todo o seu leque de características e dos grupos e comunidades aos quais pertence ou sente pertencer.

Com tudo o que foi exposto até aqui é possível afirmar a importância do uso da folksonomia junto a SOC e outras linguagens documentárias como forma de propiciar a representatividade dos usuários nesses instrumentos e sistemas de organização e representação da informação e do conhecimento. A folksonomia, além de possibilitar uma recuperação mais rápida e assertiva da informação pelo usuário, também vai assegurar a identificação desse usuário com o sistema e assim tornar prazeroso o seu uso para pesquisas futuras relacionadas ao mais diversos propósitos.

Uma das formas de inserção da folksonomia em uma base de dados ou sistema de informação é por meio da folksonomia assistida que é basicamente o processo de sugestão de termos mais adequados aos usuários no momento da etiquetagem dos recursos. No momento em que o usuário vai inserir uma etiqueta, o sistema deverá sugerir outros termos que tenham relação com aquela etiqueta e que já estejam contidas na linguagem documentária utilizada pela instituição. (SANTAREM SEGUNDO, 2010).

Após o usuário inserir a etiqueta o sistema deverá realizar uma busca no SOC ou linguagem documentária utilizada, trazendo para o usuário uma lista de termos aceitáveis pelo sistema e que possuam relação com a etiqueta pretendida pelo usuário. O sistema também poderá trazer ao usuário etiquetas já utilizadas pelos usuários para etiquetarem recursos semelhantes e que ficaram armazenadas no sistema. (SANTAREM SEGUNDO, 2010).

A folksonomia assistida não tem o objetivo de cercear a criatividade do usuário, descaracterizando o conceito de “Folksonomia”, mas sim oferecer ao usuário um conjunto de termos que já estão sendo utilizados no sistema de forma a usar a base de conhecimento já existente para qualificar a representação do recurso. A folksonomia assistida busca a consistência das etiquetas de forma a evitar termos que possam dificultar a recuperação da informação. (SANTAREM SEGUNDO, 2010).

Outra forma de aproveitamento da linguagem natural em SOC e outras linguagens documentárias é por meio da inserção de termos variantes nessas linguagens. Conforme demonstraram os autores Krebs, Laipelt e Rosa (2018), além dos termos preferidos para representarem determinados assuntos em vocabulários controlados, existem os termos não-preferidos, entendidos como variações terminológicas do termo escolhido como descritor principal para representação de determinado assunto.

O uso de termos não-preferidos em linguagens documentárias aumentam os pontos de acesso e ampliam as possibilidades de recuperação da informação. Esses termos podem ser inseridos em SOC por meio de remissivas e podem ser obtidos por profissionais da informação por meio do estudo e análise de folksonomias de mesmo domínio de conhecimento ou até de domínios semelhantes. (KREBS; LAIPELT; ROSA, 2018).

Dessa maneira, em se tratando de unidades de informação que custodiam fotografias relacionadas a comunidade LGBT+, os profissionais da informação desses

ambientes poderiam recorrer a análise das etiquetas utilizadas pelos usuários em álbuns de fotografias da comunidade LGBTQ+ inseridos no *Flickr*. Por meio da análise seria possível obter termos valiosos para serem inseridos nas linguagens documentárias utilizadas nessas instituições, aproximando a representação das fotografias das percepções de mundo dos principais usuários interessados em recupera-las.

Diante da análise feita até aqui é perceptível a importância de se considerar a linguagem dos usuários proporcionada pela folksonomia na elaboração de SOC e outras linguagens documentárias em unidades de informação, principalmente, em se tratando de fotografias que são documentos polissêmicos e os termos frutos de sua interpretação pelos usuários podem ser úteis na representação e recuperação desses documentos em Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Conforme foi demonstrado pela análise, a grande maioria das etiquetas presentes na folksonomia do *Flickr* não constavam no Manual da ABGLT, mas nem por isso deixam de serem termos representativos de temáticas relacionadas à comunidade LGBTQ+, pelo contrário, são termos que possuem desde relação semântica próxima, a distante, das categorias temáticas as quais se referem. E como foi observado, também, grande parte dos usuários se arriscaram na tentativa de representar o assunto das fotografias, o que é uma tarefa mais difícil do que descrever apenas os seres, objetos e ações presentes nelas. Os termos resultantes fazem com que as fotografias sejam olhadas de um outro ângulo, aquele do usuário.

A folksonomia assegura as garantias de usuário, cultural e semântica, facilitando e tornando mais prazeroso o processo de recuperação da informação pelos usuários, pois as etiquetas trazem consigo aspectos do contexto social, cultural, político e histórico desse usuário. Dessa forma, pensar na possibilidade do uso de termos advindos de uma folksonomia em unidades de informação acarretaria no enriquecimento da linguagem documentária utilizada pela instituição.

Por fim, é possível utilizar a folksonomia em unidades de informação juntamente a SOC e outras linguagens documentárias por meio da chamada “Folksonomia assistida”, onde o processo de atribuição de etiquetas pelos usuários aos documentos no sistema é direcionado por meio de sugestões de termos que já tenham sido usados para representação de documentos de mesma categoria temática. A outra maneira de se pensar no uso da folksonomia em unidades de informação seria por meio da consulta a folksonomias de mesmo domínio de

conhecimento e assim a extração de termos importantes para serem inseridos na linguagem documentária utilizada pela instituição.

Dados todos os aspectos da folksonomia levantados até aqui é possível afirmar que é viável sim o seu uso em SOC, não só viável como também importante, pois a organização e representação da informação e do conhecimento feita em unidades de informação tem como objetivo único e exclusivo a recuperação da informação pelo usuário, então, nada melhor do que empregar uma linguagem que seja a mais próxima possível do contexto social/cultural do grupo de usuários que são os principais interessados em recuperarem essas informações, seja ela imagética ou textual. Assim, o uso da linguagem de especialidade juntamente com a folksonomia seria o ideal para a construção de SOC para domínios de conhecimento como o LGBT+ que possui uma linguagem específica que vive em constante atualização.



A Organização do Conhecimento (OC), como um dos eixos estruturantes da Ciência da Informação (CI), colabora no pensar sobre instrumentos e sistemas que possibilitem uma melhor organização e representação do conhecimento de forma a garantir uma recuperação da informação eficaz pelos usuários.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), produtos da OC, são construídos com base em regras rígidas de controle semântico e terminológico de modo a criar uma estrutura de representação do conhecimento de um domínio ou área onde os termos/descriptores mantêm relações hierárquicas e associativas uns com os outros. Esta estrutura é utilizada nos processos de organização e representação da informação em unidades de informação, de maneira a possibilitar uma melhor recuperação da informação pelos usuários, evitando problemas como a alta exaustividade e baixa precisão nos resultados de busca.

Os SOC em alguns momentos parecem não suprir totalmente as necessidades dos profissionais da informação em relação a representação da informação e do conhecimento, pois, como os termos utilizados em sua construção são baseados na linguagem de especialidade de determinada área do conhecimento, alguns deles acabam sendo estranhos ao vocabulário de alguns usuários, dificultando assim a recuperação da informação por eles.

Desse modo, a folksonomia, como um fenômeno da *Web 2.0*, traz à tona o uso da linguagem natural, do usuário, na representação de recursos informacionais disponíveis no ambiente *web*. Por meio do processo de etiquetagem, os usuários atribuem termos/etiquetas aos recursos pelos mais diversos motivos, gerando uma representação que irá facilitar a sua recuperação por esses mesmos usuários e também por muitos outros.

Em se tratando de fotografias que são documentos polissêmicos e assim possibilitam uma diversidade de interpretações de seus assuntos pelos usuários a depender de seus contextos, o seu processo de representação por profissionais da informação se torna mais complexo, pois algumas vezes o termo elencado para representar a fotografia poderia nem sequer ser cogitado pelo usuário no seu processo de interpretação da mesma, e daí há um desencontro. Deste modo, haveria uma necessidade de se considerar a linguagem do usuário na elaboração de SOC e outras linguagens documentárias para a representação desse gênero documental.

Na abordagem de fotografias de um grupo social específico como o LGBTQ+, a necessidade de se considerar a linguagem dos usuários no processo elaboração de

SOC é ampliada, pois a comunidade LGBT+ possui uma linguagem específica para se comunicar que permanece em constante atualização com o passar do tempo, assim, é de grande importância que os profissionais da informação se atualizem a respeito dessa linguagem de modo a assegurar uma boa representação e recuperação da informação pelos usuários interessados neste tipo de documentação.

Dessa forma, a folksonomia se torna uma boa opção para que os profissionais da informação fiquem a par da linguagem da comunidade LGBT+, no caso de serem documentos relacionados a temáticas dessa comunidade. Assim, foi definida a pergunta desta pesquisa, se seria viável pensar no uso da folksonomia junto a SOC para a representação de fotografias do contexto LGBT+. A análise e discussão utilizou como fonte dados o *Flickr* que é um sítio de organização e compartilhamento de fotografias e vídeos e que possibilita e etiquetagem desses recursos pelos usuários, gerando uma folksonomia. A outra fonte de dados foi o Manual de Comunicação da ABGLT definido como uma linguagem de especialidade da comunidade LGBT+ e que seria utilizável como base para a construção de SOC e outras linguagens documentárias utilizadas na organização e representação de fotografias e outros documentos relacionados ao contexto LGBT+.

Após a coleta das fotografias no *Flickr*, análise de suas etiquetas e sua comparação com os textos do Manual da ABGLT de acordo com as categorias temáticas definidas, foi verificado que a imensa maioria das etiquetas das fotografias do *Flickr* não constavam no Manual e após análise dessas etiquetas foi descoberto que algumas possuíam relação semântica próxima ou distante da temática ao qual se referiam, demonstrando a sua importância para uso na representação de fotografias relacionadas àquelas temáticas.

Com a análise também fora descoberto que os usuários do *Flickr* se arriscaram mais em tentar representar os assuntos das fotografias ao invés de ficaram apenas em um processo descritivo mais básico, focado nos seres, objetos e ações presentes na imagem. Isto reforça mais ainda a importância de se considerar a folksonomia na criação de SOC, pois, como a fotografia é um documento polissêmico, cada interpretação feita pode resultar em termos descritivos diferentes e muito importantes para sua recuperação em determinados contextos sociais e culturais.

Foi verificado também que a folksonomia pode ajudar a assegurar as garantias de usuário, cultural e semântica nas linguagens documentárias, pois além de serem termos utilizados pelos usuários para recuperarem os documentos, eles trazem em si

aspectos da cultura desses usuários, fazendo com que eles se sintam representados em determinado SOC ou linguagem documentária, auxiliando na validação de termos nessas linguagens. Dessa forma, em se tratando de fotografias e usuários da comunidade LGBTQ+, a folksonomia vai garantir que os pressupostos e os valores desse grupo social estejam presentes na linguagem utilizada para representar essas fotografias em unidades de informação.

Por fim, a folksonomia pode sim ser implantada em sistemas de informação e unidades de informação por meio da folksonomia assistida que cria uma espécie de ambiente híbrido com linguagem controlada e linguagem natural. Na folksonomia assistida, o usuário ao etiquetar um recurso ou documento, recebe uma lista de sugestão de outros termos já inseridos por outros usuários no sistema, de modo a evitar o descontrole total na quantidade de termos diferentes utilizados para representarem um mesmo assunto. Os termos sugeridos são equivalentes de alguma forma ao termo pretendido pelo usuário. Caso este usuário não aceite nenhum dos termos sugeridos, ele pode inserir o termo que ele deseja e este será analisado pelos profissionais da informação para averiguar a sua viabilidade como descritor daquele documento.

Outra forma de se beneficiar da folksonomia na elaboração de linguagens documentárias é por meio da análise, pelo profissional da informação, de folksonomias de mesmo domínio de conhecimento com o objetivo de obter termos importantes para a representação da documentação da unidade de informação. Esses termos podem ser inseridos em vocabulários controlados como termos variantes ao termo preferido para representar determinada classe temática.

Após toda análise e discussão feita chegamos à conclusão de que é viável sim o uso da folksonomia em unidades de informação, não só viável como importante também, de forma a trazer o contexto do usuário para os SOC e linguagens documentárias utilizadas por essas instituições. Isto envolve pensar em inclusão e igualdade, pois em se tratando da comunidade LGBTQ+ em que grande parte de seus integrantes ainda vivem à margem da sociedade, se sentir representado nessas linguagens e assegurar uma recuperação e acesso à informação de maneira mais fácil e assertiva é um desafio a menos a ser vencido pelos LGBTQ+.

Aqui fica como sugestão de pesquisas futuras a elaboração de diretrizes e um modelo de folksonomia assistida, onde seja possível aos usuários da comunidade LGBTQ+ e outros usuários participarem do processo de representação de fotografias e

até outros gêneros documentais que se refiram à história e vivências do grupo social ao qual fazem parte ou se sentem pertencer. Outra sugestão de pesquisa futura seria a comparação entre as etiquetas de uma folksonomia e os descritores utilizados por arquivos, bibliotecas e museus para a representação de fotografias e outros gêneros documentais de maneira a identificar as convergências e divergências entre ambos.

Dentre as limitações desta pesquisa é importante citar a pandemia do Novo Coronavírus que chegou ao Brasil no início de 2020 e acabou impedindo que alguns objetivos iniciais fossem concretizados, causando a alteração nos rumos da pesquisa após a sua qualificação. O objetivo inicial seria a comparação entre a folksonomia do *Flickr* e os descritores utilizados pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) para descreverem as fotografias do contexto LGBTQ+ que possuem em seu acervo, mas devido às regras de restrição de circulação impostas por governadores e prefeitos, o acesso à documentação do AEL se tornou inviável, passando a ter como fonte de dados para análise e comparação o Manual de Comunicação da ABGLT devido ao seu fácil acesso pela internet. Outra limitação foi o acesso inexistente aos documentos fotográficos de diversos arquivos espalhados pelo Brasil nas quais entramos em contato e recebemos resposta negativa, pois os acervos fotográficos dos mesmos não estavam digitalizados ou mesmo tratados.

Apesar dos impedimentos, a análise e discussão dos dados se mostrou frutífera ao demonstrar a importância da folksonomia para a elaboração de SOC utilizados na representação de fotografias do contexto LGBTQ+ em unidades de informação. Acreditamos que o potencial e importância da folksonomia irá possibilitar uma maior aproximação dos principais usuários interessados em acessarem acervos fotográficos sobre LGBTQ+, a própria comunidade LGBTQ+, aumentando, dessa forma, seus estoques de conhecimento e assim fortalecendo suas identidades como indivíduos LGBTQ+.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, R. O.; KAUSS, B. S. Reconhecimento, igualdade complexa e luta por direitos à população LGBT através das decisões dos tribunais superiores no Brasil. **Psicologia Política**, vol. 15. n. 34. p. 547-561, 2015.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. EM FOCO A CLASSIFICAÇÃO: abordagens conceituais na arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 43, p. 20-46, 2015.

ALMEIDA, Júlia Ferreira de. **A fotografia e as redes sociais digitais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

AMARAL, Luciana. **A importância do tratamento intelectual das fotografias visando à recuperação da imagem**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 22, 2006.

ARAÚJO, Alessandra dos Santos. **O uso da folksonomia na organização e recuperação da informação fotográfica: o caso do acervo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG**. 2013. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Centro de Pesquisa e Documentação Social. **Fundo Grupo SOMOS**. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>. Acesso em: 24 de jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676: Métodos para análises de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda. 2010. 47p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, 223p.

BARITÉ, Mario Roqueta. SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: uma tipologia atualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 122 – 139, 2011.

BERNERS-LEE, Tim. **The World Wide Web**: a very short personal history. 1998. Disponível em: <http://www.w3.org/People/Berners-Lee/ShortHistory.html>. Acesso em: 08 de jan. 2020.

BISCALCHIN, Ricardo; MOREIRA, Walter. CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIOS MULTILÍNGUES: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, n. 4, p. 47-67, 2020.

BOCCATO, V. R. C; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Biblioteconomia**, Medellín, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014.

BOCCATO, V. R. C; RUBI, M. P; FUJITA, M. S. L. APLICABILIDADE DE VOCABUÁRIO CONTROLADO NA ANÁLISE DOCUMENTAL DE FOTOGRAFIAS: uma prática possível. In: SOUSA, L. M. A e; FUJITA, M. S. L; GRACIOSO, L de S. (Org.). **A imagem em Ciência da Informação**: reflexões teóricas e experiências práticas. Marília: Cultura Acadêmica, 2014. p. 117-152.

BRANDT, Mariana Baptista. **Etiquetagem e folksonomia**: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 1-14.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-18.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Ana Alice. FOLKSONOMIA: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na web. **Datagramazero**, v. 8, n. 3, 2007.

CBS Interactive. **Last.fm**, 2021. *Stupid Love*. Disponível em: <https://www.last.fm/pt/music/Lady+Gaga/Stupid+Love>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G. de; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Editora Polis, 1994. 72p.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de linguística para indexação. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

COELHO, L. P.; MESQUITA, D. P. C. de. LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: conceitos intrínsecos e interdependentes. **ENTRELETRAS**, Araguaína, v. 4, n. 1, p. 24-34, 2013.

CORRÊA, R. F; SANTOS, R. F dos. ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES DE FOLKSONOMIA: em busca de uma síntese. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 1-32, 2018.

DAHLBERG, Ingetraut. KNOWLEDGE ORGANIZATION: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: **CONFERENCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**, Rio de Janeiro: IBICT, 1979.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DORÉTO, S. A.; BELOTI, A. CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E CONCEITOS CORRELATOS: a influência no trato da língua e da linguagem. **Revista Encontros de Vista**, 8 ed. p. 89-103, 2011.

ELISE, Jacqueline. **Além do arco-íris**: conheça as outras bandeiras do orgulho LGBTQ+. UOL Universa, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/14/conheca-as-outras-bandeiras-do-orgulho-lgbtq.htm>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

FACCHINI, Regina. MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18-19, p. 80-125, 2003.

FERREIRA, Tiago da Silva. "NASCEMOS ASSIM!": o movimento LGBT brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978-2012). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 7, n. 13, p. 1-20, 2013.

FLICKR. **Aplicação**. 2021. Acesso em: 28 de jan. 2021.

FLICKR. **Página inicial**. 2020. Disponível em: <https://www.Flickr.com/>. Acesso em: 22 de abr. 2020.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 1. ed. Abril Cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GONÇALVES, José Luiz Costa Sousa; ASSIS, Juliana de. A indexação social enquanto prática de representação colaborativa da informação imagética: a construção da memória na plataforma *Flickr*. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 34-51, 2016.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

HJORLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries**: beyond traditional authorities files. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Editora Objetiva. 2009.

JORGE, Mariana. **História de luta**. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Niterói, 2020.

JORGE, Mariana. **Missão**. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Niterói, 2020.

KOBASHI, N. Y; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16 n. 3, p. 1 – 24, 2011.

KOBASHI, N. Y; TÁLAMO, M. de F. G. M. INFORMAÇÃO: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, (Edição Especial), p. 7-21, 2003.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2 ed. 2001.

KREBS, L. M; LAIPELT, R. do C. F; ROSA, S. S. da. O uso da folksonomia na atualização de vocabulários controlados da área da Pediatria, **Prisma.com**, nº 36, p. 59-77, 2018.

LANCASTER. F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução de: Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, Livros, 2004.

LAU, Héilton Diego. A (DES)INFORMAÇÃO DO BAJUBÁ: fatores da linguagem da comunidade LGBT para a sociedade. **Temática**, ano XI, n. 02, 2015.

LAU, Héilton Diego. SERÁ QUE TODA “MONA” FALA “BICHÊS”? A questão da linguagem e identidade da comunidade LGBT. **Temática**, ano XIII, n. 03, 2017.

LIBRARYTHING. **Any Other World Will Do**. Livros. 2021. Disponível em: <https://pt.librarything.com/work/26451427>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

MACHADO, Frederico Viana. **Do estatal à política**: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-

2010). 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MASSONI, Luis Fernando Herbert; FLORES, Andressa Bones. A cidade representada em *tags*: explorando a folksonomia no *Flickr*. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.11, n.3, p. 133-147, 2017.

MATHES, Adam. Folksonomies: cooperative classification and communication through shared metadata. **Computer Mediated Communication**. Urbana: University of Illinois, 2004.

MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, 2011.

MOREIRA, Walter. **Sistemas de organização do conhecimento**: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. Tese (Livre-Docência em Sistemas de Organização do Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

MORRISON, P. J. Why are they tagging, and why do we want them to? **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**. p. 12-15, 2007. Disponível em: <http://www.asis.org/Bulletin/Oct-07/morrison.html>. Acesso em: 18 de abr. 2020.

MOURA, K. F.; MANDAJI, C. F. da S. A relação das hashtags com as palavras de ordem presentes nas Manifestações Brasileiras de 2013. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014. **Anais...** Palhoça, 2014.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0**. 2005. Disponível em: <<http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html?page=1>> Acesso em: 08 de jan. 2020.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PATO, Paulo Roberto Gomes. **Imagens**: polissemia *versus* indexação e recuperação da informação. 2015. 340p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2015.

PEREIRA, Joseane. **Uma história mal contada**: a farsa sobre o kit gay. UOL Aventuras na História, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/uma-historia-mal-contada-a-farsa-sobre-o-kit-gay.phtml>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

PETERS, I.; STOCK, W. G. Folksonomy and information retrieval. **American Society for Information Science and Technology – ASIS&T**, v. 44, n. 1, 2008.

PIKER, Samuel. **An evaluation of Flickr's distributed classification system, from the perspective of its members, and as an image retrieval tool in comparison with a controlled vocabulary**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento de Serviços de Informação) – Universidade Metropolitana de Londres, Londres. 2008.

PONCHIROLLI, Rafaela. Lugar de fala: o que esse termo significa? **Politize**, 2020.

PORTO, Gabriella. **Câmara Escura**. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/fotografia/camara-escura/>. Acesso em: 05 de jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo. 2013.

RODRIGUES, André Augusto de Abreu. **Folksonomia: análise de etiquetagem de imagens no Flickr**. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. ORGANIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS: análise, tematização e determinação de discursos da fotografia. **Ciência da Informação**, Distrito Federal, v. 43, n. 3, p. 191-203, 2014.

ROMEIRO, N.; SILVA, F. C. G da. A FOLKSONOMIA DAS HASHTAGS COMO INSTRUMENTO DE MILITÂNCIA CONTRA O ASSÉDIO SEXUAL NO FACEBOOK: avaliação da hashtag #mexeucomumamexeucomtodas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, 2018.

SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo. **Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, Hercules Pimenta. ETIQUETAGEM E FOLKSONOMIA: o usuário e sua motivação para organizar e compartilhar informação na web 2.0. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 91-104, 2013.

SANTOS, R. F. dos.; NEVES, D. A. de B.; SILVA, L. F. da.; CORTÊS, G. R. A REPRESENTAÇÃO COLABORATIVA DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNEROS: análise das contribuições do dicionário de gêneros - "só quem sente pode definir". **XVIII Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação**, Marília: Universidade Estadual Paulista, 2017.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na base de dados referencial de artigos de periódicos em ciência da informação (brapci)**. 2016. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2016.

SARDENBERG, C. M. B. CALEIDOSCÓPIOS DE GÊNERO: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 56-96, 2015.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 2, p. 49-118.

SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES. **Glossário da Diversidade**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

SILVA, M. R; FUJITA, M. S. L. A PRÁTICA DA INDEXAÇÃO: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

SILVA, P. C. G.; SOUSA, A. P. de. LÍNGUA E SOCIEDADE: influências mútuas no processo de construção sociocultural. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 3, 2017.

SILVA, Wagner Souza. O estatuto documental da fotografia na era digital. **Artciencia**, v. 9, n. 19, p. 1-10, 2015.

SIMIONATO, A. C.; NETO, J. A. S. de P.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Ciência da Informação, imagem e tecnologia. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 53-65, 2015.

SINCLAIR, J; CARDEW-HALL, M. THE FOLKSONOMY TAG CLOUD; when is it useful? **Journal of Information Science**, v. 24, n. 15, p. 15-29, 2008.

SMIT, Johanna W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: SMIT, Johanna W (org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989, p. 99-111.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**: ensaios. Companhia das letras, 1977.

STREHL, Leticia. AS FOLKSONOMIAS ENTRE OS CONCEITOS E OS PONTOS DE ACESSO: as funções de descritores, citações e marcadores nos sistemas de recuperação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.2, p.101-114, 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> Acesso em: 24 de jun. 2020.

TAGG, John. **El peso de la representación**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1988.

TOREZAN, Isabella Mara Valle. **Fotografia e informação**: aspectos gerais de análise e indexação da imagem. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

TRANT, J. STUDYING SOCIAL TAGGING AND FOLKSONOMY: a review and framework. **Journal of Digital Information**, Special Issue on Digital Libraries and User-Generated Content, 2008.

YOUTUBE. **Flor Artificial**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zvv5ncHiwPk>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

WAL, Thomas Vander. **Explaining and Showing Broad and Narrow Folksonomies**. 2005. Disponível em: <http://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1635>. Acesso em: 17 de abr. 2020.

WAL, Thomas Vander. **Folksonomy**. 2007. Disponível em: <http://vanderwal.net/folksonomy.html>. Acesso em: 02 de fev. 2020.

WINGET, Megan. User-defined classification on the online photo sharing site Flickr...or, how I learned to stop worrying and love the million typing monkeys. *In*: 17th Annual ASIS&T SIG/CR Classification Research Workshop, 2006. **Anais...** Austin, p. 1-16, 2006.

WIKIPEDIA. **Twitter**. 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>. Acesso em: 15 de maio 2020.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge Organization Systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, 2008.